

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese

**As casas falam em Piratini: ativação patrimonial do legado farroupilha e
o patrimônio para além do tombamento**

Gisele Dutra Quevedo

Pelotas, 2025

Gisele Dutra Quevedo

As casas falam em Piratini:

ativação patrimonial do legado farroupilha e o patrimônio para além do
tombamento

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Patrimônio Cultural da Univer-
sidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Memória Social e
Patrimônio Cultural.

Orientadora: Juliane Conceição Primon Serres

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

Q5c Quevedo, Gisele Dutra

As casas falam em Piratini [recurso eletrônico] : ativação patrimonial do legado farroupilha e o patrimônio para além do tombamento / Gisele Dutra Quevedo ; Juliane Conceição Primon Serres, orientadora. — Pelotas, 2025.
195 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Piratini. 2. Processos de patrimonialização. 3. Ativação patrimonial. 4. Ressonância patrimonial. 5. Legado farroupilha. I. Serres, Juliane Conceição Primon, orient. II. Título.

CDD 709.04

Gisele Dutra Quevedo

As casas falam em Piratini:
ativação patrimonial do legado farroupilha e o patrimônio para além do
tombamento

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em
Memória Social e Patrimônio Cultural no Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de
Pelotas.

Data da Defesa: 30/06/2025

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Juliane Conceição Primon Serres (orientadora) – PPGMP/UFPEL
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Darlan de Mamann Marchi – Universidade Federal de Pelotas
Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de
Pelotas

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro – PPGMP/UFPEL
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Luzia dos Santos Abreu – Universidade Federal de São João Del-
Rei
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Renata Ovenhausen Albernaz – PPGMP/UFPEL
Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

A Piratini e seu povo,
que transformam o patrimônio histórico
em afeto cotidiano.
Esta pesquisa é, antes de tudo,
um reconhecimento dessa alquimia.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) pela acolhida e formação.

À Direção e aos colegas do Instituto de Ciências Humanas, pelo apoio essencial ao possibilitar meu afastamento para dedicação integral aos estudos, sem esse gesto, a realização desta tese não seria possível.

À minha orientadora, Juliane Conceição Primon Serres, pela dedicação, sabedoria e paciência em guiar cada etapa desta pesquisa.

À coordenadora Daniele e ao secretário Bruno, pelo apoio institucional sempre presente.

Aos professores e colegas do PPGMP, pelas discussões enriquecedoras e pelo ambiente colaborativo. Em especial, às Grimpas Carolina, Cristiane, Fernanda, Helen e Vanessa, que caminharam comigo, compartilhando dúvidas, sugestões e uma parceria constante.

Ao Programa de Extensão Apoio às Práticas Patrimoniais da UCPEL, pela oportunidade de aprendizado e pelas experiências que enriqueceram minha trajetória.

Aos membros da banca Darlan, Diego, Luzia e Renata, pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas durante a defesa.

Aos contrerrâneos que foram incansáveis no apoio à pesquisa, especialmente: Monique Robe, Francieli Corral, Luiza Rodrigues, Mírian Gomes, Raí Damasceno, Silvia Garcia, Caroline Caetano, Monique Moraes, Bibiana Wustrow, Leticia Weege, Thaís Castro e Juliane Almeida. Aos gestores e coordenadores escolares que me receberam com tanto carinho, em especial Itamara Rodrigues, Gilmar Souza, Talita Monteiro, Gislaine Dutra, Luciane Oliveira e Grazi Garcia, este trabalho é também fruto da generosidade de vocês.

Aos entrevistados e participantes da pesquisa, que dedicaram tempo para responder aos questionários, seja online ou presencialmente: meu reconhecimento por tornarem este estudo possível.

À minha família, alicerce de toda a minha caminhada:

- Ao meu marido, Bruno, meu parceiro em todos os momentos;
- Aos meus filhos, Ana e Conrado, pela paciência, ajuda e carinho que me energizaram nos dias mais desafiadores;
- Aos meus pais, Alvaro e Enilda, pelo amor incondicional e incentivo;
- Ao meu irmão Gilvan, pioneiro em nossa família ao vir para Pelotas para estudar (tua coragem abriu caminhos para mim);
- À minha irmã Karine, pelo incentivo constante;
- Às minhas tias Araci e Maria Amélia (in memoriam), que me acolheram em sua casa quando eu, menina do interior, precisei migrar para a cidade em busca de estudo;
- E a toda minha família extensa: sogros (Fabiana e Zica), cunhados (Neide, Anderson, Gabriel, Rafaela e João Pedro), sobrinhos e afilhados (Alvaro, Dudu, Artur e Manú) vocês são minha rede afetiva.

E a duas mulheres que a vida me deu como presentes:

Vó Lindoca, cujos abraços são refúgio, e Nilda, cuja fé em mim nunca vacilou, obrigada por me adotarem e me mostrarem que família também se constrói com laços de afeto.

Em memória do professor Luiz Antônio Veiga de Azevedo, que me ensinou, acima de tudo, a nunca desistir. À professora Lorena Gill, que no momento em que eu quase esquecia esse ensinamento tão valioso, me fez lembrá-lo com seu apoio decisivo.

Um agradecimento especial a todos os professores que marcaram minha trajetória educacional, desde os primeiros passos com meus tios Sueli (in memoriam) e Alges, que pacientemente me alfabetizaram até a 5ª série, até os mestres universitários.

Cada um de vocês deixou um legado que me ajudou a me tornar a pesquisadora e pessoa que sou hoje.

Por fim, reconheço que este título só existe porque encontrei pessoas extraordinárias em cada etapa da minha jornada. A cada uma delas, minha gratidão por me ajudarem a seguir em frente.

Resumo

QUEVEDO, Gisele D. As casas falam em Piratini: ativação patrimonial do legado farroupilha e o patrimônio para além do tombamento. 2025. 195 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta tese investiga o processo de ativação patrimonial dos bens tombados oficialmente no município de Piratini/RS, analisando os discursos institucionais, as políticas de preservação e a percepção da comunidade. O objetivo central é compreender como esses bens são mobilizados simbolicamente e afetivamente, avaliando se os patrimônios vinculados ao legado farroupilha produzem ressonância na população local. Partimos da hipótese de que os mecanismos legais de tombamento, por si só, não garantem a preservação efetiva, sendo essencial a ativação social e emocional desses bens. A metodologia combinou análise documental (processos de tombamento, inventários e fontes históricas), história oral (entrevistas com agentes do IPHAN, IPHAE, UFPel e Museu Histórico Farroupilha) e questionários aplicados à comunidade, abrangendo tanto o perímetro urbano quanto os distritos rurais. Os resultados foram organizados em três eixos: (1) a trajetória da patrimonialização em Piratini, marcada por fases distintas (heroica, moderna e contemporânea); (2) a ativação prática do patrimônio, em que se discutem as ressignificações dos bens tombados por meio de usos culturais, turísticos e educativos; e (3) a ressonância comunitária, evidenciada pelos questionários, que revelaram uma dualidade: enquanto os símbolos farroupilhas são reconhecidos como patrimônio oficial, a comunidade identifica maior valor afetivo em espaços de convívio cotidiano, como o balneário municipal e o CTG. Conclui-se que a preservação patrimonial em Piratini é um processo dinâmico e contraditório, no qual a dimensão institucional não coincide integralmente com as percepções locais. A ressonância dos bens tombados existe, mas é mediada por camadas de significado que transcendem o discurso oficial, demandando políticas que integrem a salvaguarda legal à participação comunitária. O estudo reforça a importância de se considerar o patrimônio não apenas como herança histórica, mas como recurso vivo, cuja sustentabilidade depende de sua relevância social e afetiva.

Palavras-chave: Piratini; processos de patrimonialização; ativação patrimonial; ressonância patrimonial; legado farroupilha.

Abstract

QUEVEDO, Gisele D. Talking Houses in Piratini: heritage activation of farroupilha legacy and heritage from beyond named estates. 2025. 195 f. Thesis (Social Memory and Cultural Heritage Doctorate) - Social Memory and Cultural Heritage Postgraduate Program, Human Science Institute, Pelotas Federal University, Pelotas, 2025.

This thesis explores the patrimonial activation process of the named cultural estates in the Piratini, RS, analyzing the institutional speeches, the preservation politics and the community perception. The main objective is to understand how these heritage assets are mobilized symbolically and affectively, assessing whether the heritage linked to the Farroupilha legacy resonates with the local population. Initially, we hypothesized that the legal mechanisms of landmarking on their own do not guarantee effective preservation, and that the social and emotional activation of these heritages is essential. The methodology combined documentary analysis (listing processes, knowledge inventories and historical sources), oral history (agents from IPHAN, IPHAE, UFPel and the Farroupilha Historical Museum were interviewed) and surveys applied to the community, covering both the urban perimeter and the rural districts. The results were organized into three axes: (1) the trajectory of patrimonialization in Piratini, marked by distinct phases (heroic, modern and contemporaneous); (2) the practical activation of patrimony, which discusses the resignification of listed heritages through cultural, tourist and educational purposes; and (3) community resonance, as evidenced by the surveys, revealing a duality: while the farroupilha symbols are recognized as official heritage, the community identifies greater affective value in spaces of daily interaction, such as the municipal balneary and the CTG. In conclusion, the heritage preservation in Piratini is a dynamic and conflicting process, in which the institutional dimensions do not fully coincide with local perceptions. The resonance felt by listed heritages exists, but it is mediated by layers of meaning that transcend official discourse, requiring policies that integrate legal safeguarding with community participation. The study highlights the importance of considering patrimony not just as a historical legacy, but as a living resource, whose sustainability depends on its social and emotional relevance.

Keywords: Piratini; patrimonialization processes; patrimonial activation; heritage resonance; Farroupilha legacy.

Lista de Figuras

Figura 1 – Coleção sobre os aspectos históricos de Piratiny.....	36
Figura 2 – Villa de Piratiny (1935).	37
Figura 3 – Palácio Farroupilha (1948).	42
Figura 4 – Placa do Palácio Farroupilha (1948).	42
Figura 5 – Placa do Palácio Farroupilha.....	43
Figura 6 – Casa de Garibaldi.	43
Figura 7 – Casa de Garibaldi (1948).	44
Figura 8 – Quartel General Farroupilha.....	45
Figura 9 – Quartel General Farroupilha.....	46
Figura 10– Sobrados em estilo colonial em Piratini.	53
Figura 11 – Sobrados de Piratini em 2023.	55
Figura 12 – Casa próxima a outros dois bens já reconhecidos.	58
Figura 13 – Entorno dos prédios tombados pelo IPHAN em 2023.....	58
Figura 14 – Entorno dos prédios tombados pelo IPHAN em 2023.....	59
Figura 15 – Casa de Bento Gonçalves (à esquerda) vista da praça.....	61
Figura 16 – Casa de Bento Gonçalves (1969).....	62
Figura 17 – Terreno onde foi a Casa de Bento Gonçalves.	62
Figura 18 – Ponte do Império.....	67
Figura 19 – Mosaico com fotos dos bens tombados pelo IPHAE.	72
Figura 20 – Museu Histórico Farroupilha.....	92
Figura 21 – Exposição antes de 2000.	93
Figura 22 – Exposição inaugurada em 2002.	96
Figura 23 – Luneta do período farroupilha.	101
Figura 24 – Moeda República Rio-Grandense República Rio-Grandense.....	102
Figura 25 – Pistolas do período farroupilha.....	102
Figura 26 – Urna da eleição presidente da República Rio-Grandense.	103
Figura 27 – Bandeira usada em batalha.....	104
Figura 28 – Moldura Heróis sem Rosto.....	105
Figura 29 – Fuga de Anita a Cavalo.....	107
Figura 30 – Entrega da obra "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha".	108
Figura 31 – Exposição MHMBL.....	111
Figura 32 – Linha Farroupilha.	114

Figura 33 – Grupo de Artes Encenação.	116
Figura 34 – Fazenda Don Martin / Mostra Teatral Alma Corrompida.	118
Figura 35 – Elenco Mostra Teatral Alma Corrompida, Galera da Arte.	119
Figura 36 – Abertura da Semana Municipal de Valorização do Patrimônio em Piratini/ 2023	126
Figura 37 – Click – Novos Olhares do Lugar em que Vivo.....	127
Figura 38 – Dia do Patrimônio 2024	128
Figura 39 – Convite para reinauguração.....	132
Figura 40 – Apresentação na escola Antenor Elias de Matos.....	139
Figura 41 – Apresentação na escola José Maria	139
Figura 42 – Mapa de Piratini (produzido pela técnica de arpilleria).	143

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Distribuição por gênero pesquisa online	149
Gráfico 02 – Distribuição geográfica pesquisa online	149
Gráfico 03 – Distribuição por gênero pesquisa presencial.....	150
Gráfico 04 – Distribuição geográfica pesquisa presencial	150
Gráfico 05 – Perfil profissional pesquisa online	151
Gráfico 06 - Os patrimônios mencionados coincidem com os oficialmente reconhecidos? (online).....	152
Gráfico 07 - Os patrimônios mencionados coincidem com os oficialmente reconhecidos? (presencial)	153
Gráfico 08 – Como ficou sabendo sobre esses patrimônios (online)	153
Gráfico 09 – Como ficou sabendo sobre esses patrimônios (Presencial)	153
Gráfico 10– Experiência de visitação MHF (online).....	154
Gráfico 11– Experiência de visitação MHF (presencial)	155
Gráfico 12– Experiência de visitação MHMBL (online).....	156
Gráfico 13– Experiência de visitação MHMBL (presencial)	156
Gráfico 14– Conhecimento sobre os grupos teatrais locais (online)	157
Gráfico 15– Conhecimento sobre os grupos teatrais locais (presencial)	157
Gráfico 16– Familiaridade com o espaço da Casa de Cultura (Casa de Garibaldi - online).....	157
Gráfico 17– Familiaridade com o espaço da Casa de Cultura (Casa de Garibaldi - presencial)	157
Gráfico 18– Uso de um bem tombado em espaço comercial (online).....	158
Gráfico 19– Uso de um bem tombado em espaço comercial (presencial)	158
Gráfico 20– Patrimônios lembrados pela comunidade	162
Gráfico 21– Patrimônios que a comunidade expressa desejo de preservar	162

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Processos abertos no período de 1938 a 1968 no RS.....	40
Tabela 2 - Tombamentos no período de 1938 a 1968 no RS.	41

Lista de Abreviaturas

AC/IPHAN – Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
– Rio de Janeiro

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CPHAE – Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAURB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FNpM – Fundação Nacional pró Memória

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHF – Museu Histórico Farroupilha

MHMBL – Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa

MJC – Museu Júlio de Castilhos

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

RS – Rio Grande do Sul

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SURBAM – Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administrativo Municipal,
órgão da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do
Governo do Estado do Rio Grande do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 Introdução	16
2 Passado e presente: preservação do patrimônio oficial em Piratini	28
2.1 Fase heroica (1930 -1969)	28
2.1.1 Contexto histórico, influência do Modernismo e a construção de uma identidade nacional	29
2.1.2 A Farroupilha inserida na construção da memória nacional - Tombamentos do SPHAN	34
2.1.3 Leis de proteção do patrimônio	46
2.1.4 Processo de seleção e descaracterização do patrimônio: reflexões sobre a preservação e perdas	53
2.2 Fase moderna (1970 -1999)	62
2.2.1 Tombamentos do IPHAE e Delimitação do centro histórico	64
2.2.2 Inventários de conhecimento	72
2.3 Fase atual (desde 2000)	75
3 Piratini: uma análise da ativação patrimonial desde a patrimonialização	82
3.1 Gestão e usos do Patrimônio Cultural: alguns aspectos	82
3.2 O Museu Histórico Farroupilha	87
3.2.1 Fundação Museu Histórico Farroupilha	87
3.2.2 Projeto de “Revitalização do Museu Histórico Farroupilha”	93
3.2.3 A Nova Face do Museu Farroupilha: Coleção e Exposição de 2021	99
3.3 Fundação Museu Municipal Barbosa Lessa	109
3.4 Plano Estratégico de Educação Patrimonial e Incremento ao Turismo e a Linha Farroupilha	112
3.5 Teatralização do patrimônio: Arte como Mediadora do Patrimônio	116
3.6 Educação para o patrimônio: a inclusão da disciplina História de Piratini no currículo municipal	121
3.7 Promovendo o Diálogo sobre Patrimônio Cultural: A Semana Municipal de Valorização do Patrimônio em Piratini	124
3.8 Espaços culturais e restauração participativa	129
3.9 A Iniciativa Privada na Preservação do Patrimônio Histórico: O Caso do Restaurante na Av. Maurício Cardoso e o Uso de Bens Tombados	132
4 Ressonância e Emoção Patrimonial na Comunidade de Piratini	135
4.1 Metodologia	137

4.2 Análise dos dados do questionário patrimônios que despertam conexão	146
4.2.1 Perfil dos Respondentes	148
4.2.2 Conhecimento sobre os Patrimônios Oficiais e fontes de informação	151
4.2.3 Espaços culturais e manifestações artísticas: Interação da comunidade com o Patrimônio.....	154
4.2.4 Emoção Patrimonial e a Ressonância do Legado Farroupilha em Piratini	159
5 Considerações Finais	164
Referências.....	167
FONTES ORAIS	172
FONTES DOCUMENTAIS	172
TRE	173
IPHAE	174
IPHAN.....	174
JORNAIS	174
Apêndices.....	176
Apêndice A	177
Apêndice B	181
Apêndice C	184
Anexos.....	186
ANEXO A.....	187
ANEXO B.....	188
ANEXO C.....	190
ANEXO D.....	191
ANEXO E.....	192
ANEXO F	193
ANEXO G	194
ANEXO H.....	195

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa pesquisa refere-se à ativação patrimonial do patrimônio cultural do município de Piratini, no Rio Grande do Sul. O título desta tese é inspirado no livro de poesias “Por aqui as casas falam”, de Juarez Machado de Farias¹ publicado em 2008 e também na música “As casas falam em Piratini” vencedora da 8ª edição da Vertente da Canção Nativa² no ano de 2020 com letra de Rodrigo Bauer e Juarez Machado de Farias, melodia de Marco Aurélio Vasconcellos e a interpretação de Maurício Barcellos.

A cidade de Piratini localiza-se na Mesorregião Sudeste Rio-grandense e na Microrregião da Serras do Sudeste. Está distante 345 km da capital do estado, Porto Alegre. E é reconhecida na História do Brasil pela importância que teve durante a Guerra dos Farrapos, sendo a primeira e a última capital da República Rio-Grandense.

Os termos “Farrapos” e “Farroupilha” referem-se aos revolucionários que participaram da Revolução Farroupilha (1835–1845), também conhecida como Guerra dos Farrapos, um conflito regional no sul do Brasil contra o governo imperial. O movimento buscava maior autonomia política, justiça fiscal e, em seu auge, proclamou a República Rio-Grandense (1836) e a República Juliana (1839, em Santa Catarina).

Preferimos utilizar o termo Guerra dos Farrapos, ao invés de Revolução Farroupilha, uma vez que esse termo faz parte do processo de ressignificação do conflito. No entanto, para acompanhar as referências e documentos consultados em alguns momentos optamos por manter “Revolução Farroupilha”.

¹ Juarez Machado de Farias é natural e residente em Piratini/RS. É advogado, radialista e poeta, sendo autor de dois livros de poesia: “Verso de Azul” (1995) e “Por Aqui as casas falam” (2008). Autor de mais de cinquenta letras e poemas gravados em elepês e CDs de festivais nativistas, conjuntos e intérpretes regionalistas.

² A Vertente da Canção Nativa teve sua primeira edição em 1987, quando as grandes composições apresentadas já sinalizavam o nascimento de um grandioso festival a enriquecer o calendário de eventos do município de Piratini e do Rio Grande do Sul. Fonte <http://www.procultura.rs.gov.br>

A Guerra dos Farrapos foi uma das revoltas mais longas do Brasil durante o Período Regencial (1831–1840), fase marcada por instabilidade política e social após a abdicação de Dom Pedro I. Sob as Regências Trina Provisória, Permanente e Una, o país enfrentou diversas revoltas provinciais, como a dos Farrapos, que evidenciaram tensões regionais. O Ato Adicional de 1834 tentou promover reformas, como a descentralização administrativa e maior participação popular, mas sua eficácia foi limitada pelos conflitos da época. O período só terminou com a antecipação da maioria de Dom Pedro II, deixando um legado de desafios políticos para seu reinado.

Dentre as revoltas provinciais, a Guerra dos Farrapos destacou-se não apenas por sua longa duração, quase dez anos, mas também por representar uma séria ameaça à unidade territorial do Brasil. O movimento surgiu da insatisfação das elites gaúchas, especialmente estancieiros (proprietários de grandes fazendas de gado) e charqueadores (donos de fábricas de charque, carne seca e salgada que era vendida para outras regiões do país). Esses grupos revoltaram-se contra os altos impostos cobrados pelo Império sobre o charque e contra a nomeação de presidentes de província que não contavam com sua aprovação. Sob a liderança de figuras como Bento Gonçalves da Silva, os farrapos lutavam por maior autonomia regional. Em 1838, chegaram a proclamar a República Rio-Grandense, que buscava independência política do governo central, embora mantivesse relações comerciais com o resto do Brasil e propusesse uma federação com outras províncias que adotassem o sistema republicano. Piratini, escolhida como capital, exerceu essa função de 1836 a 1839 e, novamente, em 1843, até o fim do conflito (Pesavento, 1992, p. 39).

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, nesse período, foi elevada à categoria de Vila pelo governo imperial, em 15 de dezembro de 1830, desmembrando-se de Rio Grande. Conquistava desse modo um território bastante extenso, que abrange atualmente os municípios de Piratini, Canguçu, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande, Jaguarão, Herval, Pinheiro Machado, Candiota, Hulha Negra e parte de Bagé. Contudo, teve sua extensão reduzida em 1832, quando os municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Herval e Pedro Osório foram desmembrados, formando a Freguesia do Divino Espírito Santo.

Em 13 de junho de 1832, a primeira Câmara Municipal de Vereadores foi empossada. Esses eventos ilustram a ascensão da Vila de Piratini, que estava em pleno desenvolvimento quando a Guerra dos Farrapos começou. Nessa mesma

Câmara, em 5 de novembro de 1836, foi registrada a ata que declarava a independência da Província, e no dia seguinte, 6 de novembro, Bento Gonçalves da Silva, ainda preso pelas tropas imperiais, foi eleito o primeiro presidente da República Rio-Grandense. Durante a sua prisão, o vice-presidente, José Gomes de Vasconcelos Jardim, substituiu-o interinamente a presidência³.

A escolha de Piratini como capital da República Rio-Grandense foi motivada pelo seu período de ascensão, o que propiciou o crescimento da vila, já dotada de vários prédios adequados para abrigar os serviços públicos. Além disso, as excelentes condições de defesa, decorrentes de uma localização estratégica que permitia a visualização de inimigos a longas distâncias, foram fatores determinantes. A isso se somou a boa receptividade da população aos ideais farroupilhas, conforme expresso no decreto de José Gomes de Vasconcelos Jardim quando a elevou à categoria de cidade em 6 de abril de 1837, com a denominação de "Mui Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratini". (CV – 5277)⁴

Piratini, com seu protagonismo no período farroupilha e seu patrimônio arquitetônico singular, consolidou-se não apenas como referência regional, mas também como objeto de interesse para a preservação memorial no século XX. Foi nesse contexto que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, elegeu a cidade como um de seus primeiros focos de atuação no Rio Grande do Sul. Seu conjunto urbano harmonioso e seu legado como primeira capital farroupilha representavam valores que transcendiam a esfera local, alinhando-se ao projeto nacional de construção identitária através do patrimônio.

A instituição, criada durante o governo Vargas, tinha como missão identificar, proteger e promover bens históricos e culturais. Em seus primeiros anos, porém, predominou uma visão que privilegiava a arquitetura colonial como símbolo da nacionalidade. Como observa Nascimento (2011, p. 62), a opção pela arquitetura do período colonial firma-se na noção do patrimônio como constituidor da nacionalidade. “A arquitetura barroca erigida pelo colonizador português buscada com afinho pelos técnicos do patrimônio e encontrada em diversos pontos do país unificava o território e conferia identidade ao Brasil”. Essa diretriz explica por que todos os bens tombados pelo IPHAN em Piratini, a Casa de Garibaldi (outubro de 1941), o Palácio Farroupilha

³ Atas disponíveis no acervo do Museu Histórico Farroupilha.

⁴ Coleção Varela encontrados nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Vol. 09, 1985, p.339.

(fevereiro de 1941) e o Quartel General Farroupilha (setembro de 1952), compartilham não apenas o estilo colonial, mas também sua associação ao episódio farroupilha. O primeiro processo, iniciado já em fevereiro de 1938 (nº 0097-T-38), foi um dos pioneiros no estado.

Paralelamente à atuação federal, Piratini destacou-se na esfera municipal: entre 1952 e 1956, promulgou leis de proteção patrimonial e implementou um Plano Diretor e um plano urbanístico. As leis n.º 13 de 18 de novembro de 1952, n.º 76 de 21 de julho de 1955 e n.º 10 de 23 de abril de 1956. Além dessas leis, é importante destacar que o município já possuía um Plano Diretor e um plano urbanístico que incluíam diretrizes para a preservação do patrimônio e a delimitação inicial do centro histórico. Segundo Rodrigues (2010), Piratini foi o primeiro município do Rio Grande do Sul a estabelecer uma legislação patrimonial, fator que, sem dúvida, contribuiu para a preservação de seu centro histórico.

No Rio Grande do Sul, a legislação urbana pioneira que fez referência ao tema do patrimônio cultural edificado é o Plano Urbanístico de Piratini. Concebido pelo engenheiro urbanista Francisco Riopardense de Macedo, na década de 50, delimitava um centro histórico. (Rodrigues, 2010, p. 24-25)

No contexto da pesquisa, Piratini possuía o segundo maior número de bens tombados no IPHAE, perdendo apenas para a capital do estado, Porto Alegre. No entanto, no final da década de 1980, era o município com o maior número de bens tombados no Rio Grande do Sul. O primeiro processo refere-se ao bem Ponte do Império, sob o número 11997/1984, e o segundo abrange um conjunto de 14 bens registrados sob o número 52055/1984. Embora muitos desses bens não estejam diretamente ligados ao legado farroupilha, a justificativa para tantos tombamentos em um único processo foi atribuída à importância do município durante esse período.

Em 10 de dezembro de 1984 o município de Piratini promulgou a Lei n.º 767 estabelecendo a delimitação do centro histórico em uma iniciativa que contou com a participação de diversos profissionais da área, incluindo técnicos do IPHAN, IPHAE e do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O reconhecimento/tombamento são elementos da chamada ativação patrimonial, um dos conceitos centrais utilizados nessa pesquisa, segundo a concepção do antropólogo Llorenç Prats (2005), o conceito refere-se ao processo dinâmico de mobilização de valores associados a elementos memoriais. Este processo envolve uma seleção, interpretação e institucionalização conduzida de

maneira colaborativa por agentes sociais. O cerne da ativação patrimonial reside na valorização, por meio de um discurso patrimonial, dos referenciais escolhidos, destacando seus significados e importância contextual. Prats (2005) destaca que essa prática não apenas define o que é considerado patrimônio, mas também estabelece que o reconhecimento desse patrimônio é fundamentado em uma construção social ampla, respaldada por um discurso memorial compartilhado. Assim, a ativação patrimonial transcende os limites de entidades específicas, exigindo a participação ativa do setor público, das instituições privadas, da academia e da sociedade civil. Conforme Prats (2005), a ativação patrimonial não é uma especificidade natural, mas uma atribuição de significado contextualizada na sociedade, que cria códigos de representação, tanto físicos quanto simbólicos, para conferir valor aos elementos escolhidos.

O conceito de ativação patrimonial, conforme defendido por Prats (2005), refere-se à prática de dar vida e utilidade aos bens patrimoniais, utilizando-os como recursos para promover o desenvolvimento cultural, social e econômico de uma determinada comunidade ou região. Isso geralmente envolve a implementação de estratégias que visam integrar o patrimônio cultural no cotidiano das pessoas, incentivando seu uso e valorização, ao mesmo tempo em que se preserva sua importância histórica e cultural. Em resumo, a ativação patrimonial busca criar um equilíbrio entre a conservação do patrimônio e seu uso dinâmico para benefício das comunidades e da sociedade em geral. Nesse sentido será estudado o contexto em Piratini que vai tratar de analisar os processos de tombamento no IPHAN, no IPHAE e as leis municipais de proteção ao patrimônio.

Segundo Brito (2017), o conceito de comunidade pode ser entendido como um grupo social coeso, que compartilha elementos culturais, históricos e patrimoniais comuns, e que busca preservar e promover essa identidade coletiva frente aos desafios e influências externas. A comunidade, nesse contexto, atua como um agente ativo na salvaguarda do patrimônio cultural, participando ativamente na construção e manutenção de sua herança cultural.

Neste contexto, o sociólogo francês Jean Davallon (2014) argumenta que um objeto não alcança a posição de patrimônio sem despertar interesse suficiente entre os membros do grupo; do contrário, é relegado ao esquecimento ou destruição, sem que se possa estabelecer a sua origem. O autor sustenta que o regime de patrimonialidade se manifesta por meio da transformação contínua do patrimônio e de

sua transmissão. Segundo Davallon, esse processo ocorre quando a gestão e a valorização do patrimônio são conduzidas pelo próprio grupo ou pelas comunidades envolvidas, juntamente com o poder de revitalização desses coletivos.

Dessa forma, o **objetivo geral** desta pesquisa foi investigar e compreender o processo de ativação patrimonial dos bens patrimonializados oficialmente no município de Piratini, Rio Grande do Sul, considerando os discursos, as políticas de preservação e a percepção e o envolvimento da comunidade nesse processo. Tendo como **objetivos específicos**:

- Mapear e documentar os bens culturais tombados em Piratini, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os simbólicos e históricos associados a cada um.
- Compreender como se dá o processo de ativação patrimonial no município de Piratini.
- Mapear as percepções da comunidade local em relação aos patrimônios locais, compreendendo como essas percepções influenciam a valorização e a interação com o patrimônio cultural. Além disso, identificar, por meio dos discursos, o que sustenta esses patrimônios para além dos tombamentos.
- Analisar se esses bens patrimoniais produzem ressonância na comunidade e investigar outras formas de patrimônio valorizadas.

Esta pesquisa partiu de uma questão central: **os bens tombados do legado farroupilha realmente ressoam na comunidade de Piratini?** Buscamos compreender em que medida esses monumentos oficialmente protegidos, frequentemente celebrados no discurso institucional, de fato se integram ao cotidiano e ao imaginário local, transcendendo sua materialidade para assumir significado afetivo e identitário. Nossa hipótese principal sustenta que, embora os mecanismos formais de proteção (tombamentos e legislações) sejam necessários, eles se mostram insuficientes quando desacompanhados de processos contínuos de ativação patrimonial e engajamento comunitário.

Partimos do pressuposto de que a verdadeira preservação exige mais que a mera conservação física, demanda a transformação desses bens em lugares de memória vivos, capazes de articular passado e presente através de práticas sociais significativas.

A presente proposta de pesquisa visou explorar a ativação patrimonial na cidade de Piratini, Rio Grande do Sul, a partir de uma perspectiva que articula história, memória e políticas culturais. Como historiadora formada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e pesquisadora dedicada aos estudos sobre patrimônio e identidade regional, minha trajetória acadêmica e profissional tem sido marcada por um compromisso com a preservação e a dinamização da memória coletiva, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul.

Minha relação com Piratini remonta aos anos de 2003 a 2008, quando atuei no Museu Histórico Farroupilha (MHF) como parte da minha formação em Licenciatura em História. Essa experiência foi fundamental não apenas para minha qualificação profissional, mas também para despertar um interesse profundo pela história e pelo patrimônio cultural da cidade. Esse envolvimento resultou, em 2007, no meu trabalho de conclusão de curso, "Levantamento Histórico-Cultural da Cidade de Piratini (RS)", no qual realizei um mapeamento inicial do patrimônio material e imaterial do município.

Posteriormente, no Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel, 2017), aprofundi essa investigação por meio da dissertação "A festa da Bicharada do Ari: um patrimônio da comunidade de Piratini (RS)", na qual analisei criticamente uma festa popular que constitui uma tradição local. Esse trabalho consolidou minha expertise em patrimônio imaterial e evidenciou a importância de desenvolver estratégias de valorização cultural com participação ativa da comunidade.

Agora, no Doutorado, proponho avançar nessa linha de pesquisa, investigando os processos de ativação patrimonial em Piratini. A escolha desse tema justifica-se não apenas pela continuidade da minha trajetória acadêmica, mas também pela sua relevância em múltiplos aspectos.

Este estudo preenche uma lacuna nos estudos sobre patrimônio no Rio Grande do Sul, pois, conforme verificado no banco de teses e dissertações da Capes (síntese no Apêndice A), não há trabalhos específicos sobre ativação patrimonial em Piratini. Além disso, o estudo contribui para os debates contemporâneos sobre memória social, turismo cultural e políticas de preservação, dialogando com a historiografia nacional e internacional.

Piratini, como primeira capital farroupilha, possui um patrimônio histórico de grande significado simbólico, tanto para o estado quanto para o país. No entanto, muitos de seus bens culturais e manifestações tradicionais permanecem subutilizados ou pouco conhecidos. Esta pesquisa busca compreender como a memória farroupilha

e outras narrativas locais podem ser mobilizadas para fortalecer a identidade coletiva, fomentar o turismo sustentável e promover o desenvolvimento regional.

A tese também se justifica por seu potencial aplicado, uma vez que pretende colaborar com gestores públicos, instituições culturais e a própria comunidade na elaboração de estratégias que integrem o patrimônio ao cotidiano da cidade, garantindo sua preservação ativa e não apenas monumental.

Dessa forma, esta pesquisa consolida meu perfil como historiadora especializada em patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que oferece contribuições teóricas e práticas para o campo. Ao retomar Piratini como objeto de estudo, reafirmo meu vínculo com a cidade e meu compromisso em produzir conhecimento que dialogue com as demandas sociais, acadêmicas e políticas do presente.

As categorias e os conceitos que nos ajudaram a responder ao problema de pesquisa estão relacionados à patrimonialização, à ativação patrimonial, ao uso e à gestão do patrimônio, além dos efeitos de ressonância e da emoção patrimonial na comunidade, e foram discutidos progressivamente nos capítulos subsequentes. Este processo viabilizou uma discussão contínua entre o tema em análise e os conceitos pertinentes.

Para a coleta de dados, esta pesquisa lançou mão de um conjunto diversificado de fontes e abordagens metodológicas, articulando análise documental e história oral em um diálogo constante entre registros institucionais e narrativas pessoais. A análise documental concentrou-se em fontes históricas referentes às esferas nacional, estadual e municipal, incluindo inventários, processos de tombamento, cartas oficiais e jornais do período, muitos dos quais foram disponibilizados eletronicamente pelos arquivos do IPHAN e do IPHAE ainda no primeiro ano da pesquisa. Essa digitalização, acelerada no contexto das restrições impostas pela pandemia de COVID-19⁵, foi fundamental para o avanço do trabalho, permitindo o acesso remoto a materiais essenciais para compreender os processos de patrimonialização em Piratini.

Além disso, a história oral desempenhou um papel central na fase inicial da pesquisa, ainda em 2021, quando as limitações da pandemia impediam o trabalho de campo presencial. Por meio de entrevistas online, foram coletados depoimentos de

⁵ A pandemia da COVID-19 começou em março de 2020, e o isolamento social tornou-se uma medida crucial no combate a essa nova doença. Durante o primeiro ano da pesquisa, todas as atividades foram conduzidas online devido ao fechamento de universidades, arquivos e outras instituições de pesquisa. Isso incluiu aulas, eventos, pesquisas em arquivos e entrevistas de história oral, todas realizadas remotamente ao longo de 2021.

agentes-chave envolvidos na preservação do patrimônio em Piratini, como professores de Arquitetura da UFPel, funcionários do IPHAN, IPHAE e do Museu Histórico Farroupilha. Entre os entrevistados, destacam-se o arquiteto Luiz Fernando Rhoden, responsável pelos inventários do IPHAN no Rio Grande do Sul na década de 1990; a arquiteta Luzia dos Santos Abreu, que atuou no inventário de Piratini; a professora Ana Lúcia Costa de Oliveira (FAUrb/UFPel), especialista em preservação patrimonial na região sul do estado; a arquiteta Mirian Sartori Rodrigues, ex-diretora do IPHAE e pesquisadora com estudos sobre Piratini; e Francieli dos Santos Domingues Corral, então diretora do Museu Histórico Farroupilha, cujo depoimento enriqueceu a análise da nova exposição do MHF. Esses relatos foram essenciais não apenas para suprir lacunas deixadas pelos registros oficiais, mas também para delimitar o escopo do estudo, definindo os eixos centrais da tese a partir das percepções dos próprios atores envolvidos na patrimonialização.

À medida que as restrições sanitárias foram flexibilizadas, o estudo incorporou também estratégias de coleta presencial, incluindo a aplicação de questionários via Google Forms e em formato físico em escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Piratini. Essa abordagem permitiu expandir a amostragem para todos os distritos do município, mapeando os afetos e as ressonâncias que o patrimônio produz na comunidade. Dessa forma, a tese articula diferentes escalas de análise, partindo das dinâmicas institucionais que conformam o patrimônio oficialmente reconhecido até as práticas cotidianas e os significados atribuídos pela população, oferecendo uma compreensão abrangente das complexas relações entre memória, patrimônio e identidade em Piratini.

Cumprir destacar que esta pesquisa não se propõe a analisar a construção da memória por meio de fontes historiográficas, imprensa ou monumentos, pois tais aspectos já foram amplamente discutidos por Silva (2019), Stumpf (2015), Santos (2018), Fuão (2009), entre outros, conforme observado no levantamento realizado. Sendo assim, esta pesquisa se situa, no campo dos estudos de problematização dos processos oficiais de valoração patrimonial enquanto atos de poder de construção memorial e simbólica do Estado. Mas mais do que isso, entender os usos do passado e os valores que transitam nas relações atuais entre a comunidade e o patrimônio cultural.

Sendo assim, esta tese estrutura-se em três capítulos que, articulados, buscam não apenas expor os conceitos fundamentais da pesquisa, mas também analisar criticamente as dinâmicas de patrimonialização, ativação e ressonância do patrimônio em Piratini. O percurso inicia-se com uma contextualização histórica e legal dos processos de tombamento, avança para as práticas contemporâneas de gestão e uso dos bens patrimoniais e culmina em uma reflexão sobre a relação afetiva e simbólica entre a comunidade e seu patrimônio, explorando também o reconhecimento de elementos patrimoniais além daqueles oficialmente tombados e chancelados pelo Estado.

No primeiro capítulo, traça-se a trajetória da patrimonialização em Piratini, organizada em três etapas distintas conforme a periodização de Fonseca (2017): a fase heroica (década de 1930), marcada pelas primeiras ações de tombamento vinculadas a narrativas nacionais; a fase moderna (década de 1970), com a descentralização das políticas de preservação; e a fase atual (a partir dos anos 2000), caracterizada pela diversificação de agentes e debates em torno do patrimônio. Além de mapear os instrumentos legais, este capítulo problematiza os critérios e os contextos políticos que orientaram cada etapa, oferecendo um panorama crítico sobre como o Estado conformou a memória oficial da cidade.

O segundo capítulo dedica-se à ativação do patrimônio, investigando como os bens tombados são apropriados, geridos e ressignificados na prática. Este capítulo aborda a ativação patrimonial como um processo dinâmico que transcende o mero reconhecimento legal de um bem cultural, exigindo uma ressignificação contínua por meio de discursos, usos sociais e gestão (Prats, 2005). Analisa-se como o patrimônio se transforma em um recurso vivo quando integrado a práticas culturais, educativas e turísticas, fortalecendo identidades coletivas e adquirindo novos sentidos na interação com a comunidade. A discussão também problematiza a noção tradicional de patrimônio, destacando, a partir de Canclini (1999), a necessidade de incluir manifestações contemporâneas e usos sociais nas políticas de preservação, de modo que os bens culturais não apenas remetam ao passado, mas respondam às demandas e dinâmicas atuais da sociedade. Assim, o capítulo demonstra que a gestão e a apropriação social são fundamentais para que o patrimônio cumpra seu papel como elemento ativo na construção da memória e do desenvolvimento comunitário.

Por fim, **o terceiro capítulo** desloca o foco para a comunidade, explorando a ressonância emocional e simbólica do patrimônio em Piratini. Por meio dos resultados obtidos com a aplicação de questionários, discute-se como os habitantes reconhecem e atribuem valor aos bens oficiais e os não oficializados (como práticas, saberes ou paisagens, etc) ampliando a noção de patrimônio para além dos marcos institucionais. Este capítulo não apenas revela as camadas subjetivas do patrimônio, mas também reflete sobre seu papel na construção de identidades locais e na mobilização social.

Ao integrar dimensões históricas, políticas e afetivas, esta tese busca oferecer uma compreensão multidimensional do patrimônio em Piratini, destacando tanto suas contradições quanto seu potencial como agente de transformação social.

AS CASAS FALAM EM PIRATINI

As casas falam em Piratini...
Corpos de pedra, almas de madeira...
Falam de tudo pra quem sabe ouvir
o seu silêncio de uma vida inteira!

À muito poucos, seu dialeto importa
e a História pesa sobre os seus telhados...
Escancarando as suas grandes portas
eu sinto o hálito do seu passado!

As casas falam em Piratini...
Veias de limo, corações de barro...
Nossos fantasmas vagam por aqui
e, em todos eles, sem querer, esbarro!

Nos alicerces dessas velhas casas
nossas raízes vão formando quilhas!
Pelas janelas, emplumando as asas
os ideais da Pátria Farroupilha!

As casas falam em Piratini
e eu as escuto em atenção eterna...
Muitos não ouvem o que a pedra diz
enclausurados na surdez moderna!

Meu verso atinge a lucidez daqueles
que a identidade trazem junto a si...
Por isso afirmo para todos eles:
“As casas falam em Piratini!”

AS CASAS FALAM EM PIRATINI
Letra: Rodrigo Bauer e Juarez Machado de Farias

2 PASSADO E PRESENTE: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO OFICIAL EM PI-RATINI

Este capítulo tem como objetivo realizar um levantamento dos registros de tombamentos oficiais, legislação e políticas de preservação do patrimônio no município de Piratini, analisando sua evolução em três fases distintas, conforme a periodização inspirada no modelo de Fonseca (2017) que discute a trajetória das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, focando em dois momentos principais, o primeiro que denomina fase heroica (nos anos 30) e o segundo de fase moderna (nos anos 70). A divisão proposta busca refletir as transformações no processo de patrimonialização local, alinhando-se às dinâmicas de inventário, reconhecimento e salvaguarda que marcaram cada período.

A primeira parte aborda a fase heroica, iniciada na década de 1930, quando os esforços iniciais de preservação em Piratini estavam vinculados a uma narrativa histórica e simbólica, frequentemente associada ao imaginário regional. A segunda parte examina a fase moderna, a partir dos anos 1970, marcada por uma maior institucionalização das políticas patrimoniais e pela ampliação dos critérios de valorização cultural. Por fim, a terceira parte dedica-se à fase contemporânea, pós-2000, na qual se observam novas abordagens de gestão, participação social e desafios frente às dinâmicas urbanas e culturais.

O recorte temporal adotado não apenas reflete os marcos históricos locais, mas também permite identificar como cada período corresponde a uma etapa distinta no processo de patrimonialização, conforme proposto por Fonseca (2017). Dessa forma, busca-se oferecer uma análise sistematizada e contextualizada, contribuindo para a compreensão da trajetória da preservação em Piratini.

2.1 Fase heroica (1930 -1969)

Durante a fase heroica, uma política voltada para os bens de "pedra e cal" prevaleceu, com a valorização dos bens tombados sendo realizada principalmente pelos funcionários do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse período, as inscrições no Livro do Belas Artes (LBA) eram comuns, enquanto a presença de historiadores no quadro de funcionários era praticamente inexistente. Como resultado, os tombamentos tinham principalmente um caráter estético, focando

principalmente nas expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas, especialmente aquelas de origem luso-brasileira.

Os tombamentos do SPHAN em Piratini ocorreram nesse período. No entanto, nesse caso, o que justificava os tombamentos era seu valor de testemunho e não o valor artístico do bem.

Durante esse período, as patrimonializações não se alinhavam com a perspectiva contemporânea de ativação patrimonial. Autores como Prats (2005), Davallon (2014), Gonçalves (2005) entre outros redefinem o conceito, destacando a importância da participação da comunidade na gestão e valorização do patrimônio cultural. Contrariamente, nesse período, as intervenções tendiam a ser centralizadas e muitas vezes desconsideravam as práticas culturais locais, priorizando uma visão nacionalista e hierárquica do patrimônio. Essa abordagem resultava em uma apropriação simbólica do patrimônio, sem o envolvimento efetivo das comunidades e sem considerar suas necessidades e identidades.

2.1.1 Contexto histórico, influência do Modernismo e a construção de uma identidade nacional

Inicialmente, procederemos a uma análise retrospectiva da preservação do patrimônio cultural brasileiro e das influências que sofreu nesse período. Este exercício tem por objetivo proporcionar uma compreensão dos motivos que contribuíram para que Piratini (uma pequena cidade do interior), tenha recebido destaque na patrimonialização nas décadas iniciais da fase heroica no estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Fernandes (2010), antes do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 houve diversos anteprojetos na tentativa de proteção e preservação do patrimônio brasileiro que falharam. Somente com a organização do IPHAN e a criação do aparato jurídico do “tombamento como instrumento tutelar de preservação dos bens culturais” (Fernandes, 2010, p. 11) foi finalmente institucionalizada a política federal de proteção ao Patrimônio Histórico Nacional.

Durante este período específico, não conseguimos encontrar ampla documentação que aponte para discussões sobre patrimônio histórico no Rio Grande do Sul. No entanto, em 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade convidou Augusto

Meyer⁶ para participar do SPHAN como representante da 7ª região, que compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Assim, Augusto Meyer passou a ter um papel importante na preservação e valorização do patrimônio histórico desta região.

Além dos processos abertos no SPHAN, nos anos iniciais de funcionamento dessa instituição, as únicas evidências sobre esse levantamento são as cartas trocadas entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Augusto Meyer, pois os documentos e fotografias do relatório feito por Meyer não se encontram nos arquivos do IPHAN⁷. Conforme a arquiteta Ana Meira⁸:

Infelizmente, a maioria dos escritos e das fotos que Augusto Meyer enviou ao Iphan não foi localizada, mas pelas respostas do doutor Rodrigo pode-se reconstruir parte das sugestões encaminhadas para serem tombadas como patrimônio nacional. (Meira, 2019, p. 42).

Através da análise das correspondências trocadas entre Rodrigo Melo e Augusto Meyer nesse período podemos verificar que a cidade de Piratini já estava entre os primeiros bens inventariados, isso porque a Guerra dos Farrapos foi um dos limites históricos definido por Meyer para delimitar o levantamento do patrimônio do Rio Grande do Sul. Conforme descrito por Rodrigo Melo em carta enviada em 4 de junho de 1937:

Fiquei muito animado com as notícias que sua última carta me trouxe sobre o andamento do serviço no Rio Grande. Estou certo de que o senhor conseguirá até o fim deste mês coligir os dados essenciais sobre todos os monumentos de arquitetura de interesse artístico ou histórico existentes nesse Estado, assim como a documentação fotográfica mais completa possível relativa a cada um deles. Achei excelente o critério que o senhor adotou para esse efeito, limitando o inventário às obras edificadas no período compreendido entre as missões jesuíticas e a revolução dos Farrapos.⁹

Outro aspecto importante de ser destacado, é que tanto as missões jesuíticas como a Guerra dos Farrapos eram alvos de conflitos historiográficos no Rio Grande

⁶ MEYER, Augusto (1902 -1970). Poeta, ensaísta e folclorista brasileiro, foi membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Instituto Nacional do Livro. Atuou no modernismo gaúcho e destacou-se por obras poéticas e críticas literárias, especialmente sobre Machado de Assis.

⁷ Consultamos os arquivos do IPHAN do RS, RJ, SP, além da Biblioteca Luís Saia, do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul sem encontrar resultados ou rastros em nenhum desses arquivos.

⁸ Foi servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN como Técnica em Preservação Arquitetônica e, durante dez anos, desempenhou a função de Superintendente Estadual do IPHAN no RS. Informações coletadas do Lattes em 27/01/2023.

⁹ Carta de 04/06/1937, assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (Ame 11 – cp).

do Sul naquele período. No caso das missões, havia um grupo de historiadores que não as consideravam como símbolo da cultura brasileira, pela sua origem ligada à colonização espanhola. Bem como a Guerra dos Farrapos, que só foi incorporada ao discurso ligado à construção da identidade do gaúcho quase cem anos após o Tratado de Ponche Verde¹⁰.

Esse tema foi mencionado na entrevista concedida pelo arquiteto Luiz Fernando Rhoden (responsável no IPHAN – RS pelos inventários de conhecimento na década de 1990) em entrevista concedida em junho de 2021:

O Rio Grande do Sul historicamente se destacou como um estado com tendências separatistas, exatamente em função da Guerra dos Farrapos. Por isso, deve ser compreendida em um contexto mais amplo de construção de uma identidade nacional. Durante o governo de Getúlio Vargas, o IPHAN desempenhou um papel importante na promoção da unificação e identificação de todas as unidades federativas no Brasil como parte de uma nação unificada. Nesse processo, diversos bens materiais que eram referências históricas foram tombados, e houve uma mudança do discurso em relação à Guerra dos Farrapos, que passou a ser vista como uma das revoltas que se desenvolveram para a formação da nacionalidade brasileira. Nesse contexto, é importante considerar se as cartas de anuência dos proprietários não foram de alguma forma influenciadas para que esses tombamentos ocorressem. É necessário ter cuidado ao analisar esses tombamentos, uma vez que eles podem não ter ocorrido de maneira tão inocente assim. Da mesma forma, os tombamentos das Missões também se inseriram nesse contexto de construção nacional. Embora muitos historiadores considerem as Missões como parte da história da região Platina e não do Brasil. No entanto, Getúlio Vargas era missioneiro, natural de São Borja e sua influência política resultaram no tombamento de São Miguel das Missões. Portanto, a história do Rio Grande do Sul é complexa devido à sua origem espanhola e conquista posterior pelos portugueses. Esse conflito histórico foi gradualmente incorporado pelo IPHAN à narrativa da história nacional brasileira, desempenhando um papel significativo na construção da identidade nacional. É fundamental considerar o contexto amplo e interligado em que esses eventos ocorrem.¹¹

No Rio Grande do Sul, uma das primeiras instituições que exaltou a história da Guerra dos Farrapos foi o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920. Em 1935, essa Instituição realizou o seu primeiro Congresso, em âmbito nacional, que tinha como tema o centenário da Guerra dos Farrapos. Esses intelectuais que escreveram sobre a memória farroupilha nesse período e nesse

¹⁰ GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Editora da UFRGS, 1992.

¹¹ Luiz Fernando Rhoden, entrevista concedida em 22 de junho de 2021. O encontro virtual ocorreu no contexto da pandemia de Covid-19, sendo realizado no Google Meet, com entrevistadoras e entrevistado em suas respectivas residências. A conversa teve a duração de 1 hora e 13 minutos, sendo gravada e transcrita pelas autoras, optou-se por realizar um processo de "transcrição" (Meihy, 2005). Nesse processo, as informações fornecidas por Rhoden foram mantidas intactas, porém foram excluídas as perguntas e o discurso falado, caracterizado por coloquialismos e pausas naturais foi transformado em um texto formal, em conformidade com as regras gramaticais contemporâneas.

Congresso foram precursores da inserção desse conflito como parte da identidade nacional. Segundo a historiadora Ieda Gutfreind (1992), em sua análise sobre a influência política do Rio Grande do Sul na década de 1920 ao nível nacional, os membros da diretoria do Instituto apresentaram um discurso no sentido de associar a memória farroupilha à ideia de nacionalidade.

De acordo com Gutfreind (1992), nos pronunciamentos de Florêncio de Abreu e Silva, Lindolfo Collor e Souza Docca¹², o destaque foi dado à interpretação da história com base no conceito de nacionalidade. Enquanto o primeiro orador enfatizava o interesse patriótico como motivador para os membros do Instituto, Collor argumentava que era necessário escrever a história com foco nas "lutas heroicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade". Por sua vez, Docca acreditava que os membros da agremiação eram movidos por um único sentimento, o amor à pátria (p. 24).

O historiador Aurélio Porto¹³ desempenhou um papel fundamental na transição e no lançamento de uma visão renovada do Rio Grande do Sul, conforme destacado pela historiadora Ieda Gutfreind (1992). A partir da década de 1930, Porto expressou sua preocupação em destacar a identidade gaúcha dentro do contexto nacional. Ele se tornou pioneiro ao atribuir significado e importância à Guerra dos Farrapos, escrevendo sobre sua história e suas principais lideranças, como Bento Gonçalves (Gutfreind, 1992, p. 42).

É nesse contexto que se ampliou matérias em jornais de grande circulação no estado e mesmo fora dele que exaltavam e falavam sobre os prédios históricos de Piratini, o que deve ter contribuído e dado legitimidade aos processos aqui analisados.

Ao longo deste período, o SPHAN desenvolveu ações de preservação de bens culturais e patrimoniais, investindo em projetos de restauração e preservação de bens culturais e patrimoniais, que eram considerados representações da memória e cultura brasileira. O SPHAN também foi responsável pela criação de museus, parques nacionais e outros estabelecimentos culturais, que serviram como espaços para a divulgação e preservação da história e cultura brasileira.

O debate sobre a proteção do patrimônio cultural no Brasil ganhou força em um contexto político específico: durante o Estado Novo (1937-1945), sob o governo

¹² Os três eram membros da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

¹³ Sócio – fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, produziu trabalhos históricos desde a primeira década do século XX.

autoritário de Getúlio Vargas, o Poder Executivo centralizou as decisões, incluindo aquelas relacionadas à preservação. Antes da ascensão de Vargas, houve discussões e propostas legislativas na Câmara, mas nenhuma foi efetivamente implementada. Foi por meio de um decreto-lei, sem participação do Legislativo, que Vargas instituiu medidas de proteção ao patrimônio, as quais, embora relevantes, tinham um claro viés político e nacionalista. A esse processo somou-se a atuação de uma parcela da elite intelectual, sobretudo do Sudeste, que negociou com o regime e defendia valores alinhados ao projeto nacionalista do governo. Esses intelectuais, não uma unanimidade, mas um grupo seleto, publicavam artigos em jornais de grande circulação, alertando sobre os riscos de perda de monumentos e obras de arte coloniais e contribuindo para a seleção do que seria considerado “patrimônio nacional”. Dessa forma, a ideia de nação unificada foi instrumentalizada pelo regime, reforçando uma narrativa histórica e cultural específica.

Durante esse período, a abordagem do SPHAN estava voltada para a preservação do patrimônio de uma elite, que era considerada responsável pela formação da identidade nacional. Segundo a museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos (1996), é possível observar essa ênfase na seleção e exposição dos acervos. Fica evidente a escolha de destacar certos segmentos da sociedade, enquanto os acervos considerados mais populares são apresentados de forma “folclorizada” e regionalista, seguindo as teorias predominantes nos séculos XIX e início do XX, que foram posteriormente retomadas pelo Conselho Federal de Cultura (Santos, 1996, p 33 e 34).

Seguindo essa linha de raciocínio, o museólogo Mário de Souza Chagas (2002) ressalta o discurso homogeneizador presente nesse contexto. Segundo autor o objetivo é manter a continuidade e a preservação das riquezas e dos valores artísticos e científicos, direcionando a conservação dos monumentos para os “burgueses bem-sucedidos”. Aqueles que não se identificam com esses monumentos são politicamente excluídos do processo de construção da memória (Chagas, 2002, p. 50).

De acordo com a historiadora Marcia Chuva (2009), o Estado assumiu a responsabilidade de preservar a memória nacional ao tornar-se o guardião do patrimônio histórico e artístico do país. Nessa perspectiva, há uma seleção criteriosa dos bens a serem conservados, baseada em uma série de significados atribuídos a eles, com o objetivo de identificar o que, na visão do Estado, não deveria ser esquecido e que representava a consolidação da identidade nacional. Nesse contexto,

o Estado desempenhou um papel ativo na história, fazendo escolhas que buscavam representar a nação como um todo (Chuva, 2009, p. 173). Dentro da narrativa construída pelos membros do SPHAN, as tradições portuguesas e católicas ocupavam um lugar proeminente, refletindo a influência histórica e cultural desses elementos na formação da identidade brasileira. Como destacado por Chuva (2009), as noções de modernidade e tradição foram fundamentais nas ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil, evidenciando a importância atribuída a esses conceitos na formulação das políticas de preservação.

No estado do Rio Grande do Sul, nesse período, predominaram os tombamentos de bens com características da arquitetura do período colonial. No entanto, os de caráter puramente estético não tiveram grande destaque, com exceção da primeira década em que ainda prevaleceram. Nas próximas três décadas, os tombamentos do Rio Grande do Sul foram exclusivamente no Livro do Tombo Histórico, diferente do restante do país. Essa predileção pelo valor histórico, de acordo com Meira (2019), está relacionada ao fato de terem ocorrido “no século XIX as guerras e as revoltas mais significativas do estado”. A autora ressalta, também, que “a ênfase em relação aos tombamentos pelo valor histórico ocorreu na metade Sul do Rio Grande do Sul, uma vez que os “entrevos” se concentraram nessa região, próximo da Argentina e do Uruguai, de onde vinham as incursões castelhanas”. (Meira, 2019, p.220)

2.1.2 A Farroupilha inserida na construção da memória nacional - Tombamentos do SPHAN

O município de Piratini foi um dos primeiros no Rio Grande do Sul a ter processo de tombamento aberto (em 1938), tão logo a instituição responsável pela proteção e preservação do patrimônio brasileiro foi criada. Nas duas primeiras décadas de atuação do SPHAN, Piratini era o município do estado do Rio Grande do Sul com o maior número de bens tombados. Embora Porto Alegre tenha tido três tombamentos na década de 1938, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário teve seu tombamento cancelado e foi demolida, deixando apenas dois tombamentos definitivos nesse período, com um terceiro ocorrendo somente em 1963.¹⁴

¹⁴ A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi o primeiro cancelamento de tombamento, após a publicação do Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941. Que foi criado no governo do Getúlio Vargas para atender interesses de aliados do seu governo, o Decreto possui um único Artigo que diz:

No contexto do Rio Grande do Sul, a principal intenção era preservar a memória e a identidade da Guerra dos Farrapos, um evento que estava ganhando destaque no cenário nacional e sendo inserido como parte da identidade brasileira. Nessa perspectiva, adotamos o conceito de memória proposto por Joel Candau (2011), que a entende como um processo sociocultural dinâmico. Segundo essa abordagem, a memória envolve a construção de significados sobre o passado, a produção de narrativas históricas e a formação de identidades coletivas, elementos que se transformam conforme as mudanças políticas, sociais e culturais.

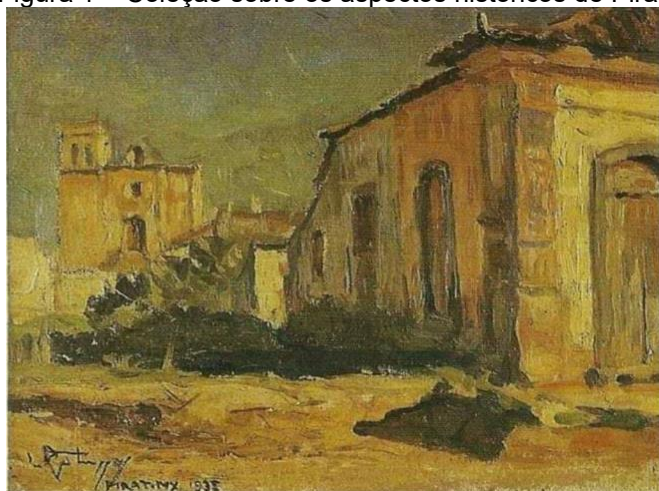
Segundo Candau (2011), a identidade constitui-se como uma construção sociocultural indissociável da memória. Ela se forma a partir de dois eixos fundamentais: as experiências e representações do passado, e as dinâmicas das relações sociais e culturais no presente. Essa construção multifacetada articula diversas dimensões, como gênero, raça, etnia, classe social e religião, que se organizam através das narrativas históricas e representações culturais próprias de cada grupo ou sociedade. Como afirma Candau (2011, p. 19), "não há busca por identidade sem memória, nem memória sem identidade", pois mesmo em nível individual, a reconstrução do passado está sempre impregnada de sentimentos identitários. Essa relação indissociável entre memória e identidade constitui um eixo fundamental na construção e reprodução sociocultural. Enquanto a memória atua como matriz formadora das identidades coletivas, estas, por sua vez, representam a expressão viva da memória grupal. Esse processo dinâmico permite aos indivíduos estabelecer conexões significativas com seu patrimônio histórico-cultural, gerando sentidos de pertencimento e continuidade temporal. E nossa interpretação da relação entre memória e identidade em Piratini corroboram esses enunciados teóricos.

“Artigo único. O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme o decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937”.

Durante nossa pesquisa, encontramos uma coleção de pinturas feitas pelo pintor pelotense Leopoldo Gotuzzo¹⁵ durante as celebrações do centenário Farroupilha. Essas pinturas foram exibidas em uma exposição na Confeitaria Coroa, em Porto Alegre, que teve início em 21 de maio de 1935 e término em 26 de junho do mesmo ano. A exposição incluía três coleções, sendo uma delas chamada "Villa de Piratiny", que retratava "alguns aspectos históricos de Piratiny, evocativos da época da epopeia farroupilha", como mencionado em uma nota publicada no jornal A Federação em 11 de maio de 1935, antes mesmo da abertura ao público. A nota também ressaltou que: "Esse local parece destinado, como se vê a tornar-se um centro de arte e de reunião de todos os que em Porto Alegre apreciam pintura".

Na exposição destacam-se as pinturas apresentadas nas Figuras 1 e 2. Chama a atenção o fato de que alguns dos prédios observados nas pinturas de Gotuzzo foram os mesmos escolhidos para serem tombados pelo SPHAN, ou seja, estabeleciam a relação entre a memória e a identidade que se pretendia construir e lembrar.

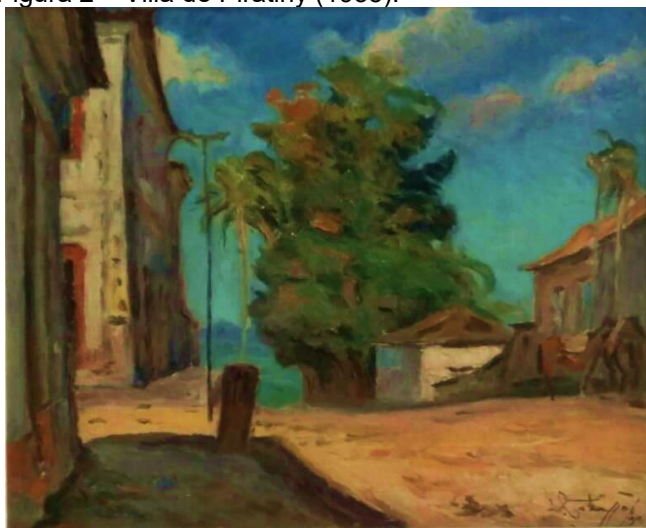
Figura 1 – Coleção sobre os aspectos históricos de Piratiny.



Fonte: Acervo Russomano.

¹⁵ Leopoldo Gotuzzo foi um renomado artista brasileiro nascido em Pelotas, em 1887, e falecido no Rio de Janeiro, em 1983. Ele estudou na Itália e na Espanha, expondo seus primeiros trabalhos no Salão Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Sua carreira foi marcada por premiações, exposições e reconhecimento artístico, tanto no Brasil quanto na Europa. Gotuzzo deixou um legado importante na arte brasileira, sendo considerado um dos grandes artistas do país, e seu nome é perpetuado no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, em Pelotas.

Figura 2 – Villa de Piratiny (1935).



Fonte: Museu Leopoldo Gotuzzo.

Tanto o destaque da exposição nos jornais daquele período como o olhar do artista para a “Villa de Piratiny” são indícios de que naquele momento já havia uma construção da memória Farroupilha em torno da cidade de Piratini e essa já era uma memória e uma identidade do Estado do Rio Grande do Sul que se refletiu nos processos de patrimonialização do estado como descreveremos a seguir.

Nossa discussão aborda o processo de formação da memória Farroupilha e uma das principais formas de compreendê-la é por meio das diversas notícias publicadas nos jornais daquele período. Essas fontes nos fornecem informações sobre os eventos, acontecimentos, pessoas e lugares envolvidos. Além disso, ajudam a entender os significados atribuídos e os efeitos que foram capazes de produzir na construção dessa memória Farroupilha.

Merece destaque a reportagem veiculada pelo “Jornal do Dia” em 03 de julho de 1947, que trata sobre a aprovação do Projeto Constitucional do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que essa discussão ocorre após o tombamento dos dois primeiros prédios pelo SPHAN no município de Piratini, o que ocorreu em 1941. O jornal menciona que:

Assinada por todos os líderes, é discutida e aprovada, a seguir, a emenda 43, que autoriza o Estado a adquirir ou desapropriar os principais prédios históricos da cidade de Piratini, a fim de restaurá-los e conservá-los entre os monumentos tradicionais da história riograndense¹⁶.

¹⁶ Jornal do Dia, 03/07/1947

No dia 10 de julho de 1947, o mesmo jornal publicou na íntegra o novo texto da constituição, destaca-se que o artigo que seria 43 como mencionado na primeira notícia na versão final era o artigo 45:

Art. 45 — O Estado adquirirá ou desapropriará os principais prédios históricos da cidade de Piratini, a fim de restaurá-los e conservá-los devidamente, incorporando-os no patrimônio histórico e cultural do Rio Grande.¹⁷

No entanto, em 15 de setembro de 1948, o Jornal Correio Rio-Grandense publicou uma notícia informando que: "Em Piratini, está prestes a ruir o edifício que serviu de Palácio do Governo Farrapo, quando essa cidade foi capital gaúcha." Nesse período o prédio já estava tombado pelo SPHAN.

Nesse mesmo contexto histórico, o Jornal do Dia de 17 de fevereiro de 1950 dedicou espaço à questão da proteção do Patrimônio Farroupilha. Cumpre registrar que, na Constituição Estadual, o dispositivo originalmente numerado como artigo 45 foi posteriormente redefinido como artigo 85.

Inicialmente, o plenário aprovou o requerimento, solicitando ao Executivo que providencie no sentido de ser cumprido o disposto no artigo 85 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, e referente a aquisição, pelo Estado, das propriedades históricas ligadas a Revolução de 35, na cidade de Piratini.¹⁸

Mais uma vez, em 17 de dezembro de 1950, o Jornal do Dia publicou uma matéria abordando a desapropriação de prédios históricos na cidade de Piratini. Esse não foi o primeiro momento em que a memória Farroupilha foi tema de um meio de comunicação, o que contribuiu e abriu caminho para sua preservação e valorização. Além disso, a inclusão de um artigo na Constituição Estadual para preservar essa memória e seus patrimônios desempenhou um papel importante no seu reconhecimento e preservação.

Observamos que o legado Farroupilha teve um papel de destaque entre os tombamentos do Rio Grande do Sul durante a fase heroica. De um total de vinte e um bens tombados, seis (três em Piratini, um em Triunfo, um em Santana do Livramento e um em Pelotas) representavam esse momento histórico, o que corresponde a 28,57% do total. Isso demonstra que essa memória era considerada de interesse público para o país naquele período, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 25,

¹⁷ Jornal do Dia, 10/07/1947

¹⁸ Jornal do Dia, 17/02/1950

de 30 de novembro de 1937, o qual determinava que a conservação de um bem para ser parte do patrimônio histórico nacional deveria ser de interesse nacional.

Art. 1º. Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Segundo Meira (2019), o período político influenciou a trajetória do IPHAN: “durante o Estado Novo, quando houve o esforço de construção da nacionalidade por parte do governo federal, e a preservação do patrimônio foi coerente com esse movimento”. (Meira, 2019, p. 222)

Podemos inferir que o legado farroupilha foi incorporado à construção da memória e identidade nacional pelo governo federal. Meira (2019) destaca que houve um intervalo de 34 anos entre o primeiro tombamento relacionado à Guerra dos Farrapos, o qual foi a casa de Bento Gonçalves em 1940, e o último, o sobrado da Praça Fernando Abott, em 1974. Isso evidencia a persistência da questão farroupilha no estado (Meira, 2019, p. 222).

No período entre 1938 e 1968 (Fase heroica) foram abertos em torno de mil e vinte e seis processos de tombamento no IPHAN em todo o Brasil, destes somente trinta e seis (36) no Estado do Rio Grande do Sul, o que representa menos de 4% de todos os processos abertos nesse período. Desses trinta e seis processos abertos, somente vinte e um¹⁹ (21) foram efetivamente tombados nas primeiras três décadas de funcionamento do IPHAN. Logo, chama a atenção o fato da pequena cidade de Piratini, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, ser o município do Rio Grande do Sul com maior número de bens tombados. Seguem abaixo as tabelas mostrando os números de processos abertos e dos tombamentos desse período:

¹⁹ A Igreja de Nossa Senhora do Rosário (em Porto Alegre) chegou a ser tombada, mas foi destombada e demolida e São Miguel das Missões e Entre-Ijuís não existiam enquanto municípios, só se emancipam em 1988, eram distritos de Santo Ângelo, o que coloca Santo Ângelo com 2 processos abertos em cada uma das tabelas.

Tabela 1 - Processos abertos no período de 1938 a 1968 no RS.

Cidades	Qtde Processos 1938- 1968
Porto Alegre	9
Pelotas	3
Piratini	3
Bagé	2
Torres	2
Itaqui	2
Rio Grande	2
São Miguel das Missões	1
Tucunduva	1
Tramandaí	1
Caçapava do Sul	1
Entre-Ijuís	1
Alegrete	1
Cachoeira do Sul	1
Rio Pardo	1
Triunfo	1
Santa Maria	1
Viamão	1
Santana do Livramento	1
São Leopoldo	1
Total Geral	36

Fonte: Adaptado de IPHAN (2022). Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 29/12/2022). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 8 abr. 2023.

Tabela 2 - Tombamentos no período de 1938 a 1968 no RS.

Cidades	Qtde Processos 1938- 1968		
	Tomb. Cancel.	Tombado	Total Geral
Porto Alegre	1	3	4
Piratini		3	3
Bagé		2	2
Pelotas		2	2
Rio Grande		2	2
Triunfo		1	1
São Miguel das Missões		1	1
Caçapava do Sul		1	1
Entre-Ijuís		1	1
Tramandaí		1	1
Rio Pardo		1	1
Viamão		1	1
Santa Maria		1	1
Santana do Livramento		1	1
Total Geral	1	21	22

Fonte: Adaptado de IPHAN (2022). Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 29/12/2022). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 8 abr. 2023.

O primeiro processo de Piratini, sob o número 0097-T-38, inclui os bens **Casa de Garibaldi e Palácio Farroupilha** e traz em suas páginas iniciais um certificado da notificação destinada ao prefeito de Piratini, Sr. Luiz de Oliveira Lessa sobre o tombamento dos referidos bens.

Certifico que a notificação n.º 6, datada de 15 de fev. de 1938, e relativa à inscrição do Palácio Farroupilha e Casa de Garibaldi em Piratini, no Livro do Tombo a que se refere o artigo 4º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, foi assinada e expedida ao Dr. Luiz de Oliveira Leivas (sic), D. Prefeito de Piratini. Rio Gde. do Sul²⁰.

Na Figura 3 temos uma fotografia do Arquivo Central do IPHAN – RJ que mostra o estado de conservação do Palácio Farroupilha, em 1948, e, na Figura 4, uma placa que se encontra no prédio, como acervo do Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa, placa, datada de 1916, e que chama a atenção por seu texto que diz: “Palacete onde

²⁰ Certificado de notificação no processo nº 0097-T-38

funcionou o governo provisório da **mallograda república de 35**²¹. Esse texto, reafirma a memória que se construía em nível nacional naquele período em que se evidenciava a revolta farroupilha como parte da memória nacional e não como um movimento separatista, mesmo que adjetivada como mal-sucedida. Na Figura 5 a placa que hoje faz parte da fachada do prédio, que foi produzida em 1966, e possui um discurso oposto, evidenciando que a memória é uma construção que depende do ponto de vista do presente e os discursos patrimoniais conferem significado aos bens: “Palácio onde funcionou o governo provisório da **gloriosa República Rio Grandense**”.²²

Figura 3 – Palácio Farroupilha (1948).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN-ACI-RJ.

Figura 4 – Placa do Palácio Farroupilha (1948).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN-ACI-RJ.

²¹ Grifo nosso.

²² Grifo nosso.

Figura 5 – Placa do Palácio Farroupilha.



Fonte: Foto da autora.

Na Figura 6 temos uma fotografia do Arquivo Central do IPHAN – RJ, sem data, que mostra o entorno da Casa de Garibaldi. Podemos observar que o bem ainda estava em condições precárias de conservação. Provavelmente essas fotografias do Arquivo do IPHAN foram feitas quando estava sendo realizado um reparo do imóvel e do telhado.

Figura 6 – Casa de Garibaldi.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN-ACI-RJ.

Na Figura 7, observamos uma fotografia da Casa de Garibaldi em 1948, do Arquivo Central do IPHAN – RJ. Nessa imagem se percebe que o telhado e as aberturas do imóvel já tinham passado por processo de restauro.

Figura 7 – Casa de Garibaldi (1948).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN-ACI-RJ.

A seleção do que seria patrimônio, nesse período, estava no centro do debate em torno da ideia de uma nação unificada, que tinha ampla participação do Poder Legislativo. Esse debate deu início, no ano de 1952, ao segundo processo de patrimonialização na cidade de Piratini, identificado pelo número 0450-T-51. Esse processo começou com uma correspondência oficial do Ministro da Educação e Saúde ao Diretor do DPHAN, que copiou um ofício do Secretário da Presidência da República, solicitando providências urgentes em relação ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.094²³, de Fernando Ferrari, de 05 de setembro de 1951, página 7.550. O projeto de lei convertia em monumento nacional os principais prédios históricos de Piratini, no Rio Grande do Sul. Além de converter em monumentos, a referida lei previa que o Estado deveria adquirir e preservar esses prédios.

Em resposta a essa solicitação, Rodrigo Melo afirma que só existem três bens na cidade que “oferecem interesse histórico, uma vez que preservam as **“características originais da época”**”²⁴. Dando segmento ao seu parecer, Rodrigo Melo explica que a Casa de Garibaldi e o Palácio do Governo já são inscritos no Livro do Tombo Histórico, restando inscrever somente o **Quartel General Farroupilha**, para o qual o IPHAN iria promover as medidas necessárias.

²³ Em anexo.

²⁴ Grifo nosso.

Finalizando o documento, Rodrigo acrescenta:

Na fundamentação de seu projeto, declara o sr. Deputado Fernando Ferrari que os prédios em questão se acham "em lamentável estado de abandono", o que se deve atribuir, por certo, à falta de recursos de seus proprietários, para mantê-los bem conservados. Como, por sua vez, esta repartição, conta com recursos extremamente exíguos para atender aos numerosos monumentos confiados à sua vigilância e proteção, conclue-se que a maneira mais adequada de preservar da destruição os prédios históricos de Piratini será consignar dotação orçamentária conveniente para o custeio dos serviços destinados a êsse fim.²⁵

Essa resposta, evidencia a "autonomia" do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em relação ao governo, demonstrando que os funcionários da referida instituição desempenhavam um papel preponderante na definição dos critérios para a identificação e proteção do patrimônio cultural durante o período em análise.

Na Figura 8, observamos uma fotografia do Quartel General Farroupilha, do Arquivo do MHF, e que embora não tenha data, acreditamos ser de antes de 1953, pois nesse ano o prédio foi restaurado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme documento no anexo D.

Figura 8 – Quartel General Farroupilha.



Fonte: Arquivo Museu Histórico Farroupilha.

²⁵ Parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade no processo 0450-T-51, documento com data de 25/09/1951.

Figura 9 – Quartel General Farroupilha.



Fonte: Arquivo Museu Histórico Farroupilha.

Na Figura 9 observamos o Quartel General Farroupilha de outro ângulo, a fotografia também é acervo do Arquivo de fotografias do MHF e foi aparentemente feita na mesma data da Figura 8. Nessa fotografia, destacamos o detalhe da casa em frente ao prédio do Quartel General Farroupilha que como podemos observar, é do mesmo estilo e em perfeito estado de conservação. Os bens do entorno que foram demolidos, descaracterizados ou mesmo que caíram pela ação do tempo serão analisados em um próximo tópico.

2.1.3 Leis de proteção do patrimônio

Nesse subcapítulo, é abordada a trajetória das leis municipais de proteção ao patrimônio e os instrumentos criados a partir delas no município de Piratini. O objetivo é analisar a motivação que levou os gestores municipais a agirem de forma pioneira no estado do Rio Grande do Sul, buscando preservar o patrimônio histórico da pequena cidade de Piratini. Nesse período, a cidade contava com uma população de pouco mais de 20.000 habitantes, registrando cerca de 21.019 no censo de 1950 e 23.916 no censo de 1960. Esse contexto demográfico destaca a importância das ações empreendidas pelos administradores, considerando o compromisso com a preservação do patrimônio histórico em um cenário de desenvolvimento urbano e crescimento populacional que inicialmente se concentrava nas áreas rurais e lentamente começava a migrar para o núcleo urbano.

Dois fatores regionais podem ter influenciado essa postura pioneira: primeiro, a reinserção de Adão Amaral como diretor do MHF em 1951, trazendo consigo conexões com intelectuais e agentes do SPHAN em Porto Alegre; segundo a presença do vice-prefeito Roque Soares do Amaral, que já possuía vínculos simbólicos com a preservação por ter adquirido em 1939 o prédio tombado pelo SPHAN como Palácio Farroupilha em 1941. Esses atores, imersos em redes de valorização patrimonial, parecem ter articulado uma visão singular para Piratini, contrastando com a tendência nacional de modernização urbana.

O primeiro documento encontrado é a Lei nº 13, de 18 de novembro de 1952, assinada pelo prefeito Alfredo Freitas da Cruz. Essa lei instituiu o Pré-Plano Diretor, elaborado em agosto do mesmo ano. Acreditamos que esse Pré-Plano Diretor deu início às primeiras discussões sobre a patrimonialização municipal em Piratini. Uma evidência disso é a correspondência encontrada no Arquivo do MHF, em que o diretor Adão Amaral, oito meses após a lei, responde ao prefeito sobre a formação de uma comissão para tratar do tombamento de um setor da cidade.

Nessa correspondência, o diretor do Museu justificava a demora em retornar o ofício, no qual o prefeito havia proposto a escolha de uma comissão de conterrâneos para opinar sobre o “tombamento de um determinado setor da cidade”, pois antes de aceitar o convite teria entrado em contato com “estudiosos do assunto, em Porto Alegre e também de pessoas autorizadas nessa cidade”. Entre esses estudiosos ele destacava Dante de Laytano e o arquiteto e urbanista José Lorenzoni, funcionários do SPHAN, que se manifestaram favoráveis ao tombamento. Adão Amaral finalizava a correspondência destacando que a preservação da cidade deveria se concretizar com a maior brevidade possível, pois se tratava de um serviço prestado “ao Rio Grande, ao Brasil, a posteridade e que será aplaudido por todos os filhos dessa terra, que tem respeito e veneração pelo passado de Piratini e seus heróis farroupilhas”.

O diretor do MHF, ao afirmar que a preservação deveria ser concretizada “com a maior brevidade possível”, não apenas refletia sua expertise adquirida através dos contatos com Dante de Laytano e José Lorenzoni, mas também ecoava o ambiente político local favorável à preservação, personificado na figura do vice-prefeito Roque Soares do Amaral. A trajetória deste último sugere que a legislação municipal de 1952 pode ter sido influenciada por uma convergência entre a expertise técnica trazida por Adão Amaral e uma sensibilidade política já existente na gestão municipal, ancorada em experiências anteriores com o patrimônio.

Além disso, ao afirmar que a preservação da cidade de Piratini deveria ser concretizada "com a maior brevidade possível" como um serviço prestado "ao Rio Grande, ao Brasil, à posteridade", destacava a importância da cidade não apenas no contexto regional, mas também como parte integrante da formação de uma identidade nacional. Essa fala reflete a mentalidade da época, em que a valorização e exaltação dos "heróis nacionais" eram fundamentais para a construção de uma narrativa histórica que consolidasse um sentimento de unidade e orgulho entre os cidadãos. Ao mencionar que a preservação seria "aplaudida por todos os filhos dessa terra", o diretor enfatizava a necessidade de reconhecer e valorizar o patrimônio cultural como um legado que transcenderia gerações, reforçando o respeito e a veneração pelo passado glorioso de Piratini e seus heróis farroupilhas.

Essa visão estava alinhada com o movimento de preservação histórica que buscava revisitar símbolos nacionais, mas em Piratini ganhou contornos específicos: a atuação de figuras locais com ligações diretas às políticas patrimoniais em nível federal – como Adão Amaral e Roque Soares do Amaral – criou um terreno fértil para que a cidade adotasse uma postura singular, resistindo à lógica da demolição e modernização que marcava outras cidades brasileiras nos anos 1950.

Para enriquecer a análise sobre as motivações por trás das pioneiras leis municipais de proteção ao patrimônio em Piratini, é importante considerar a influência de Barbosa Lessa, um dos intelectuais mais destacados do tradicionalismo gaúcho e do movimento folclorista no Rio Grande do Sul. Nascido em Piratini em 1929, Lessa não apenas personificava o orgulho local pelo passado farroupilha, mas também foi um dos principais articuladores, ao lado de Paixão Cortes, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) na década de 1940. Sua atuação foi decisiva para consolidar uma identidade cultural que valorizava as tradições gaúchas, o folclore regional e a preservação da memória histórica, elementos que certamente ecoaram nas políticas patrimoniais de Piratini.

A criação do 35 CTG (Centro de Tradições Gaúchas) em 1948 e a sistematização das festividades e danças tradicionais, como o fandango, reforçaram um movimento cultural que via no patrimônio imaterial, assim como no material, um pilar para a sustentação da identidade regional. Essa valorização do passado, articulada por Lessa e outros tradicionalistas, pode ter influenciado indiretamente a postura dos gestores municipais de Piratini, que, na mesma época (décadas de 1950 e 1960), buscavam proteger fisicamente os edifícios históricos da cidade.

Além disso, o trabalho de Barbosa Lessa como pesquisador folclórico e historiador, autor de obras como "O sentido e o valor do tradicionalismo" (1954) e "Rio Grande do Sul: Prazer em conhecê-lo" (1984), ajudou a construir uma narrativa que associava Piratini não apenas à Guerra dos Farrapos, mas a um projeto maior de preservação da cultura gaúcha. Essa mentalidade pode ter fortalecido o discurso de Adão Amaral e Roque Soares do Amaral, que, em suas correspondências e ações políticas, enfatizavam a importância de Piratini como símbolo nacional.

Assim, a atuação de Lessa e do MTG forneceu um substrato ideológico e cultural que reforçou a noção de que a preservação do patrimônio em Piratini não era apenas uma questão urbanística, mas parte de um projeto identitário maior, alinhado tanto com o tradicionalismo gaúcho quanto com as políticas patrimoniais em nível federal (como as do SPHAN). Essa conexão entre o movimento folclorista e a preservação do patrimônio material ajuda a explicar por que Piratini, mesmo sendo uma cidade pequena, destacou-se como pioneira na legislação preservacionista no Rio Grande do Sul.

No entanto, a morosidade no processo regulatório ficou evidente: transcorreram quase três anos entre os primeiros debates e a promulgação da Lei Municipal n.º 76, de 21 de julho de 1955. Sancionada pelo prefeito Alfredo Freitas da Cruz, esta legislação pioneira, que regulamentava as fachadas na zona tombada vinculada ao Plano Diretor. Destaca-se por dois aspectos significativos: primeiro, pela explicitação da integração da área protegida ao Plano Diretor do município; segundo, por revelar a complexidade de conciliar preservação patrimonial e desenvolvimento urbano já nos primórdios da política cultural piratiniense.

O Plano Diretor é um instrumento crucial da política urbana, tendo como objetivo principal coordenar o desenvolvimento e a expansão das cidades. Sua origem remonta ao artigo 182 da Constituição Federal, mas foi somente em 2001, por meio do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), nos artigos 39 a 42, que ele foi devidamente disciplinado. O plano diretor busca promover a organização do espaço urbano, com ênfase no bem-estar da população, equilíbrio socioambiental e desenvolvimento sustentável. Por meio de diretrizes, objetivos e instrumentos, ele estabelece direcionamentos para o crescimento ordenado das cidades, abordando aspectos como ocupação do solo, uso e ocupação das edificações, infraestrutura urbana, transporte, meio ambiente e preservação do patrimônio histórico-cultural. É interessante destacar que desde 1952, o município de Piratini já mencionava um Pré-

Plano Diretor em suas leis, estabelecendo uma conexão direta com o patrimônio da cidade. Essa iniciativa pioneira destacou a importância atribuída desde então à organização do espaço urbano e ao planejamento do desenvolvimento local. Ao vincular o Plano Diretor ao patrimônio, o município reconhece a intenção de preservar os aspectos históricos e culturais.

Menos de um ano após a promulgação dessa primeira lei que mencionava a preservação do patrimônio cultural de Piratini, a Lei Municipal n.º 10, de 23 de abril de 1956, foi publicada, introduzindo modificações à Lei n.º 76/1955, pelo novo prefeito, Sr. Décio Alberto D'Ávila. A principal alteração reside no fato de que a Lei n.º 76/1955 possuía apenas um artigo que proibia qualquer modificação nas fachadas das residências localizadas na "Zona Tombada do Plano Diretor".

Por outro lado, a Lei n.º 10/1956 expandiu a legislação anterior, fornecendo informações mais específicas, como o nome das ruas e os proprietários dos imóveis que não poderiam sofrer alterações. Além dessa descrição mais abrangente dos bens especificados na lei, foram adicionados mais dois artigos. O primeiro previa que as casas existentes na Zona Tombada que já haviam passado por modificações quando fossem passar por nova reforma deveriam reverter a reforma anterior, retornando ao estilo anterior a alteração. O segundo artigo regulamentava as "reformas ou reconstruções" das casas na Zona Tombada, com a intenção de que os proprietários obtivessem uma licença, acompanhada de um atestado assinado por duas testemunhas, sendo uma delas o construtor, atestando que não houve alterações.

No arquivo de documentos da Prefeitura encontramos uma lista com os bens protegidos por essas duas leis:

1. Sucessores de Edelmiro Moreira – Av. Gomes Jardim, esquina Rua Gal. David Canabarro, n.º 245
2. Pedro Gonçalves Silveira – Av. Gomes Jardim, n.º 229
3. João Carlos Araújo – Av. Gomes Jardim, n.º 181
4. Áurea Corrêa Pinheiro – Av. Gomes Jardim, n.º 173
5. Sucessores de Roque Soares do Amaral – Av. Gomes Jardim, esquina Rua 24 de maio, n.º 135/137/139
6. Clóvis Prestes Porto – Av. Gomes Jardim, esquina Rua Gal. David Canabarro, n.º 230/236

7. Hamiltom Pedroso D'Ávila – Av. Gomes Jardim, nº 136
8. Sucessores de Décio Alberto D'Ávila – Av. Gomes Jardim, esquina Rua 24 de maio, n.º 120/122/124
9. Valdo Souza Garcia – Av. Gomes Jardim, esquina Rua 24 de maio, nº 103
10. Sucessores de Roque Soares do Amaral – Av. Gomes Jardim, n.º 85
11. Eli Maria Rocha de Ávila – Av. Gomes Jardim, n.º 61
12. Eliane Dias da Rosa – Av. Gomes Jardim, n.º 53/51
13. Sucessores de Santo Soares do Amaral – Av. Gomes Jardim, n.º 45
14. Sucessores de Hector José D'Ávila – Av. Gomes Jardim, n.º 35
15. Sucessores de Inácia Machado da Silveira – Av. Gomes Jardim, n.º 21/29
16. Erecilda Pedroso Madruga – Av. Gomes Jardim, esquina Travessa Garibaldi, n.º 03/05
17. Sucessores de Osvaldo Corral – Rua Gal. Bento Gonçalves, n.º 13
18. Sucessores de Assis Pinheiro Amaral – Rua Gal. Bento Gonçalves, esquina Travessa Garibaldi, n.º 6
19. João Elem Barcelos Bandeira – Rua Gal. Bento Gonçalves, n.º 135
20. Paulo de Jesus Goulart Borges – Rua Gal. Bento Gonçalves, n.º 159
21. Prefeitura Municipal de Piratini – Rua Comendador Freitas, nº 255
22. Vera Lúcia Tunes Espíndola – Rua 20 de Setembro, n.º 44
23. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – Praça da República
24. Sucessores de Venâncio Alves de Oliveira – Rua Comendador Freitas, n.º 321
25. Eva Lúcia Amaral Meireles – Rua Gal. Bento Gonçalves, n.º 101

26. Sociedade Recreativa e Cultural “13 de maio” – Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 263
27. Antiga Residência de Domingos Manetti - Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 211
28. Loja Maçônica Rio Branco III, n.º 24 – Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 199
29. Sucessão de Maria Luiza Bandeira Manetti – Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 183/195
30. Antiga Residência de Pedro Foster de Oliveira - Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 99
31. Sucessão de Leopoldina Dias – Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 89
32. Antiga Residência / Comércio de Virgílio Antônio Lobato – Rua Cel. Manoel Pedroso, esquina Rua Bento Gonçalves
33. Antiga Residência do Major
34. Bernardo Pires da Rosa – Rua Cel. Manoel Pedroso, n.º 19
35. Antiga Residência de João Nascimento Lucas – Rua Gal. Daltro Filho, n.º 79/89

Fonte: Lista baseada nas leis: n.º 76/1955 e n.º 10/1956, acervo do arquivo da Prefeitura de Piratini

A partir dessa lista encontrada no arquivo da Prefeitura de Piratini, podemos observar a delimitação da zona tombada no antigo Plano Diretor. Embora o documento não seja datado, ele é um dos poucos registros disponíveis sobre essa área. É relevante notar que a casa, onde se encontrava o terreno vendido para o Banrisul em 1969 (casa estilo colonial em frente ao Quartel General Farroupilha), estava próxima a diversos bens protegidos pelas leis municipais, o que sugere que os proprietários provavelmente não tiveram interesse no tombamento da propriedade.

Além disso, um ano após ser promulgada a Lei n.º 10/1956, em 23 de abril de 1957, foi identificada uma maneira de contornar a legislação existente, como pode ser constatado na promulgação da Lei n.º 72/1957. Nessa nova legislação, o prefeito Sr. Décio Alberto D'Ávila inseriu um parágrafo único que estabelece que "não se aplicam as restrições desta Lei (que diz respeito à alteração das fachadas das casas em estilo colonial existentes na zona tombada, conforme o Plano Diretor) as pequenas

modificações, tais como a troca ou substituição de aberturas, ajustes na altura das mesmas, a escolha de diferentes materiais, entre outros".

Em resumo, apesar de terem ocorrido, em alguns momentos, descaracterizações de partes do centro histórico de Piratini, é de suma importância reconhecer que as iniciativas pioneiras de preservação do patrimônio ganharam um papel fundamental para que a cidade possa ostentar um dos centros históricos mais bem preservados do Estado do Rio Grande do Sul, conforme constatou Rodrigues (2010) em sua pesquisa de mestrado.

2.1.4 Processo de seleção e descaracterização do patrimônio: reflexões sobre a preservação e perdas

Nesse tópico, discutimos o processo de seleção do que deveria ser preservado e as hipóteses que justificariam a falta de atenção quanto a alguns bens que possuíam valor histórico ou que conservavam características da época e foram descaracterizados. Ou, ainda, um caso em que o bem foi demolido e em seu lugar construído um prédio que descaracterizou completamente o entorno²⁶ de dois importantes bens tombados pelo IPHAN no município de Piratini.

Figura 10– Sobrados em estilo colonial em Piratini.

- 1 - Tombado pelo IPHAN como Palácio, mas descrito por Varela como Ministério da Guerra
- 2 - Nunca reconhecido oficialmente como patrimônio, mas descrito por Varela como Palácio



Fonte: Alfredo Varela, História da Grande Revolução, Volume III, 1933.

²⁶ No período que foram tombados, ainda não existia legislações sobre o entorno dos bens.

Na Figura 10 podemos observar uma imagem do livro História da Grande Revolução, Volume III, 1933, de Alfredo Varela, que mostra a avenida principal de Piratini e dois sobrados idênticos em estilo colonial (ambos serviram para abrigar o governo da República Rio-Grandense quando Piratini era a capital).

O primeiro sobrado, tombado como Palácio da República Rio-Grandense, teve seu processo de tombamento iniciado em 1938 e foi oficialmente registrado no Livro do Tombo Histórico em 5 de fevereiro de 1941.

Chama-nos a atenção que, em 1933, Alfredo Varela, autor que é um ícone da historiografia Rio-Grandense (organizou e complementou um rico acervo documental do período Farroupilha inicialmente reunido por Domingos José de Almeida), descreveu a imagem como Paço da Presidência Piratiny (Sobrado à direita Ministério da Guerra). Existe uma contradição nas descrições dos bens tombados pelo IPHAN. No livro de Varela, o prédio modificado (que nunca teve reconhecimento oficial como Palácio) é chamado de "Palácio da República". No entanto, o prédio que o IPHAN tombou com esse nome era descrito por Varela como "Ministério da Guerra" – designação que o próprio IPHAN atribuiu a outro imóvel, tombado como "Quartel-General".

Essas evidências apontam para um possível cenário em que foram criadas “memórias” conforme o interesse dos proprietários dos imóveis naquele período. Enquanto o primeiro sobrado foi tombado como o Palácio Farroupilha e não como o Ministério da Guerra, como apontado por Varela, o segundo nunca chegou a ser incluído em nenhum processo de patrimonialização do IPHAN ou do IPHAE e a hipótese principal para esse fato é que o proprietário não tinha interesse no tombamento. Conforme já mencionado, uma das regras do IPHAN para o tombamento nesse período, destacado mais de uma vez nos documentos inclusos nos processos, era o bem manter “as características originais da época”.

Os proprietários não só descaracterizaram a casa, como mudaram o estilo de colonial para o eclético. O que, no período, não era visto com bons olhos no IPHAN. Inclusive por Lúcio Costa, servidor do IPHAN, que nesse período era crítico do estilo eclético. Para Lúcio Costa o estilo eclético era uma mistura desordenada de elementos de diferentes épocas e estilos, resultando em uma arquitetura desprovida de personalidade e coerência. (Oliveira, 2013)

De acordo com Pereira (2022) Lúcio Costa, defendia que a arquitetura deveria ser mais do que uma mera reprodução de estilos e tendências, devendo expressar a identidade e os valores de uma sociedade em evolução.

Acreditamos que o proprietário intencionalmente descaracterizou a propriedade para evitar o seu tombamento, pois muitos proprietários viam isso como uma perda de direitos sobre a propriedade. Essa questão foi mencionada na entrevista de Rhoden sobre os inventários de conhecimento realizados no início da década de 1990 no Rio Grande do Sul, salientando que esse ainda era um desafio enfrentado pela instituição na época.

Na Figura 11, podemos observar que o sobrado foi totalmente descaracterizado e não preserva mais as características. Tornando-se uma das contradições que encontramos na preservação do Centro Histórico de Piratini, pois esse bem pertencia a João Manoel D'Ávila, pai de Décio Alberto D'Ávila (Prefeito de Piratini, que curiosamente foi quem sancionou a Lei n.º 10 /1956, em 23 de abril de 1956, que determinava como deveriam ser preservadas as casas existentes na Zona Tombada do município).

Figura 11 – Sobrados de Piratini em 2023.

- 1 - Tombado pelo IPHAN como Palácio, mas descrito por Varela como Ministério da Guerra
- 2 - Nunca reconhecido oficialmente como patrimônio, mas descrito por Varela como Palácio



Fonte: Foto da autora.

O próximo bem que nos chama a atenção é uma casa que estava localizada entre dois importantes bens tombados pelo IPHAN em Piratini, a Casa de Garibaldi, que fazia parte do primeiro processo aberto em 1938, tombada em 03 de outubro de

1941 e o Quartel General Farroupilha com processo aberto em 1951 sendo seu tombamento efetivado em 05 de setembro de 1952, ambos no Livro Tombo Histórico.

A referida casa apresentava características originais de arquitetura do período colonial, como podemos observar em fotografias antigas da década de 1950 do Quartel General Farroupilha antes e depois de seu restauro que aconteceu em 1952. Apesar de estar tão próxima desses dois bens e em perfeitas condições de preservação, foi demolida e em seu lugar erguida uma edificação com arquitetura moderna.

Nesse sentido, podemos afirmar que encontramos nesse fato mais uma contradição sobre a preservação do patrimônio cultural edificado de Piratini, afinal foi uma das primeiras cidades do estado a ter um plano urbanístico que fazia referência a preservação de seu patrimônio, conforme a arquiteta Mirian Sartori Rodrigues (2010):

No Rio Grande do Sul, a legislação urbana pioneira que fez referência ao tema do patrimônio cultural edificado é o Plano Urbanístico de Piratini. Concebido pelo engenheiro urbanista Francisco Riopardense de Macedo, na década de 50, delimitava um centro histórico. Porém, esta é uma exceção, visto que na grande maioria das cidades gaúchas não existe legislação eficaz. (Rodrigues, 2010, p. 24-25)

Chama atenção, que em 1953 o município de Piratini já possuía uma comissão dedicada a tratar de tombamentos na cidade, como evidenciado em uma correspondência presente no arquivo do MHF, na qual o diretor Adão Amaral foi convidado a fazer parte dessa comissão. Além disso, em 21 de julho de 1955, a cidade já contava com um Plano Diretor, conforme mencionado na lei n.º 76/1955, que visava proteger e preservar determinados bens na zona tombada do município de Piratini.

Apesar de atender aos requisitos para preservação, o edifício foi demolido em 1969, no período em que as discussões sobre a proteção de conjuntos arquitetônicos e entornos de bens culturais ganhavam força, impulsionadas pela Carta de Veneza (1964). O IPHAN intensificou os debates sobre a proteção de conjuntos e entornos de monumentos tombados na década de 1970, quando se consolidou a compreensão de que a preservação deveria abranger não apenas os edifícios isolados, mas também seu ambiente circundante, garantindo assim sua integridade e valor histórico-cultural. Essa evolução demonstra uma mudança no enfoque do órgão, que passou a considerar o contexto espacial e urbanístico como parte indissociável do patrimônio cultural.

Conforme certidão, o imóvel, foi adquirido pelo Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), em 02 de abril de 1969:

UM TERRENO - de forma irregular sito à rua General Bento Gonçalves onde existia o prédio n.º 210, [...] tudo conforme consta da planta anexa, levantada em 11 de julho de 1966, pelo Agrimensor Sr. Albino Gomes de Oliveira Sobrinho, registrado no CREA sob número 1.403, havido por compra do casal de Ênio Viana Silveira, conforme escritura pública lavrada no tabelionato desta cidade em 02 de abril de 1969, devidamente transcrita sob número 20.549, à folhas 66 do Livro 3-II, em data de 07 de abril de 1969, CERTIFICO mais, que na coluna das averbações consta que no terreno acima foi construído um prédio com a área de 309,76 metros quadrados, avaliado para tributação em Cr\$ 86.879,00, conforme Certidão da Prefeitura...²⁷

Ao analisar esse trecho da certidão observamos as medições da antiga casa que ainda não havia sido demolida, em 11 de julho de 1966. Conforme relatos orais, nas eleições de 1968 foi a sede do comitê de campanha eleitoral do seu proprietário Enio Viana Silveira, que foi eleito prefeito em 15 de novembro de 1968, conforme Ata da Eleição do TRE²⁸.

Em 27 de janeiro de 1969, o então prefeito Enio Viana Silveira iniciou um processo para obter licença para demolição do prédio. Essa ação ocorreu devido à venda do terreno para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que tinha planos de construir um novo edifício para abrigar uma instituição financeira. No processo, foi anexada uma certidão que autorizava a demolição do prédio, sem qualquer menção a consultas realizadas no Plano Diretor do município. A referida certidão é datada de 12 de março de 1969, e em 02 de abril do mesmo ano, foi formalizada a escritura de venda do terreno para o Banrisul. É provável ter sido durante esse período que ocorreu a demolição da antiga casa.

Em outro processo, datado de 22 de abril de 1969, o prefeito solicita a pavimentação da rua e revestimento da fachada do prédio de sua propriedade no mesmo endereço da casa anterior (pelo que observamos nos registros do cartório a propriedade foi dividida), sendo uma parte demolida para a construção do Banrisul e a outra permaneceu por um tempo na propriedade de Enio e depois foi vendida (essa parte embora tenha sofrido algumas alterações foi parcialmente preservada como pode ser observado na Figura 13).

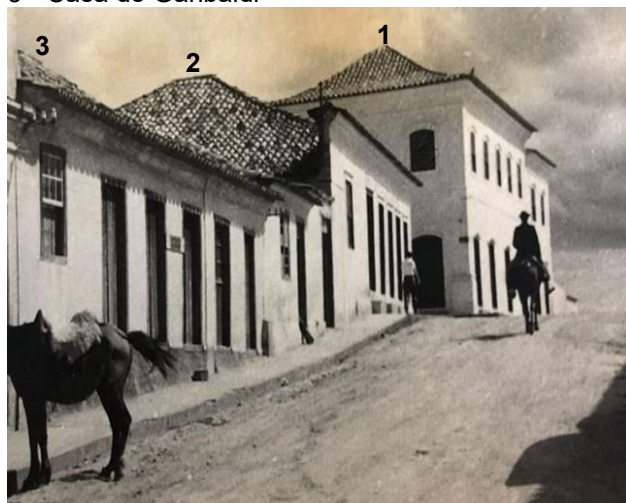
Na Figura 12 podemos observar a referida casa, em fotografia sem data exata, mas após 1952, pois o prédio do Quartel General Farroupilha já havia sido restaurado.

²⁷ Em anexo

²⁸ Em anexo

Figura 12 – Casa próxima a outros dois bens já reconhecidos.

- 1 - Quartel General Farroupilha
- 2 - Casa que foi demolida
- 3 - Casa de Garibaldi



Fonte: Facebook do grupo Olhares e lembranças da nossa terra²⁹.

Na Figura 13 e Figura 14 tentamos reproduzir ângulos semelhante aos das fotografias da Figura 12, e da Figura 9 (no tópico anterior) para mostrar como está o entorno dos prédios tombados pelo IPHAN em 2023.

Figura 13 – Entorno dos prédios tombados pelo IPHAN em 2023.

- 1 - Quartel General Farroupilha
- 2 - Banrisul
- 3 - Casa de Garibaldi



Fonte: Foto da autora.

²⁹

Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/564307620942685/permalink/1141684649871643/?mibextid=Nif5oz>. Acesso em: 17/09/2023

Figura 14 – Entorno dos prédios tombados pelo IPHAN em 2023.

1 - Quartel General Farroupilha

2 - Banrisul



Fonte: Foto da autora.

Os indícios documentais sugerem que a ausência de tombamento do segundo sobrado colonial, descrito por Varela (1933) como “Palácio da República”, e a demolição da casa entre o Quartel-General e a Casa de Garibaldi podem refletir, mais do que coincidências, um padrão de influência política nas decisões patrimoniais locais. No primeiro caso, chama atenção que o imóvel pertencia a João Manoel D'Ávila, pai do então prefeito Décio Alberto D'Ávila (1956), mesmo gestor que sancionou a primeira lei de preservação do centro histórico. Essa aparente contradição permite levantar a hipótese de que as elites locais teriam utilizado seu poder de influência para evitar restrições a seus próprios bens, ao mesmo tempo em que promoviam a patrimonialização de outros imóveis como símbolos da identidade farroupilha.

Quando comparados a casos como o de Ouro Preto (MG), onde registros do IPHAN (1930-1940) mostram resistência de proprietários influentes aos tombamentos, os exemplos de Piratini parecem revelar uma atuação ainda mais direta do poder local. Os dados disponíveis indicam que, em ambos os casos analisados, os prefeitos envolvidos eram ou os próprios proprietários (Enio Viana) ou tinham relações familiares diretas com os imóveis (D'Ávila). Tais evidências permitem conjecturar que o patrimônio cultural, longe de constituir uma política neutra, teria funcionado como campo de negociação de interesses, onde grupos privilegiados podiam influenciar quais memórias seriam preservadas e quais seriam silenciadas.

A análise da legislação piratinense nesse período aponta para uma aparente seletividade em sua aplicação. Embora o prefeito D'Ávila tenha tombado imóveis que reforçavam a imagem da cidade como "berço da revolução", os registros mostram que o sobrado de sua família sofreu significativas alterações arquitetônicas no mesmo período, mudanças estas que, segundo a doutrina do IPHAN então vigente Oliveira (2013), poderiam inviabilizar o tombamento. De forma semelhante, na década de 1960, a demolição da casa colonial para instalação do Banrisul, embora justificada pelo "progresso", ocorreu em terreno de propriedade do então prefeito Enio Viana Silveira, sem constar nos registros consultados qualquer menção a estudos prévios sobre o impacto no conjunto tombado.

Esses casos parecem indicar que a preservação em Piratini pode ter sido moldada por relações de poder locais, onde fatores como influência familiar, alinhamento político e a construção de uma memória seletiva do gauchismo parecem ter pesado mais que critérios técnicos ou históricos objetivos. As contradições entre o discurso preservacionista e as ações concretas levantam questões importantes sobre como o poder local pode ter influenciado a construção da memória oficial, determinando quais aspectos do passado seriam valorizados e quais seriam descaracterizados ou apagados. Contudo, é importante ressaltar que estas são hipóteses interpretativas baseadas nos documentos disponíveis, e que novas pesquisas poderão trazer outros elementos para esta discussão.

A próxima casa que vamos analisar, embora já tivesse com sua fachada descaracterizada no período, tratava-se da casa em que o líder farroupilha morou enquanto esteve em Piratini. Chama a atenção o fato da Casa de Garibaldi ter sido selecionada e a de Bento Gonçalves que foi presidente da República Rio-Grandense não ter sido tombada. A hipótese principal é que como a casa em que o líder nasceu, na cidade de Triunfo foi tombada, o IPHAN preferiu não dar destaque a um único líder e concentrar muitos bens tombados em um único município (Piratini).

Outra possibilidade a ser considerada é a descaracterização da fachada da casa. No entanto, poderia ter tido uma decisão semelhante à tomada em 25 de maio de 1953, referente ao tombamento da Casa de Davi Canabarro, em Santana do Livramento. Na ocasião, optou-se por preservar a aparência da casa dos anos 1950, representando a identidade cultural da região de fronteira. Conforme Meira (2008), havia duas opções em relação à casa: restaurá-la conforme a imagem representativa da casa original, que pertencia efetivamente a David Canabarro e era conhecida por

meio de uma foto antiga, ou preservá-la tal como estava nos anos 1950. A foto antiga revela uma casa simples, de estilo luso-brasileiro, tanto internamente quanto externamente, com evidências arqueológicas de um piso de terra batida e marcas de fogueiras utilizadas para cozinhar. O telhado era composto por telhas do tipo capa e canal, com beiral curto, sem nenhum detalhe refinado. Em contraste, a casa dos anos 1950 apresentava uma aparência mais característica da região de fronteira, com janelas rasgadas com gradis e uma platibanda que ocultava a cobertura (Meira, 2008, p. 274).

O local onde o General Bento Gonçalves da Silva viveu durante sua estadia na cidade durante a Guerra dos Farrapos foi oficialmente reconhecido como patrimônio municipal. Apesar de ter sido danificado por um forte temporal no início da década de 1970, que resultou na destruição de grande parte de suas estruturas e paredes, ainda restam as ruínas preservadas no endereço da Rua Coronel Manoel Pedroso, próximo ao prédio que abriga o MHF.

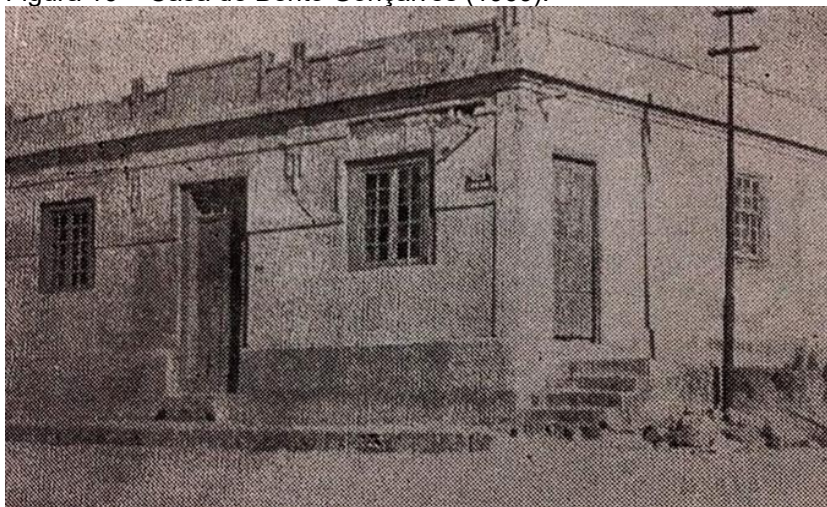
Figura 15 – Casa de Bento Gonçalves (à esquerda) vista da praça.
1 - Casa de Bento Gonçalves



Fonte: Arquivo Museu Histórico Farroupilha.

Nas Figuras 15 e 16, são apresentados os detalhes da residência de Bento Gonçalves em dois momentos distintos. Na primeira imagem, destacam-se, em primeiro plano, um grupo de jovens piratinienses que posam para uma fotografia na Praça Dorvalino Lessa, enquanto ao fundo é possível visualizar a casa em que Bento Gonçalves da Silva residia anteriormente. Já na Figura 16, é apresentada uma fotografia exclusiva da referida casa, extraída do livro História do Município de Piratini – Roteiro Histórico e Sentimental do senhor Davi Almeida, publicado em setembro de 1969.

Figura 16 – Casa de Bento Gonçalves (1969).



Fonte: Davi Almeida.

Figura 17 – Terreno onde foi a Casa de Bento Gonçalves.

1 - Área onde era a Casa de Bento Gonçalves



Fonte: Foto da autora.

Na Figura 17, procuramos reproduzir uma fotografia com um ângulo semelhante ao da Figura 15, destacando o terreno vazio e uma parte remanescente do muro da casa original.

2.2 Fase moderna (1970 -1999)

A fase moderna da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil é marcada por uma profunda reconfiguração conceitual e institucional. A partir da segunda metade do século XX, o país passou a reconhecer e valorizar a diversidade cultural como elemento constitutivo da identidade nacional, incorporando bens imateriais, manifestações populares e saberes tradicionais ao escopo da proteção

patrimonial. Esse movimento reflete uma ampliação do entendimento sobre o que constitui patrimônio, rompendo com a visão monumentalista e eurocêntrica que predominou nas primeiras décadas do século XX (Choay, 2017).

A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972) desempenhou papel fundamental nesse processo, ao propor a proteção não apenas dos bens em si, mas também de seus contextos e entornos, reconhecendo o valor universal excepcional dos patrimônios culturais e naturais. No Brasil, essa perspectiva influenciou diretamente a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especialmente na interpretação do artigo 18 do Decreto-Lei nº 25/1937, que passou a considerar a ambiência, a paisagem e as relações sociais como elementos essenciais à preservação.

Paralelamente, a descentralização das políticas de preservação emergiu como pauta relevante, impulsionando a criação de órgãos estaduais e municipais voltados à gestão do patrimônio. No Rio Grande do Sul, esse processo teve início em 1954 com a criação da Divisão de Cultura do Estado, culminando na fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) em 1990. Essa trajetória institucional revela os esforços locais para consolidar uma política de preservação mais contextualizada e participativa (Fonseca, 2017).

A democratização do acesso à informação e o fortalecimento da sociedade civil também foram determinantes para o surgimento de movimentos de base que reivindicavam o reconhecimento e a proteção de patrimônios culturais diversos. Como destaca Ulpiano Meneses (1992), o patrimônio cultural deve ser compreendido como um direito à memória, construído coletivamente e acessível à população. Essa concepção desloca o patrimônio do campo exclusivo da erudição e da monumentalidade para o espaço público da cidadania e da disputa simbólica.

Neste subcapítulo, propõe-se uma análise crítica da atuação do IPHAN e dos órgãos estaduais no contexto da fase moderna da preservação patrimonial, com ênfase nas transformações conceituais, nas políticas de descentralização e nas tensões entre patrimônio, território e participação social. A partir da articulação entre teoria, legislação e prática, busca-se compreender os desafios contemporâneos da gestão integrada do patrimônio cultural brasileiro.

2.2.1 Tombamentos do IPHAE e Delimitação do centro histórico

A partir da década de 1980, houve um reconhecimento crescente da diversidade cultural do Brasil e da necessidade de valorizar e preservar as diferentes expressões culturais presentes no país. Isso levou a uma ampliação do conceito de patrimônio cultural, que passou a englobar não apenas monumentos e sítios históricos, mas também práticas culturais, saberes tradicionais e manifestações artísticas populares. Essas discussões refletem a complexidade e a diversidade de abordagens em relação à ativação do patrimônio cultural na fase moderna do patrimônio no Brasil, com uma crescente valorização da participação cidadã e da diversidade cultural.

É nesse contexto, que Piratini recebe a primeira delimitação do seu centro histórico e os tombamentos do IPHAE, na época ainda sob a denominação de Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE.)

Nesta discussão aqui proposta, as principais fontes a serem consideradas são os processos de números 11997/1984, relacionado à Ponte do Império, e 52055/1984, referente aos 14 bens localizados no centro histórico de Piratini.

Nos chama a atenção, a justificativa utilizada pelo prefeito municipal de Piratini, Sr. Carlos de Souza Carvalho no ofício de 28 de abril de 1983 encaminhado ao governador do estado do RS, onde solicita o tombamento da Ponte do Império.

Permita-nos V. Excia. esclarecer que a "Ponte do. Império" é considerada pela comunidade piratiniense como um Monumento Histórico do nosso município, pois pelo que se lê em documentos existentes nos arquivos municipais, "constituía-se a construção de uma ponte no passo do Acampamento a mais importante e antiga reivindicação de Piratini junto à Presidência da Província", desde tempos remotos, anteriores mesmo à Revolução Farroupilha. Em 1868, tendo assumido a Presidência da Província o ilustre filho de Piratini, Dr. Joaquim Vieira da Cunha, em 26: de junho de 1868, determinou o atendimento dessa aspiração dos piratinienses, cuja obra foi executada por Hygino Corrêa Durão, entre os anos de 1869-1870. Por essas razões a população de Piratini não aceita a idéia de demolição e remoção dessa obra para fora do nosso limite territorial, por entender que ela pertence ao nosso município e se constitui num patrimônio histórico da vida comunal piratiniense.

O pedido de tombamento da Ponte do Império feito pelo Prefeito de Piratini reflete uma abordagem que se aproxima do conceito de ativação patrimonial defendido por Prats (2005). Ao destacar a importância histórica e cultural da ponte para a comunidade local, o Prefeito evidencia a relevância da estrutura como um Monumento Histórico do município, enraizado em reivindicações antigas e na própria história da região. Além disso, ao mencionar a recusa da população em aceitar a

demolição ou remoção da ponte, enfatiza-se a ligação entre o patrimônio e a vida da comunidade piratiniense. Essa abordagem ressalta a valorização ativa do patrimônio, não apenas como um artefato histórico, mas como um elemento integrante e significativo da identidade e memória coletiva da comunidade. Ao buscar o tombamento da ponte, o Prefeito buscava preservar não apenas sua estrutura física, mas também promover sua ativação como um recurso vital para fortalecer os laços comunitários, alinhando-se assim com os princípios de ativação patrimonial propostos por Prats (2005).

Na sequência do processo, é solicitado um parecer técnico do arquiteto Nestor Torelly Martins. O parecer emitido pelo profissional em 19 de dezembro de 1983 é contrário ao tombamento do bem, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Nosso parecer é que antes do Tombamento desta **peça de valor discutível**, no mínimo se faça sua recuperação, pois recuperada poderá o público visitá-la caracterizando um atrativo inclusive turístico para o município, uma vez que recuperados também seus acessos para quem se origina da nova estrada existente no local. Ademais um monumento Tombado deve apresentar aparência condigna, evitando inclusive a crítica da opinião pública sobre o estado de abandono permitido por aqueles que promoveram o Tombamento. (Grifo nosso)

O parecer emitido pelo arquiteto Nestor Torelly Martins apresenta o bem como sendo uma “peça de valor discutível”. Ao invés de avaliar a possibilidade de tombamento do bem, Martins sugere que a prioridade deveria ser a sua recuperação, destacando o potencial que a peça recuperada teria em atrair público e se tornar um ponto turístico para o município, ressaltando a importância da conservação aliada à funcionalidade e ao benefício para a comunidade local.

Nesse sentido, a solicitação de tombamento da Ponte do Império e o parecer técnico emitido pelo arquiteto Martins, embora com posições contrárias, refletem a ideia de ativação patrimonial, uma vez que consideram a relação da comunidade piratiniense com o uso do bem. Tanto a solicitação de tombamento quanto o parecer técnico enfatizam a importância de preservar o patrimônio cultural local não apenas como um monumento estático, mas também como um recurso ativo que pode contribuir para a identidade e o desenvolvimento da comunidade.

Prosseguindo com o processo, o próximo ofício endereçado ao prefeito de Piratini informa sobre o conteúdo da avaliação técnica e solicita a posição do município em relação à restauração e conservação do bem em questão.

A resposta ao ofício foi enviada pelo prefeito Carlos Carvalho em 02 de março de 1984. A seguir, apresenta-se um trecho do texto enviado ao Sr. Moacyr Domingues, responsável pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico do Estado.

Embora rendamos culto extremado as nossas mais caras, tradições, não concordando, inclusive, com a opinião do assessor técnico dessa Coordenadoria de que a Ponte do Império seja "uma Peça de valor discutível", reconhecemos de que a comunidade piratiniense é pobre não dispondo o Município de recursos financeiros e técnico para enfrentar a restauração de uma obra do porte e estado de conservação em que se encontra a peça em referência.

Como acreditamos na importância que Piratini representa à formação histórica e política do nosso Rio Grande, cremos, por conseguinte, que tudo que apresente significação à história do nosso Município repercute invariavelmente na história do nosso Estado, estamos gestionando junto ao Governo Estadual para que assuma a responsabilidade de restauração da obra referida, comprometendo-se a municipalidade com a sua conservação.

No ofício, o prefeito Carlos Carvalho discorda do parecer técnico que considerava a Ponte do Império 'de valor discutível', alegando limitações financeiras e técnicas do município para restaurá-la. Sua argumentação reforça a importância histórica de Piratini para o Rio Grande do Sul, defendendo que a preservação do patrimônio local reflete diretamente na identidade estadual. Por isso, solicita ao Governo Estadual que assuma a restauração, comprometendo-se o município com a futura conservação. Esse posicionamento pode explicar a portaria de tombamento da obra, emitida em 1º de agosto de 1984, sem documentos prévios que justifiquem a decisão.

Reconhecer como de interesse público, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978, combinada com o Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, por seu valor histórico, a chamada Ponte do Império, sobre o rio Piratini, na divisa dos municípios de Piratini e Pedro Osório, para que passe a integrar o patrimônio cultural do Estado.

O artigo 1º da Lei Estadual nº 7.231 estabelece que os bens cuja preservação seja de interesse público, em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, bem como por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem o patrimônio cultural do Estado e serão objeto de especial interesse e cuidadosa proteção.

A análise do processo de tombamento da Ponte do Império revela uma tensão entre a valorização simbólica do bem pela comunidade e as exigências técnicas e financeiras para sua preservação. Enquanto o parecer do arquiteto Nestor Torelly Martins questiona o valor material da estrutura e prioriza sua recuperação funcional,

o prefeito Carlos Carvalho insiste em seu significado histórico, vinculando-o à identidade não apenas local, mas também estadual. A portaria de tombamento, emitida sem justificativas documentais explícitas, sugere que prevaleceu a dimensão afetiva e política sobre critérios técnicos, consolidando a ponte como patrimônio cultural do Estado. Essa decisão reflete um alinhamento implícito com a noção de ativação patrimonial, na qual o valor do bem transcende sua materialidade, integrando-se à memória coletiva e ao discurso de pertencimento regional. Na Figura 18 observamos a Ponte do Império.

Figura 18 – Ponte do Império



Fonte: Site do IPHAE

Na sequência, procedemos à análise do processo nº 52055-1984. O primeiro documento é um ofício datado de 03 de dezembro de 1984, enviado pelo Prefeito de Piratini, Sr. Carlos de Souza Carvalho, ao Subsecretário de Cultura, Sr. Joaquim Paulo de Almeida Amorim. No referido documento, o prefeito solicita o tombamento "de alguns dos nossos exemplares arquitetônicos, testemunhas do nosso histórico passado". Para complementar essa solicitação, acompanha-se outro ofício da mesma data, encaminhado pela engenheira Sra. Rita Helena Pimentel Patussi ao coordenador do Patrimônio Histórico Moacyr Domingues, descrevendo sua visita ao município de Piratini e argumentando sobre a importância dos tombamentos solicitados. No item 5 de sua argumentação, Rita Helena fala sobre a conscientização da comunidade do valor dos prédios históricos e que mesmo que os aspectos técnicos arquitetônicos possam ser subjetivos, o tombamento dos bens se respaldaria pelo valor histórico da cidade de Piratini:

O fato histórico desencadeou a conscientização da comunidade do valor dos prédios e ruas, que serviram de cenário para instalação da 1ª Capital Farroupilha. Caso os aspectos técnicos arquitetônicos forem sujeitos a interpretações subjetivas, não se poderá negar a importância da história que nos dá argumentos suficientes para que um prédio, uma rua, um documento, enfim, qualquer coisa ligada a ela (história), venha a ser preservada para as próximas gerações.

Logo em seguida, o processo apresenta um parecer técnico assinado pelo arquiteto Sr. Eduardo Martinez em 06 de dezembro de 1984. O parecer técnico, além de apresentar uma análise arquitetônica detalhada favorável ao tombamento, também reforça a importância do valor histórico de Piratini e o pioneirismo das ações voltadas à preservação de seu centro histórico (mencionando o Plano diretor formulado em 1946 pelo professor Francisco Riopardense de Macedo):

Para finalizar este parecer lembráramos que o Professor Francisco Riopardense de Macedo em 1946, ao formular o Plano Diretor de Piratini, já havia identificado o Centro Histórico, denominando-o de Zona Tombada, preconizando sua vocação de Museu Histórico, o qual seria atração para estudiosos e visitantes turistas. Para tanto, afirmou a necessidade de legislação urbanística que não permitisse a descaracterização da área e projetou vias de contorno deste centro, evitando o tráfego pesado.

Essa visão pioneira, que ainda não havia ganhado força no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul, sobre as discussões relacionadas à delimitação dos centros históricos, provavelmente é responsável pela preservação de uma parte significativa do centro histórico de Piratini. Este tema foi anteriormente abordado ao citarmos a pesquisa de Mirian Rodrigues Sartori, a qual conduziu um estudo de caso envolvendo três centros históricos (Porto Alegre, São José do Norte e Piratini) e concluiu que Piratini era o mais bem preservado dos três.

Com todos os pareceres favoráveis ao tombamento dos bens do processo nº 52055/1984, o mesmo teve uma tramitação rápida e, em 15 de janeiro de 1985, foi publicado o decreto nº 31.823, declarando de interesse público para fins de inserção no patrimônio cultural do estado os bens do município de Piratini descritos no processo. Mereceu análise detalhada o número de bens tombados, pois inicialmente o processo informava 14 bens e em algumas partes do processo, incluindo o decreto nº 31.823, apareciam 15 bens. Após analisar detalhadamente ambas as listas, percebeu-se que a “Casa da Camarinha” era dividida em duas matrículas distintas. Uma parte (parte de dois andares) pertencia à Sra. Ubaldina Dutra Madruga, e a outra parte (Casa térrea, que é a primeira construída no núcleo urbano que formou a vila de

Piratini), pertencia à Caixa Econômica Federal. Embora se trate de duas casas distintas, com matrículas diferentes, foram tombadas com uma única portaria.

A análise do processo nº 52055/1984 revela uma convergência entre o discurso histórico e a ação preservacionista, onde o valor simbólico de Piratini como primeira capital farroupilha prevaleceu sobre eventuais subjetividades técnicas. A argumentação da engenheira Rita Patussi e o parecer do arquiteto Eduardo Martinez reforçaram a importância do centro histórico não apenas por seus atributos arquitetônicos, mas como testemunho material de um passado coletivo. A rápida tramitação e a publicação do decreto em janeiro de 1985 demonstram como a narrativa histórica legitimou a preservação, ainda que inconsistências documentais, como a dualidade da "Casa da Camarinha", evidenciem desafios práticos na delimitação do patrimônio.

Outro evento importante que ocorreu em Piratini no mesmo período: a criação da primeira lei de delimitação do centro histórico, um marco fundamental que contribuiu significativamente para a preservação da cidade. O estudo em questão tem como objetivo analisar um documento mimeografado, de autoria desconhecida e encontrado no acervo do Museu Histórico Farroupilha, que descreve um evento ocorrido em 26 de novembro de 1984. Nesse encontro, figuras importantes como Moacyr Domingues, Coordenador Estadual para Assuntos do Patrimônio; o arquiteto José Albano Volkmer, Superintendente Adjunto da SURBAN e membro do Conselho Estadual de Cultura; o arquiteto Maya, representante da União através do SPHAN-Pró-Memória; o arquiteto Eduardo Martinez e a advogada Gládis Spohr, da Assessoria Jurídica da SURBAN, apresentaram e defenderam o projeto de lei referente ao centro histórico de Piratini. Este projeto foi elaborado a partir de estudos realizados por esses profissionais especializados na área do patrimônio cultural, a sua apresentação ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores e foi resultado da colaboração entre a Prefeitura Municipal, o Serviço Municipal de Patrimônio Cultural e os órgãos estaduais mencionados acima. A proposta foi aprovada e deu origem à Lei nº 767, datada de 10 de dezembro de 1984.

Dois capítulos da Lei 767 de 1984 merecem destaque, pois abordam temas inéditos em legislações anteriores e são fundamentais para a preservação do centro histórico de Piratini. O Capítulo V, dedicado aos Benefícios Fiscais, estipula medidas cruciais para fomentar a conservação e restauração de bens de valor histórico ou arquitetônico de Piratini. O artigo 20 confere à Prefeitura Municipal a competência para

conceder benefícios fiscais aos particulares que empreendem tais iniciativas. Conservação é definida como intervenção preventiva que mantém todas as características originais do bem histórico ou arquitetônico, enquanto restauração se refere à intervenção corretiva que visa reconstruir o bem preservado, recuperando estruturas ou elementos danificados. A isenção do imposto predial, por períodos determinados, é oferecida como incentivo, com duração de 3 anos para atividades de conservação e de 10 anos para atividades de restauração, a partir da conclusão da obra.

Por sua vez, o Capítulo VI, que versa sobre as Penalidades, desempenha papel fundamental na proteção do patrimônio histórico. O artigo 21 estabelece as consequências para os proprietários que violarem as normas de preservação estabelecidas na lei. As penalidades incluem embargo de obras que descaracterizem prédios tombados, interdição de edificações incompatíveis com os usos previstos, demolição de construções sem licença adequada, suspensão imediata dos benefícios fiscais e aplicação de multas proporcionais ao valor venal do imóvel, podendo alcançar até 15% deste valor. Além disso, são previstas penalidades mais severas para reincidentes, com multas dobradas.

Esses capítulos são essenciais para assegurar a preservação do centro histórico de Piratini, pois incentivam as práticas de conservação e restauração dos bens patrimoniais, ao mesmo tempo em que impõem medidas punitivas para aqueles que desrespeitam as normas de proteção do patrimônio cultural local.

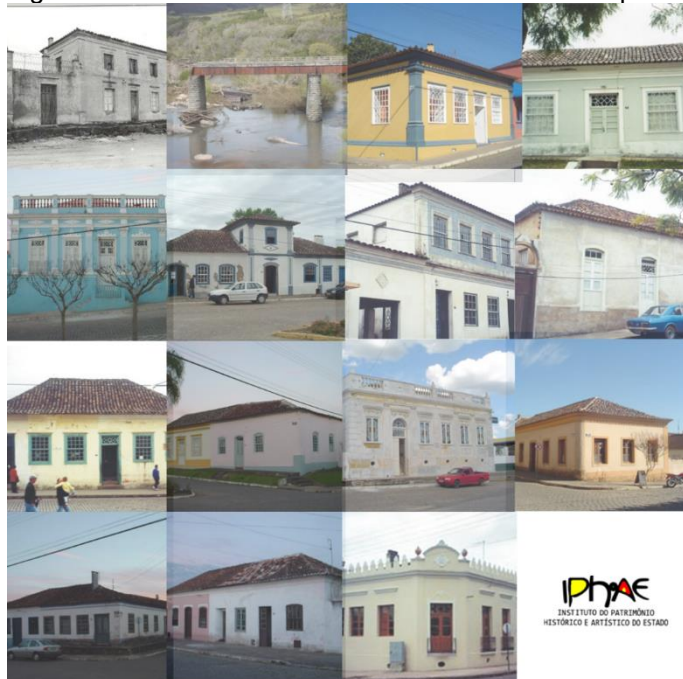
Além dos capítulos que tratam dos benefícios fiscais e das penalidades, os capítulos iniciais da Lei 767 de 1984 estabelecem de forma clara as delimitações e os usos permitidos e proibidos no centro histórico de Piratini. Essas disposições são fundamentais para garantir a integridade e a preservação do patrimônio histórico da região, ao definirem as diretrizes para o desenvolvimento urbano compatível com a conservação dos bens culturais ali presentes. Ao especificarem as áreas sujeitas à proteção e os tipos de atividades autorizadas ou vedadas, tais capítulos fornecem um arcabouço legal que orienta o planejamento e a gestão urbana, promovendo um equilíbrio entre a preservação do patrimônio e o desenvolvimento sustentável da comunidade local, alinhando-se ao conceito de ativação patrimonial proposto por Prats (2005).

Os tombamentos e a Lei nº 767/1984 mostram o empenho em tornar Piratini um modelo de preservação patrimonial no RS. A lei, com incentivos fiscais e penalidades, inovou ao unir conservação material e valor simbólico, seguindo a ideia de ativação patrimonial. Os tombamentos priorizaram a história, mesmo com discordâncias técnicas, enquanto a legislação criou regras pioneiras, integrando o patrimônio à vida da comunidade.

A atuação do prefeito Carlos de Souza Carvalho em prol da preservação do patrimônio histórico de Piratini, entre 1983 e 1985, pode ser entendida à luz da influência de Davi Souza de Almeida, então Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura de Piratini. Davi Almeida, reconhecido pesquisador da história local e entusiasta da preservação, certamente exerceu um papel fundamental na sensibilização do gestor municipal para a importância dos tombamentos e da legislação protetiva do Centro Histórico. Sua expertise e dedicação ao patrimônio cultural devem ter sido determinantes para que Carvalho, diferentemente de outros prefeitos, priorizasse essas medidas. Nesse sentido, é plausível afirmar que a atuação do prefeito foi impulsionada não apenas por demandas institucionais, mas também pela força política e cultural representada por Davi Almeida, cujo conhecimento e militância em favor da memória local orientaram as decisões da gestão municipal naquele período.

Para finalizar este subcapítulo montamos um mosaico na Figura 19 com fotos dos bens tombados pelo IPHAE em Piratini:

Figura 19 – Mosaico com fotos dos bens tombados pelo IPHAE.



Fonte: Fotos do site do IPHAE

2.2.2 Inventários de conhecimento

O último tópico deste capítulo, que se propôs a apresentar e discutir a legislação e políticas de preservação do patrimônio no âmbito do município de Piratini, não é menos relevante e aborda o inventário de conhecimento realizado no município de Piratini durante a década de 1990. Este tema será analisado por meio de análise do próprio inventário, bem como das entrevistas conduzidas com Luiz Fernando Rhoden, que desempenhou funções no IPHAN e foi responsável pelos inventários de conhecimento na década de 1990 no Rio Grande do Sul, e Luzia dos Santos Abreu, encarregada do inventário de conhecimento em Piratini durante o mesmo período.

O surgimento dos inventários de conhecimento no Rio Grande do Sul foi motivado por duas razões principais, conforme descrito por Rhoden durante a entrevista. A primeira motivação foi a ausência de legislação municipal para a preservação do patrimônio em quase 95% dos municípios gaúchos. A segunda motivação derivou do interesse em atender às recomendações estabelecidas na Carta

de Brasília³⁰, que preconizavam a cooperação entre estados e municípios na salvaguarda do patrimônio cultural. Com o reconhecimento dos inventários como um meio de preservação do patrimônio cultural pela Constituição de 1988, essas práticas foram integradas às medidas legais de salvaguarda, conforme destacou Rhoden:

O projeto "Inventário de Conhecimento do RS" surgiu de duas motivações principais: a falta de legislação municipal para preservação do patrimônio em todo o estado, identificada pelo IPHAN, e o interesse em atender as recomendações estabelecidas na Carta de Brasília, que indicavam a cooperação entre estados e municípios na preservação do patrimônio cultural. Até os anos 1970, a maioria dos estados brasileiros carecia de leis de proteção ao patrimônio cultural, com a preservação sendo predominantemente responsabilidade do governo federal, que estava em desacordo com as recomendações preconizadas pela Carta de Brasília. As leis estaduais começaram a surgir no final da década de 1970, e as municipais estavam em estágio inicial de desenvolvimento. No RS, apenas cerca de 5% dos aproximadamente 400 municípios tinham legislação de proteção ao patrimônio, motivando a ideia de realizar um inventário patrimonial. A Constituição de 1988 reconheceu os inventários como um meio de preservação do patrimônio cultural, integrando-os às práticas de salvaguarda estabelecidas por lei. Embora a ideia de conduzir inventários no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tenha raízes nos primeiros anos da instituição, essa proposta não foi formalizada por um longo período. (Rhoden, 2021)

Mesmo sendo um dos municípios que se encontrava dentro dos 5% que possuíam leis de proteção ao patrimônio, Piratini foi um dos municípios que estabeleceu parcerias com o IPHAN e o IPHAE para desenvolver um inventário de conhecimento.

De acordo com Rhoden, a parceria com os municípios ocorria da seguinte maneira:

O convênio com os municípios era simples, com a cidade disponibilizando três funcionários: um motorista, um arquiteto e um fotógrafo. O motorista era responsável pelas viagens e o arquiteto pelo inventário. Fornecíamos orientações detalhadas e enfatizávamos que o foco não estava apenas nos edifícios arquitetonicamente impressionantes, mas também nos de valor cultural. (Rhoden, 2021)

Em Piratini a arquiteta contratada para desenvolver o inventário foi Luzia dos Santos Abreu, que nos descreveu como foi esse processo:

Trabalhar com patrimônio é um desafio, especialmente diante dos problemas atuais. Durante minha formação em arquitetura, participei do primeiro inventário em Pelotas como estudante. Fui incentivada na faculdade a me envolver com a questão do patrimônio, que na época estava começando a

30

Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 27/10/2023.

ganhar destaque. Após me formar, fui convidada para cadastrar a Catedral de Rio Grande, a Catedral de São Pedro, juntamente com Andrey Schlee. Sem experiência prévia, buscamos orientação no IPHAN em Porto Alegre. Inicialmente nos foi designado o cadastro da Catedral de Rio Grande, onde aprendemos o processo. Posteriormente, nos foi atribuído o cadastro da Catedral de Bagé, em ruínas durante uma seca intensa. Apesar das condições adversas, foi um trabalho gratificante. Mais tarde, fui encarregada por Rhoden de realizar o inventário de Piratini. Aceitei o desafio com o intuito de aprender e fui recebida por Lizete Frizzo, que me hospedou e auxiliou durante todo o processo. Dediquei-me a inventariar a parte urbana da cidade, fotografando e documentando os monumentos e as construções simples que na minha opinião eram tão importantes quanto as já reconhecidas. Após concluir essa etapa exaustiva e gelada, retornava à casa dela para me aquecer junto à lareira, desfrutando da sua hospitalidade calorosa. Posteriormente, adentramos o interior, fotografando paisagens, cemitérios, cercas de pedra e fazendas. Percorremos o interior de fusca, enfrentando longas distâncias e acessos difíceis. Encantei-me com os muros de pedra e a recepção calorosa das pessoas locais. Tive a oportunidade de conhecer a casa da Tia Santa, tia de Lizete Frizzo, onde pude ver os móveis antigos e ouvir histórias fascinantes sobre os presentes recebidos no casamento realizado em 1912. Tia Santa guardava todos os presentes e cartões em uma cristaleira, incluindo um sapatinho especial comprado para o casamento. As histórias compartilhadas revelavam detalhes encantadores sobre a vida naquela época e as tradições locais.³¹ (Abreu, 2021)

A entrevista abordou a relevância da preservação e identificação de bens não consagrados em Piratini. A partir dos anos 1980, essa preservação assumiu uma nítida conotação política, com a ideia de diversidade se sobrepondo à de desigualdade. Como Fonseca (2017) destaca, a preservação dessas manifestações culturais não consagradas, incluindo bens das etnias afro-brasileiras e elementos da cultura popular, é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A participação ativa da sociedade na gestão desse patrimônio cultural é vital para garantir que a diversidade cultural do Brasil seja valorizada e protegida, contribuindo assim para a reconquista da cidadania por todos os brasileiros.

Nesse contexto, o inventário de conhecimento realizado na década de 1990 em Piratini está alinhado com essa concepção de patrimônio. Durante esse processo, 119 bens na área urbana e 17 bens na área rural do município foram inventariados. As fichas de inventário detalhavam informações como tipologia, entorno, uso principal, número de pavimentos, observações, localização e incluíam diversas fotografias dos bens. Este inventário representou um instrumento crucial para identificar bens e

³¹ Luzia dos Santos Abreu, entrevista concedida em 16 de março de 2022. O encontro virtual ocorreu no contexto da pandemia de Covid-19, sendo realizado no Webconf, com entrevistadoras e entrevistado em suas respectivas residências. A conversa teve a duração de 2 horas, sendo gravada e transcrita pelas autoras, optou-se por realizar um processo de "transcrição" (Meihy, 2005). Nesse processo, as informações fornecidas por Luzia foram mantidas intactas, porém foram excluídas as perguntas e o discurso falado, caracterizado por coloquialismos e pausas naturais, foi transformado em um texto formal, em conformidade com as regras gramaticais contemporâneas.

manifestações culturais com potencial de patrimonialidade, contribuindo para a preservação e valorização do patrimônio cultural local. Consequentemente, cumprindo o objetivo destacado por Rhoden:

Durante esse tempo, a realização de inventários foi rara, com exceção de casos isolados, como o inventário da região italiana conduzido pela Universidade de Caxias e o inventário do arquiteto Pozenato, que posteriormente foi publicado como um livro. Em vista dessa lacuna, surgiu a ideia do projeto inventário de conhecimento, **inicialmente não direcionado à preservação, mas para a identificação e compreensão do patrimônio.** (Rhoden, 2021, Grifo nosso)

2.3 Fase atual (desde 2000)

A patrimonialização do município de Piratini, especialmente após os anos 2000, reflete uma transformação nas abordagens e práticas de preservação cultural. Este subcapítulo tem como objetivo explorar essas mudanças, destacando como a nova patrimonialização difere das décadas anteriores e como se alinha com as tendências contemporâneas no Brasil e no mundo.

Nos últimos anos, o conceito de patrimônio cultural expandiu-se para além dos bens materiais, incorporando também o patrimônio imaterial, como tradições, festivais e saberes populares. Essa valorização do patrimônio imaterial é uma das principais características da nova patrimonialização em Piratini, que busca reconhecer e preservar a riqueza cultural intangível da comunidade.

Esse movimento está em consonância com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, aprovada em 2003, da qual o Brasil é signatário. A Convenção reconhece o patrimônio imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que geram um sentimento de identidade e continuidade entre os grupos sociais, sendo essencial para a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável. Ela também recomenda que os Estados adotem políticas públicas integradas, com participação comunitária e suporte institucional, para garantir a viabilidade dessas manifestações culturais.

No Brasil, essa diretriz internacional foi incorporada às políticas públicas por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que passou a reconhecer bens imateriais por meio do Registro. Os bens que recebem esse reconhecimento são inscritos em um dos quatro Livros do Registro, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.551/2000: Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares. A inscrição nesses livros confere ao bem o título de

Patrimônio Cultural do Brasil, formalizando sua importância e garantindo medidas de salvaguarda.

Complementarmente, os Cadernos do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), também publicados pelo IPHAN, funcionam como dossiês técnicos que aprofundam o estudo de expressões culturais específicas e seus contextos. Essas publicações são fundamentais para orientar ações de preservação e estão disponíveis para consulta e download no site oficial do IPHAN, promovendo o acesso público ao conhecimento sobre o patrimônio imaterial brasileiro.

Em Piratini, essa mudança de paradigma é evidenciada pela promulgação de 34 das 41 leis de preservação após os anos 2000, refletindo um aumento substancial no esforço de proteção do patrimônio. Destas, 17 leis estão dedicadas à preservação do patrimônio imaterial, uma categoria que não era contemplada anteriormente, quando todas as leis de proteção focavam exclusivamente em bens materiais. Além disso, novas categorias de proteção surgiram, abrangendo bens naturais e rurais, ampliando ainda mais o escopo das políticas de preservação.

Apesar dos avanços na valorização do patrimônio imaterial em Piratini, observa-se que esse reconhecimento tem caráter predominantemente declaratório, sem a devida articulação com políticas públicas estruturadas. Não há, por exemplo, uma lei municipal específica voltada ao patrimônio imaterial que estabeleça diretrizes claras para sua salvaguarda, nem previsão orçamentária para ações de manutenção, transmissão ou valorização dessas manifestações culturais. A ausência de planejamento e investimento público compromete a efetividade das medidas de preservação, tornando vulneráveis práticas que dependem da continuidade geracional e do engajamento comunitário. Essa lacuna contrasta com os princípios estabelecidos pela Convenção da UNESCO de 2003, que recomenda aos Estados signatários a adoção de políticas integradas e sustentáveis para garantir a permanência e vitalidade do patrimônio cultural imaterial.

A patrimonialização contemporânea em Piratini, portanto, não apenas acompanha os marcos normativos internacionais e nacionais, como também revela uma sensível valorização das práticas culturais locais. No entanto, para que essa valorização se traduza em salvaguarda efetiva, é necessário avançar na institucionalização e no financiamento público das ações de preservação, promovendo o sentimento de identidade e continuidade entre os habitantes de forma sustentável e duradoura.

Entre os bens imateriais que passaram a receber proteção municipal, destacamos o bloco burlesco da Bicharada do Ari, objeto de estudo em minha dissertação de mestrado (2017), que recebeu proteção pela lei nº 1012, de 16 de janeiro de 2009. O bloco Burlesco da Bicharada do Ari faz parte de uma tradicional festa popular de carnaval que acontece desde o final da década de 1940 no município de Piratini. Mesmo tendo passado por algumas transformações ao longo dos anos, ela permanece viva principalmente naqueles que participaram dos primeiros anos da festa.

Além do exemplo do bloco burlesco da Bicharada do Ari, destacam-se várias leis que preservam importantes elementos culturais de Piratini. Entre elas, estão as leis que protegem as carreiras de cancha reta, as cavalgadas, a prova de laço, o grupo de Artes Encenação, o Festival Vertente da Canção Nativa, a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Cultural de Piratini, o Desfile de 20 de setembro, a Semana Farroupilha e o poema “Por aqui as Casas Falam”.

Adicionalmente, a lei nº 398, de 2002, declara a fazenda Arvorezinha como patrimônio rural do município, enquanto a lei nº 1014, de 2009, protege o parque Vale do Moinho. A lei nº 1742, de 2017, reconhece os rios Camaquã e Piratini como patrimônios naturais do município. Essas legislações refletem um esforço em preservar tanto o patrimônio cultural imaterial quanto os bens naturais e rurais, ampliando o escopo das políticas de preservação em Piratini.

Em 2019, a Prefeitura Municipal de Piratini, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Planejamento e Projetos, realizou um novo inventário com foco na atualização das 119 fichas relacionadas à área urbana do inventário original, elaborado no início da década de 1990, apresentado no tópico anterior. A responsável por esta iniciativa foi a arquiteta Bibiana Knapp Wustrow, então funcionária da Prefeitura de Piratini. Este novo inventário se destaca pela inclusão de fotografias recentes dos bens, juntamente com imagens do inventário realizado na década de 1990 por Luzia. As fichas atuais evidenciam diversas alterações nas fachadas, especialmente a substituição de aberturas (janelas e portas) por aberturas de vidro em residências utilizadas para fins comerciais. Além disso, há casos específicos em que os bens foram demolidos e substituídos por novas construções (alguns dos quais haviam sido inventariados no primeiro levantamento), mesmo estando localizados no centro histórico.

O centro histórico de Piratini foi oficialmente delimitado em dezembro de 1984 e passou por atualizações subsequentes. Em dezembro de 2011, a Portaria n.º 78/2011 – SEDAC/RS definiu diretrizes para o entorno de bens tombados no município. Posteriormente, em dezembro de 2013, a Portaria SEDAC n.º 097/2013 ampliou a área de proteção rigorosa (que deve ser fiscalizada pelo IPHAE) e a área de ocupação controlada (que deve ser fiscalizada pelo município). Essas medidas visam diminuir a incidência de alterações e demolições e assim preservar o patrimônio histórico e cultural do município.

Além disso, a patrimonialização passou a ser vista como uma prática social de construção de identidades coletivas, refletindo a diversidade cultural e os interesses de diferentes grupos sociais. Em Piratini, essa abordagem inclusiva tem permitido a valorização de novas narrativas e sujeitos de direito coletivo, promovendo uma visão mais ampla e democrática do patrimônio. É o caso da lei nº 2294 de novembro de 2022, que preserva o Clube Sociedade Recreativa e Cultural 13 de maio (Senegal). O local era a casa de uma descendente de pessoas escravizadas e foi criado pelo primeiro vereador negro do município de Piratini, pois os negros não podiam participar das festas do Clube SRP (Sociedade Recreio Piratiniense). De acordo com Pinheiro (2019), em 1962, Mário Alpuim, primeiro vereador negro de Piratini, solicitou à Câmara de Vereadores a cedência da casa de Siá Clara, uma descendente de escravos que havia falecido sem herdeiros, para a criação da Sociedade Recreativa e Cultural 13 de maio (Pinheiro, 2019, p. 37).

Outro exemplo é a lei nº 2323, de janeiro de 2023, que declara o CTG Negrinho do Pastoreio patrimônio cultural e imaterial do município de Piratini. Assim como a Sociedade Recreativa e Cultural 13 de maio, a criação do CTG Negrinho do Pastoreio foi uma busca por um espaço de socialização da comunidade negra de Piratini na década de 1980. Segundo Eva Pinheiro, a criação do CTG Negrinho do Pastoreio foi motivada pelo racismo enfrentado pelo filho de uma professora negra, que não pôde frequentar o CTG 20 de setembro devido à sua política de aceitação apenas de pessoas brancas. Mesmo sendo parte de um grupo de dança gaúcha, ele foi impedido de participar dos bailes. Após algumas reuniões, foi formada a primeira diretoria do CTG Negrinho do Pastoreio (Pinheiro, 2019, p. 42).

A relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável também vem ganhando destaque no Brasil nos últimos anos, com discussões sobre como a preservação do patrimônio pode contribuir para a sustentabilidade cultural e

econômica dos municípios. Nesse sentido, em maio de 2023, o vereador Sérgio Moacir Rodrigues de Castro apresentou um projeto de lei com o objetivo de designar as localidades da Costa do Bica e Paredão, situadas no 3º Distrito de Piratini, como Patrimônio Natural e Cultural do município. A motivação principal expressa para esta proposta foi a necessidade de preservar e valorizar essas áreas, além de promover o turismo ecológico e de aventura. Este projeto de lei foi aprovado por unanimidade, resultando na Lei Municipal 2.373/23. No entanto, é interessante notar que, apesar da existência de uma RPPN na área em questão, a lei não lhe faz qualquer referência. Ademais, os documentos referentes ao projeto de lei não demonstram ter havido diálogo prévio com a comunidade local, o que suscita questionamentos sobre o impacto real da lei e a ressonância cultural das paisagens protegidas.

Sylvie Sagnes (2019) propõe que o patrimônio cultural deve ser visto como uma experiência de mediação, envolvendo diversos atores, desde amadores e habitantes locais até profissionais. Em Piratini, a designação das localidades da Costa do Bica e Paredão como Patrimônio Natural e Cultural, através da Lei Municipal 2.373/23, poderia se beneficiar dessa abordagem. A inclusão ativa da comunidade local no processo de identificação e valorização dessas áreas poderia aumentar a relevância cultural das paisagens protegidas e fortalecer o vínculo emocional dos moradores com seu patrimônio. A mediação pode integrar a preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento sustentável, promovendo o turismo ecológico e de aventura, o que pode gerar benefícios econômicos para a comunidade. No entanto, a falta de diálogo prévio com a comunidade local levanta questões sobre a eficácia dessa iniciativa. A mediação garantiria que as vozes locais fossem ouvidas e que as práticas de preservação estivessem alinhadas com as necessidades da comunidade, promovendo a sustentabilidade cultural. Isso incentivaria a comunidade a se envolver ativamente na preservação e valorização de seu patrimônio, contribuindo para a sustentabilidade cultural e econômica do município.

As ações de preservação cultural em Piratini, especialmente após os anos 2000, exemplificam a chamada ativação patrimonial, ao incorporar práticas que vão além da conservação de bens materiais. A valorização do patrimônio imaterial, como a proteção do bloco burlesco da Bicharada do Ari e outras tradições locais, reflete uma abordagem mais dinâmica e inclusiva, voltada ao engajamento da comunidade na preservação de sua própria cultura. No entanto, as leis sancionadas nesse período

não indicam a realização de consultas públicas para identificar o que é significativo para os moradores, revelando uma lacuna na participação social.

Essa ativação patrimonial também se manifesta na criação de novas categorias de proteção, abrangendo bens naturais e rurais, e na atualização do inventário patrimonial, que documenta transformações urbanas e arquitetônicas. Ainda assim, desafios como a fiscalização insuficiente e a demolição de bens inventariados evidenciam fragilidades que comprometem a efetividade das ações de preservação.

Embora esse processo revele avanços na valorização da diversidade cultural e na ampliação das categorias de proteção, ele também expõe um paradoxo. Ao mesmo tempo em que se reconhece e celebra o patrimônio imaterial, observa-se a descaracterização de bens materiais tombados anteriormente, como as casas históricas e o centro urbano de Piratini. A ausência de políticas públicas consistentes e de fiscalização eficaz levanta questionamentos sobre até que ponto o discurso de ampliação do patrimônio não serve, também, como estratégia para desviar o foco dos patrimônios que envolvem interesses econômicos mais complexos. Assim, a patrimonialização contemporânea, embora mais inclusiva em sua forma, ainda enfrenta tensões entre o reconhecimento simbólico e a preservação efetiva, exigindo uma abordagem mais integrada e comprometida com todos os aspectos da memória e da identidade local.

Por fim, apresentamos um quadro resumo da patrimonialização do município de Piratini.

Quadro resumo da trajetória da patrimonialização do município de Piratini

FASE HEROICA	
Tombamentos do IPHAN	
1941	Palácio Farroupilha (out/1941)
1941	Casa de Garibaldi (fev/1941)
1952	Quartel Farroupilha (set/1952)
Planos Diretor e Urbanístico	
Década de 50	Plano Urbanístico Riopardense de Macedo
Década de 50	Plano Diretor
Leis Municipais	
76/1955	Alteração das fachadas das casas existentes na zona tombada
10/1956	Altera a lei 76/1955 e toma outras providencias
72/1957	Dispões sobre reformas ou reconstruções na zona tombada
FASE MODERNA	
Tombamentos do IPHAE	

1984	Ponte do Império
1984	14 Bens da área urbana do município
Leis Municipais	
1767/1984	Institui normas de proteção ao centro histórico
Inventário de conhecimento	
década de 1990	Inventário de conhecimento IPHAN, IPHAE e Município (119 bens inventariados na área urbana e 17 na área rural)

FASE ATUAL	
Leis Municipais Relacionadas ao Patrimônio	
324/2001	Dispõe sobre publicidade no Centro Histórico
398/2002	Fazenda da Arvorezinha
426/2002	Dá nova redação à Lei nº 256/1994
890/2007	Núcleo de Artes Piratiniense
1012/2009	Bloco Burlesco Bicharada
1014/2009	Vale do Moinho – Parque
1224/2011	Criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
1269/2011	Carreiras em Cancha Reta
1282/2011	Criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
1473/2013	Institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio
1557/2014	Cavalgadas
1579/2014	APAE
1582/2014	Umbanda
1632/2015	Desfile de 20 de Setembro
1742/2017	Rio Camaquã e Rio Piratini
1841/2018	Cachorro Ovelheiro Gaúcho
1979/2019	Rancho Gaúcho dentro do Centro de Eventos da Semana Farroupilha
1996/2019	Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Cultural de Piratini
2066/2020	Semana Farroupilha de Piratini
2067/2020	Festival Vertente da Canção Nativa
2083/2021	Prova de Laço
2100/2021	Feira do Feijão Orgânico
2282/2022	20 de Setembro CTG
2294/2022	Clube SRC 13 de Maio – Senegal
2314/2023	Igreja Matriz de Piratini
2321/2023	Clube SRP - Sociedade Recreio Piratiniense
2322/2023	Chama Crioula
2323/2023	CTG Negrinho do Pastoreio
2324/2023	CTG Sentinela do Cancelão
2325/2023	Grupo de Artes Encenação
2363/2023	Escola de Samba Gambada
2365/2023	Bloco Burlesco Bicharada
2373/2023	Região denominada Costa do Bica e Paredão - 3º Distrito de Piratini
2431/2023	Poema "Por aqui as Casas Falam"

Fonte: quadro resumo elaborada pela autora

3 PIRATINI: UMA ANÁLISE DA ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DESDE A PATRIMONIALIZAÇÃO

Este capítulo da tese se dedica a uma análise da ativação patrimonial em Piratini. Desde a patrimonialização dos bens na fase heroica, passando pelos desdobramentos subsequentes até o presente. Nosso objetivo é entender como este processo tem se desenrolado e identificar suas principais características e desafios.

3.1 Gestão e usos do Patrimônio Cultural: alguns aspectos

Segundo Prats (2005), a ativação patrimonial não se limita ao reconhecimento de um bem cultural, mas exige uma articulação discursiva capaz de atribuir novos significados a esses elementos, processo profundamente influenciado por dinâmicas políticas e sociais. Nesse sentido, a ativação é compreendida como uma construção social que transforma o patrimônio em um recurso dinâmico e representativo, indo além do simples tombamento — etapa inicial e crucial para a preservação, porém insuficiente por si só. O verdadeiro valor de um bem patrimonial revela-se, sobretudo, por meio de seu uso e da interação com a comunidade, que conferem sentido e vitalidade à sua existência.

Os usos e a gestão dos bens patrimoniais desempenham papéis fundamentais em sua ativação. Seja por meio de atividades culturais, educacionais ou turísticas, esses elementos mantêm-se vivos na comunidade, fortalecendo a identidade coletiva. Uma gestão bem planejada proporciona mecanismos para assegurar que os recursos históricos e culturais sejam preservados, valorizados e utilizados em benefício de todos.

Os usos sociais do patrimônio cultural são fundamentais para a ativação patrimonial, pois permitem que os bens culturais sejam integrados às necessidades contemporâneas da sociedade. Segundo Canclini (1999, p. 18, tradução nossa), "repensar o patrimônio exige desatar a rede de conceitos em que se encontra envolto"³². Isso implica reconhecer que o patrimônio não se limita às expressões culturais do passado, mas também inclui as manifestações culturais atuais, como novos artesanatos, culturas e conhecimentos. Nesse sentido, Canclini (1999) destaca que a política patrimonial deve ir além da conservação e administração dos bens do passado, abrangendo os usos sociais.

³² Repensar el patrimonio exige deshacer la red de conceptos en que se halla envuelto

Para que a ativação patrimonial seja eficaz, é necessário engajar a comunidade local através de projetos participativos que fomentem a valorização e utilização dos bens patrimoniais. Isso envolve a criação de políticas públicas que incentivem a preservação e promoção dos patrimônios locais, bem como a implementação de programas educacionais que sensibilizem as gerações mais jovens sobre a importância de sua herança cultural.

A gestão do patrimônio cultural deve ir além da mera exibição desses acervos, buscando contextualizar e interpretar seus significados para a sociedade contemporânea. De acordo com Canclini (1999):

[...] o museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais do que os exibir, façam acessíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para aquilo que hoje nos vemos ou evocamos³³. (Canclini 1999, p. 28, tradução nossa)

Nesse sentido, a gestão do patrimônio deve buscar contextualizar e interpretar os significados desses bens culturais, buscando meios para beneficiar a comunidade em seu entorno.

A gestão do patrimônio cultural é um processo complexo que envolve a preservação, valorização e utilização dos bens culturais de uma comunidade. Segundo Hernández (2007):

Entendemos por gestão do patrimônio cultural, portanto, o conjunto de ações coordenadas que visam garantir a conservação dos bens patrimoniais, e o uso destes bens adequados às exigências sociais contemporâneas³⁴. (Hernández, 2007, p. 15, tradução nossa)

Além disso, Hernández (2007) destaca que:

[...] a gestão do patrimônio nos dias de hoje tem como primeira missão a realização de uma cuidadosa seleção. Deve saber escolher quais objetos da história merecem ser preservados em detrimento de outros e transmitidos às gerações futuras, superando as pressões do presente. Em segundo lugar, deve encontrar os usos mais adequados e socialmente mais benéficos para os bens que se decidiu preservar³⁵. (Hernández, 2007, p. 18, tradução nossa)

³³ el museo y cualquier política patrimonial deben tratar los objetos, los edificios y las costumbres de tal modo que, más que exhibirlos hagan inteligibles las relaciones entre ellos, propongan hipótesis sobre lo que significan para quienes hoy los vemos o evocamos.

³⁴ Entendemos por gestión del patrimonio, pues, al conjunto de actuaciones programadas con el objetivo de conseguir una óptima conservación de los bienes patrimoniales y un uso de estos bienes adecuados a las exigencias sociales contemporáneas.

³⁵ La gestión del patrimonio en nuestros días tiene como primera misión la realización de una cuidadosa selección. Debe saber escoger qué objetos de la historia merecen por encima de otros ser salvados y transpasados a las generaciones que vienen, vencidos las presiones del presente. En segundo lugar,

Isso significa que a gestão do patrimônio deve considerar não apenas a preservação dos aspectos materiais dos bens culturais, mas também em usos que beneficiem a comunidade. Assim, a gestão do patrimônio cultural precisa valorizar e integrar esses bens na vida social das comunidades.

Outro aspecto importante da gestão do patrimônio cultural é a dimensão econômica do patrimônio. Hernández (2007, p. 25, tradução nossa) afirma que: "...o patrimônio é potencialmente o recurso primário de uma indústria poderosa, a indústria do turismo, e, como tal, deve gerar, acima de tudo, renda"³⁶. Isso destaca a conexão entre o patrimônio cultural e a economia, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento da economia local. Embora a preservação do patrimônio cultural não tenha como objetivo principal a geração de renda, ela é uma função importante do patrimônio, utilizada para o benefício da comunidade.

Por fim, a gestão do patrimônio cultural deve ser vista como um processo dinâmico, participativo e inclusivo, que envolva a participação ativa da comunidade e a colaboração entre diferentes setores da sociedade. Hernández (2007) argumenta que:

[...] A gestão do patrimônio tem sido realizada tradicionalmente, como sabemos, através de três âmbitos: o âmbito da Administração pública, o âmbito acadêmico e profissional, e o âmbito da iniciativa privada, sendo o primeiro dos três o mais determinante³⁷ (Hernández 2007, p. 113, tradução nossa)

Isso significa que a gestão do patrimônio deve ser baseada em um diálogo constante entre os diversos atores envolvidos, promovendo a cooperação e a troca de conhecimentos e experiências. A patrimonialização, enquanto ato institucional de reconhecimento, não garante por si só a vitalidade dos bens culturais. Como bem aponta Prats (2005), a verdadeira ativação patrimonial exige um processo contínuo de ressignificação social, onde os bens transcendem sua materialidade para se tornarem referências identitárias dinâmicas. Nessa perspectiva, os casos do Museu Histórico Farroupilha (MHF) e do Museu Municipal Barbosa Lessa (MHMBL) em

debe encontrar los usos más adecuados y socialmente más beneficiosos para los bienes que se ha decidido preservar.

³⁶ ...el patrimonio es potencialmente el recurso primario de una industria potente, la industria del turismo, y como tal debe generar por encima de todo renta.

³⁷ [...] La gestión del patrimonio se ha realizado tradicionalmente, como sabemos, a través de tres ámbitos: el ámbito de la Administración pública, el ámbito académico y profesional, y el ámbito de la iniciativa privada, siendo el primero de los tres el más determinante.

Piratini revelam-se paradigmáticos não por seu mero status de instituições instaladas em prédios tombados pelo IPHAN, mas pela forma como articularam, em diferentes momentos históricos, três dimensões fundamentais: (1) a reinvenção discursiva de seus acervos, (2) a mediação ativa entre passado e presente, e (3) a negociação constante com os grupos sociais. Se o tombamento desses prédios lhes conferiu legitimidade jurídica, foi sua capacidade de gerar apropriações coletivas - por vezes conflituosas - que os transformou em espaços vivos de memória. Essa distinção é crucial: enquanto a patrimonialização é um ato pontual (ainda que complexo) de valoração oficial, a ativação constitui um fenômeno processual, cujo sucesso se mede pela capacidade de manter os bens culturais como elementos disputados no presente, seja através do turismo, da educação ou das artes.

Em Piratini, parte da ativação do patrimônio pode ser identificada em iniciativas que promovem sua preservação e a participação da comunidade. Identificamos algumas dessas iniciativas para discutir em detalhes nos próximos tópicos e refletir como essas ações podem fortalecer a relação da comunidade com esses patrimônios.

A **trajetória do Museu Histórico Farroupilha (MHF)** pode ser tomada como um dos exemplos da ativação patrimonial em Piratini, refletindo a contínua relação entre o museu e a comunidade local. Para ilustrar essa conexão, selecionamos três momentos importantes: a fundação do museu em 1953, com a escolha do município e do prédio que iria abrigá-lo no Rio Grande do Sul para preservar a memória Farroupilha; o projeto de “Revitalização do Museu Histórico Farroupilha” em 2002, que destacou a participação da comunidade na gestão dos patrimônios; e, por último, a reinauguração com a nova exposição em 2021, introduzindo novas práticas e abordagens.

Do projeto de revitalização do MHF, surgiu a fundação do **Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa (MHMBL)**, dedicado a narrar a história da formação da cidade de Piratini. O MHMBL representa um exemplo de ativação do patrimônio.

Em 2012, foram implementados dois projetos voltados para a ativação patrimonial, desenvolvidos pela Ato Produção Cultural: o **Plano Estratégico de Educação Patrimonial e Incremento ao Turismo** e a **Linha Farroupilha**. Essas iniciativas tiveram como objetivo valorizar e promover o patrimônio histórico e cultural da região, integrando ações de educação patrimonial e estímulo ao turismo, com

ênfase especial na importância histórica de Piratini no contexto da Guerra dos Farrapos.

Outra iniciativa que ajuda na ativação do patrimônio começou por volta do ano 2000, com a formação dos **primeiros grupos de teatro** que inicialmente apresentavam encenações relacionadas à Guerra dos Farrapos para os visitantes. Em 2025 Piratini possui dois grupos em atividade, o Grupo de Artes Encenação e o Grupo Galera da Arte. Ambos são formados por atores piratinienses (o que colabora para despertar interesse da comunidade pelo teatro e pelo patrimônio). Dessa forma, as peças teatrais aproximam as pessoas do patrimônio, tanto visitantes como os próprios moradores da comunidade. As ruas da cidade se transformam em palco, com personagens representando tanto o período Farroupilha quanto a colonização e outros momentos importantes e mais recentes que compõem a história e a cultura de Piratini.

Em consonância com as ideias de Canclini (1999) sobre a importância de sensibilizar as gerações mais jovens para a relevância do patrimônio, um estudo foi realizado entre 2002 e 2005 com os professores da rede pública de ensino de Piratini. Esse trabalho resultou na criação de uma cartilha e na **inclusão da disciplina 'História de Piratini' no currículo obrigatório das escolas municipais**, especificamente para os alunos do 6º e 7º anos. Além de abordar a história do município, o conteúdo da disciplina destaca a importância do patrimônio cultural, promovendo maior conscientização e valorização desses bens entre os estudantes. Entre 2004 e 2024, todas as escolas da rede municipal de Piratini tiveram essa disciplina em seu currículo.

O ano de 2019 também marca o início de um processo importante de ativação patrimonial, com a publicação da Lei n.º 1996/2019. Esta lei institui e inclui no calendário de eventos e festas do município de Piratini a “**Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico Cultural de Piratini**”, cujo objetivo principal é a promoção de ações educativas que fomentem o diálogo sobre o patrimônio cultural, envolvendo os poderes Executivo e Legislativo, entidades ligadas ao patrimônio, sociedade civil e escolas.

Outro exemplo de ativação patrimonial é observado no processo de **restauração da Casa de Garibaldi** (tombada pelo IPHAN). O projeto de restauração foi realizado pela Ato Produção Cultural e pelo Ministério da Cultura, com patrocínio da Corsan através da Lei Rouanet. O projeto foi desenvolvido pela arquiteta Helenice Macedo do Couto, e a obra foi executada pela Nexo Engenharia e a Data Construtora,

sob a responsabilidade dos engenheiros civis Michel Guimarães, José Dinarte Ribeiro e da arquiteta Bibiana Knapp Wustrow.

Por último, mas não menos importante, vamos abordar a **atuação da iniciativa privada em casas tombadas**. Algumas delas chamam a atenção, como o prédio de alvenaria situado na Av. Maurício Cardoso, 79, com matrícula nº 3393, tombado pela Portaria 33/1986 do IPHAE. Este prédio foi transformado em uma pizzaria que preserva a história da casa e exemplifica como o patrimônio pode ser utilizado para o benefício social e cultural da comunidade. Isso se alinha aos argumentos de Choay (2017), que conceitua o patrimônio histórico como um bem destinado ao usufruto da comunidade e enfatiza a necessidade de usos funcionais para esses bens, contribuindo para sua conservação e valorização. Hernández (2007) também destaca a conexão entre o patrimônio cultural e a economia, salientando a geração de renda e o fortalecimento da economia local.

3.2 O Museu Histórico Farroupilha

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar a evolução do Museu Histórico Farroupilha (MHF) e sua relação com a comunidade de Piratini, aspectos que o consolidam como um dos exemplos mais emblemáticos de ativação patrimonial na cidade.

3.2.1 Fundação Museu Histórico Farroupilha

A fundação do museu é um marco inicial na ativação patrimonial em Piratini, sendo uma das primeiras ações, após o tombamento oficial do edifício, para aproximar o patrimônio da comunidade. Segundo relatos dos familiares do primeiro diretor, Adão Amaral, ele conseguiu formar o museu com o apoio e a colaboração dos piratinienses, que abriram suas casas e doaram seus acervos pessoais para a nova instituição³⁸.

O MHF foi estabelecido pelo Decreto n.º 3.858, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) n.º 173, de 11 de fevereiro de 1953. Esse decreto foi emitido pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as prerrogativas conferidas pelo artigo 87, inciso XV, da Constituição do Estado, datada de 8 de julho de 1947. O decreto estabeleceu que o MHF seria localizado na cidade de Piratini e administrado

³⁸ Entrevista com os familiares de Amaral, Raul Amaral (filho), Ceura Amaral Frota (irmã) e Orly Frota (cunhado), realizada por Garcia (2010)

pela Secretaria de Educação e Cultura, no prédio que pertence ao Ministério da Guerra da República de Piratini. Além disso, o artigo 3º do decreto revogou quaisquer disposições contrárias a ele.

O primeiro diretor, Adão Amaral, natural de Piratini, mas residente em Porto Alegre era funcionário público do estado e tinha proximidade com figuras influentes como o historiador Dante de Laytano³⁹, diretor do Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre e representante oficial do SPHAN (denominação da época) no estado a partir de 1952.

No arquivo do MHF, encontra-se um documento sem assinatura, mas com o timbre do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que aborda o processo de escolha da cidade que sediaría o museu. Segundo o documento, o professor Dante de Laytano, foi convocado ao Palácio do Governo do RS para providenciar imediatamente o cumprimento do decreto n.º 3.858, que dispunha sobre a criação do museu. Após a divulgação do decreto pela imprensa, várias cidades, como Triunfo, Caçapava e principalmente Porto Alegre, interessaram-se em abrigar essa casa de cultura. No entanto, Dante de Laytano, conforme documento no Anexo A, teve a palavra final e optou por Piratini.

Embora tenha sofrido discordâncias em relação à escolha, com argumentos como falta de meios de comunicação, difícil acesso e infraestrutura hoteleira na pequena cidade de Piratini, Dante de Laytano já havia decidido que o MHF seria sediado lá. O mesmo documento menciona que, posteriormente, obras de arte de alto valor seriam removidas do Palácio do Governo para o MHF. Todas essas telas eram representantes do período farroupilha e foram transferidas com o consentimento do governador Ernesto Dorneles. Entre as telas transferidas ao MHF, destacam-se algumas obras de grande valor histórico e artístico, todas de grandes dimensões e produzidas por artistas renomados. São elas: "Sem título (Bento Gonçalves a bordo de um navio, a caminho de sua prisão)" (1915), óleo sobre tela de Antônio Parreiras;

³⁹ Segundo Moacyr Flores: "Dante de Laytano foi um historiador que buscou a documentação, procurando traçar relações, demonstrando uma grande erudição. Em nenhum momento travou polêmica ou atacou outro historiador, mesmo aqueles que o criticaram. Não se deixou levar pelos modismos teóricos nem pelo linguajar mecanicista, preferindo a História como uma arte de contar fatos e de trazer o novo e o inesperado. Sua obra principal é a História da República Rio-grandense, onde pela primeira vez é analisada a economia e a produção cultural dos farroupilhas. Outro mérito seu é o de ser um dos primeiros a estudar a contribuição do negro à nossa história, numa época em que os intelectuais positivistas consideravam que o negro é um ser inferior e que em nada contribuiu para a cultura rio-grandense".

"Fuga de Anita Garibaldi a Cavalo" (1918), óleo sobre tela de Dakir Parreiras; e "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha" (1925), de Helios Seelinger. Além dessas telas, outras de menor dimensão, igualmente relacionadas à Guerra dos Farrapos, foram transferidas do Palácio do Governo para o MHF na mesma ocasião.

No entanto, quando Dorneles deixou o cargo de governador, o vereador da capital na época, Ary Veiga Sanhudo⁴⁰ protestou contra a transferência de objetos de valor histórico e artístico que, em sua visão, pertenciam à capital gaúcha. Em resposta a essa polêmica, o novo governador nomeou uma comissão, composta por dois "intelectuais do patrimônio" no Rio Grande do Sul daquele período, que eram Dante de Laytano e Carlos Dante de Moraes⁴¹. Ambos decidiram que Piratini era o local adequado para o MHF e as obras de arte, afirmando: "Em Piratini é o lugar certo, razão de nosso reconhecimento"⁴². Assim, aparentemente, essa foi a conclusão do processo de seleção da cidade que abrigaria o museu.

Provavelmente, um fator importante para a escolha de Piratini como sede do museu foi a trajetória e a influência de Adão Amaral, devido à sua proximidade com figuras relevantes no cenário político do estado na época. Além disso, a cidade possuía um passado farroupilha significativo e um peso histórico por ter sido a primeira capital da República Rio-Grandense. Essa conclusão foi confirmada por entrevistas feitas por Augusto Duarte Garcia e Joana Soster Lizott durante suas pesquisas de graduação⁴³. Durante uma entrevista com os familiares de Amaral, Raul Amaral (filho), Ceura Amaral Frota (irmã) e Orly Frota (cunhado), realizada por Garcia (2010), eles

⁴⁰ Sanhudo foi um jornalista, escritor e político brasileiro. Ele escreveu o livro "Porto Alegre, Crônicas de Minha Cidade", que compilou suas crônicas escritas para o jornal Folha da Tarde. O livro foi dividido em dois volumes, publicado em 1961 e 1975. Além disso, Sanhudo teve uma carreira política, sendo vereador por dois mandatos, um de 1952 a 1955, pelo PTB, e outro de 1956 a 1959, pelo PSP. Durante seu mandato, ele apresentou à Câmara Municipal o primeiro projeto de lei que estabeleceu os limites e os nomes dos bairros de Porto Alegre. O projeto sofreu críticas, mas acabou sendo aprovado e se tornou a Lei 2.022 de 7 de dezembro de 1959.

⁴¹ Dante de Moraes desempenhou um papel essencial na construção dos discursos historiográficos sobre a Revolução Farroupilha, que gradualmente elevaram essa guerra civil como o evento mais significativo da história do Rio Grande do Sul. Nascido em 1909 na cidade gaúcha de Santa Maria, ele estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e se formou em Direito pela Faculdade de Direito da mesma cidade em 1927. Ao longo de sua vida, Dante trabalhou como redator do jornal A Federação e colaborou com diversos outros periódicos. Além disso, teve uma carreira pública ocupando altos cargos, incluindo Oficial de Gabinete do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Chefe da Casa Civil do Governador, funcionário da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul e Procurador do Estado, onde se aposentou. Além de suas atividades públicas, ele também foi um escritor, crítico, sociólogo e ensaísta. Foi um dos cofundadores da Fundação Eduardo Guimaraens e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

⁴² Conforme Anexo A, documento do acervo do MHF.

⁴³ Uso das entrevistas autorizado pelos autores.

mencionaram vários nomes de pessoas que apoiaram a escolha de Piratini como sede do museu e ajudaram Amaral a consolidá-lo. O primeiro nome citado foi o de Dante de Laytano, mas também mencionaram Mozart Pereira Soares⁴⁴, Derly de Azevedo Chaves⁴⁵ e dos conterrâneos de Piratini Dorvalino Lessa (vice-prefeito na eleição de 1959 e prefeito na eleição de 1972) e Davi Almeida (que pesquisava a história da cidade).

Adão Amaral, funcionário da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e natural de Piratini, foi escolhido como o primeiro diretor do museu. Além de ocupar o cargo de direção, Amaral teve um papel fundamental na organização e fundação do museu. Quando assumiu a responsabilidade, o museu contava apenas com o prédio e o conjunto de telas vindas do Palácio Piratini, e foi ele que empreendeu uma jornada percorrendo todo o interior do município de Piratini e de outras cidades do Rio Grande do Sul para formar a coleção principal do museu.

O primeiro acervo do MHF foi o próprio prédio que o abrigaria. Neste texto, analisaremos a importância desse edifício, patrimonializado, e as controvérsias relacionadas à sua aquisição pelo Governo do RS. Em 1947 o Rio Grande do Sul ganharia novo Projeto Constitucional, amplamente divulgado pelos jornais da época, que incluía um artigo autorizando o Estado a adquirir ou desapropriar os principais prédios históricos de Piratini, para restaurá-los e preservá-los como parte importante do patrimônio histórico do RS.

⁴⁴ Mozart Pereira Soares foi um brasileiro com múltiplos talentos: veterinário, professor, historiador, advogado e escritor. Ele se formou em veterinária e realizou um curso de aperfeiçoamento em Buenos Aires em 1949, ministrado pelo futuro Prêmio Nobel de Medicina, Bernardo Alberto Houssay. Foi o primeiro professor de fisiologia na Faculdade de Medicina de Santa Maria e, posteriormente, na UFRGS, desempenhou funções como professor, diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária e vice-reitor. Surpreendentemente, Mozart diplomou-se em advocacia na UFRGS aos 71 anos. Ele seguiu o positivismo e suas obras abordavam temas como a vida no campo, a cultura gaúcha e a história regional. Além disso, foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, deixando um importante legado intelectual e cultural.

⁴⁵ Derly de Azevedo Chaves cresceu em Alegrete, estudou no colégio dos Irmãos Maristas e se ligou à Igreja Metodista. Iniciou sua carreira como professor no colégio Metodista. Optou pelo magistério teológico e o ministério pastoral, formando-se no Instituto Granbery em Juiz de Fora, onde também se graduou em Ciências e Letras e em Teologia. Fez pós-graduação em Teologia na Emory University, nos EUA. No Rio Grande do Sul, exerceu o ministério pastoral em várias cidades. Também foi reitor da Faculdade de Teologia do Instituto Granbery em Juiz de Fora. Teve uma atuação política como vereador em Porto Alegre e, posteriormente, como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Durante sua carreira política, ocupou diferentes cargos de liderança em ambas as casas legislativas.

Contudo, é importante salientar que as discussões sobre a compra dos prédios históricos de Piratini pelo Estado parecem ter precedido o projeto de Constituição. No acervo do arquivo de documentos do museu, encontramos uma carta datada de 16 de julho de 1938⁴⁶, na qual o proprietário escreve ao intendente federal em Porto Alegre, mencionando que já havia feito uma proposta de venda anteriormente. Além de reiterar essa proposta, a carta também traz a opinião de Assis Brasil, expressa em correspondência trocada com o proprietário do imóvel, José Inácio Pinheiro. No trecho onde transmite a opinião de Assis Brasil:

“Não me julgo com prestígio suficiente para aconselhar ao Sr. interventor a aquisição para o Estado do seu importante, sólido e histórico sobrado que serviu de Quartel General ao exército da República Rio-grandense, primeiro com João Manoel de Lima e Silva e depois com o próprio Presidente Bento Gonçalves. Autorizo-o entretanto, aceitar a minha sincera opinião no sentido da conveniência em se incorporar ao domínio do Estado não só esse prédio, como o que serviu de Palácio do Governo. São duas casas muito bem construídas, mas que necessariamente desaparecerão se não forem devidamente conservadas.”⁴⁷

Segundo o proprietário do imóvel na correspondência, Assis Brasil, influente político do Rio Grande do Sul à época, teria manifestado sua opinião sobre os prédios de Piratini, defendendo a incorporação ao patrimônio estadual não apenas do sobrado que serviu de Quartel General durante a Guerra dos Farrapos, mas também do antigo Palácio do Governo. Ele destacava a relevância histórica desses imóveis e a necessidade urgente de sua conservação, alertando para o risco de desaparecimento caso não fossem devidamente preservados.

O processo de tombamento do prédio, conforme foi mencionado no capítulo anterior, iniciou em 19 de setembro de 1951 e, antes de sua inscrição em 05 de setembro de 1952, o imóvel foi transferido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio de escritura pública.

Ao pesquisar sobre a forma de aquisição do prédio, a autora se deparou com informações desencontradas, que colocam em contraposição o documento oficial de escritura, a memória de moradores da cidade e informações disponíveis no acervo do próprio MHF.

⁴⁶ Em anexo.

⁴⁷ José Inácio Pinheiro transcreveu um trecho da carta de Assis Brasil, devidamente autorizado, nessa correspondência enviada ao intendente federal em Porto Alegre.

A Certidão emitida pelo Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Piratini (folha 2 do livro 3 - V), datada de 22 de janeiro de 1952, sob o número 10.061, informa como transmitente José Inácio Pinheiro e filhos, por meio de uma carta de adjudicação lavrada em 18 de dezembro de 1951, resultante de uma ação hipotecária executiva, pelo valor de Cr\$ 55.000,00. Contudo, conforme relatos orais, o prédio teria sido doado por Florisbelo Candido de Farias, credor dos antigos proprietários. Farias teria recebido o prédio como pagamento de dívida e doado ao Governo do Estado. Nada disso, no entanto, consta na certidão com fé pública.

Ao pesquisar nos arquivos antigos guardados no Museu em 2023, a autora se deparou com um documento datilografado, sem assinatura, mas com logotipo do Estado do Rio Grande do Sul, que ajuda a corroborar os relatos orais. Nele consta o referido prédio como doado por Florisbelo Candido de Farias. A isso se soma que há junto ao acervo uma fotografia de Farias e uma etiqueta em papel, contemporânea, digitada em computador e confeccionada com o uso de impressora doméstica, em que se lhe atribui mais uma vez a doação do prédio.

Conforme podemos ver na Figura 20 logo após a doação e inscrição do prédio no livro tombo histórico, o Governo do Estado do RS realizou uma restauração completa do edifício. Esse processo teve como objetivo preservar o prédio e torná-lo adequado para abrigar o Museu Histórico Farroupilha, destinado a preservar e valorizar a memória da Guerra dos Farrapos.

Figura 20 – Museu Histórico Farroupilha.

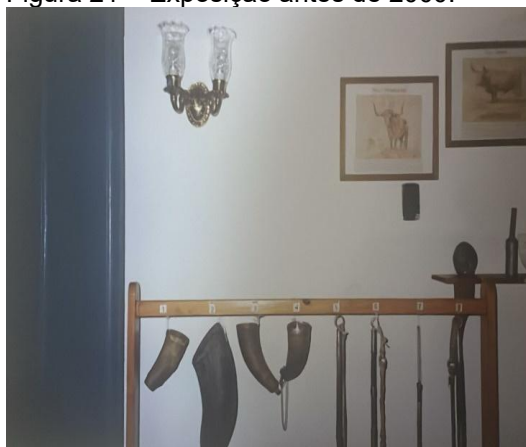


Fonte: Arquivo do Museu Histórico Farroupilha.

A coleção do MHF nos anos iniciais após sua criação abrangia não apenas o período da Guerra dos Farrapos, mas também a formação da cidade de Piratini e do Rio Grande do Sul. As exposições eram especialmente focadas na figura de grandes líderes, como Bento Gonçalves da Silva. Inspirado por Gustavo Barroso, Amaral adotou uma abordagem semelhante em termos de administração do museu e montagem de exposições.

Na Figura 21, observa-se uma vitrine que exibe parte desse acervo, retratando a vida no campo e os instrumentos utilizados pelos gaúchos. Entre os itens expostos, destacam-se guampas para armazenar bebidas, relhos, talas, um dosador e quadros que representam as raças de gado Junqueiro, Franqueiro e Caracu.

Figura 21 – Exposição antes de 2000.



Fonte: Acervo do MHF.

O MHF desempenhou um papel importante na preservação do patrimônio histórico da Guerra dos Farrapos e da formação da cidade de Piratini. Graças aos esforços de Adão Amaral e sua busca incansável por capturar objetos e informações, o museu se tornou um local de referência para aqueles interessados na história da Guerra Farrapos.

3.2.2 Projeto de “Revitalização do Museu Histórico Farroupilha”

O projeto de “Revitalização do Museu Histórico Farroupilha” em 2002 despertou um senso de pertencimento na comunidade, resultando em manifestações contrárias à nova exposição e reivindicações para manter o acervo que conta a história da formação do município. Esse movimento levou à criação de um novo museu, o Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa (**MHMBL**), dedicado a contar a história da formação da cidade de Piratini.

Entre 1999 e 2003, a gestão administrativa do MHF, coordenada pela professora Angélica Panattieri, foi marcada por grandes mudanças. Segundo Garcia (2010, p.22), no mesmo período, o governo estadual implementou importantes transformações no campo museal, como a reativação do Sistema Estadual de Museus⁴⁸ (SEM). Essas mudanças buscaram democratizar políticas culturais e patrimoniais, além de promover ações de capacitação e modernização de museus. Oficinas de capacitação foram a base das aspirações e metas que orientaram as futuras ações do MHF.

Foi por meio de uma dessas ações do SEM que o MHF obteve recursos para sua revitalização. Com o Programa de Apoio à Qualificação dos Museus (PROMUSEU), foi criada uma linha de financiamento para projetos de revitalização das instituições museais (Garcia, 2010, p. 23).

O movimento de reestruturação institucional ocorreu entre 2000 e 2002, inserido em um contexto político de revalorização dos estereótipos da chamada identidade gaúcha. A pesquisa intitulada 'A Identidade Gaúcha', lançada pela Assembleia Legislativa Estadual⁴⁹, também contribuiu para esse cenário. Esse movimento foi um dos marcos fundamentais na valorização do Estado do RS, que perdia posições econômicas na época. Entre os dados obtidos nesse questionário, a Guerra dos Farrapos aparece como o evento histórico mais evocado pelos gaúchos, e o General Bento Gonçalves da Silva é o terceiro personagem mais lembrado. Isso demonstra como a representação daquele evento, ocorrido há mais de 150 anos, ainda está presente no imaginário coletivo dos rio-grandenses. Segundo Maria Teresa Custódio, consultora do projeto de revitalização do MHF:

Se a Revolução Farroupilha continua a povoar dessa forma o imaginário dos gaúchos, é desnecessário justificar esforços e investimentos feitos no sentido de preservar a primeira capital da República Rio-grandense e os objetos relacionados com aquele período, a fim de permitir uma interpretação adequada do contexto em que ocorreu esse episódio (Custódio, 2002, p. 128).

⁴⁸ O Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) é um órgão da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por estas instituições. Fonte: <https://cultura.rs.gov.br/sistema-estadual-de-museus>

⁴⁹ FAURGS e FIJO. Projeto de pesquisa: A identidade Gaúcha. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado, 2000.

A citação de Custódio (2002) reforça a importância da Revolução Farroupilha como um elemento central na identidade gaúcha, justificando os esforços para preservar e revitalizar locais e objetos históricos ligados a esse período. Essa conexão entre o passado e o presente não apenas legitima a necessidade de investimentos na preservação da memória, mas também evidencia como a história é um pilar fundamental para a construção e manutenção da identidade cultural do Rio Grande do Sul.

Foi nesse contexto que a revitalização do MHF foi planejada. Ainda de acordo com Custódio, o parecer técnico do museu indicava condições precárias, com sérios problemas de segurança na exposição e conservação preventiva do acervo (Custódio, 2002, p.131). Declarada a necessidade de revitalização, o trabalho foi direcionado à consolidação de uma proposta expográfica que representasse os novos rumos do museu.

A nova exposição foi estruturada em módulos com contexto histórico centrado na Guerra dos Farrapos, espalhados pelas salas do museu. Os módulos intercalavam painéis explicativos com textos rápidos, trechos de documentos e algumas imagens com objetos do acervo. Nesse esforço de adequação, tudo o que não estava diretamente vinculado à Guerra dos Farrapos foi excluído dos espaços principais. Contudo, uma parte considerável do acervo do MHF não estava necessariamente relacionada ao conflito, causando um certo esvaziamento dos espaços expositivos, uma vez que o acervo classificado como farroupilha era muito menor. No entanto, a revitalização era necessária, dado o estado de deterioração e imobilismo do museu. Especialmente pelo fato de o MHF ser apontado como portador de grande potencial turístico, visto que seu acervo remetia não só à comunidade local, mas também a um dos eventos mais significativos na constituição da identidade sul-rio-grandense. O acervo não relacionado à memória farroupilha foi aquele recolhido por Adão Amaral nos primórdios do museu, conforme mencionamos.

Mesmo sendo uma cidade de porte pequeno, com pouca expressão política e econômica, Piratini ganha atenção principalmente durante as festividades farroupilhas, refletindo claramente no museu com o aumento significativo do número de visitantes.

Após a revitalização de 2002, o MHF passou por uma significativa transformação em sua expografia, adotando uma abordagem mais contemporânea e alinhada à sua missão de glorificar o "passado farrapo". Conforme Garcia (2010), a

nova exposição priorizou peças diretamente relacionadas ao período da Guerra dos Farrapos, em detrimento de objetos que, embora valorizados pela comunidade local, não tinham conexão direta com o evento histórico. Essa seleção foi motivada pela necessidade de reforçar a identidade regional e atender às expectativas dos turistas, que buscavam no museu uma narrativa heroica e monumental sobre os farroupilhas. No entanto, essa mudança gerou um paradoxo: enquanto os visitantes externos apreciavam a nova expografia, que destacava a história regional e os heróis farroupilhas, parte da comunidade local sentiu-se desvinculada do acervo, que antes incluía objetos ligados à formação de Piratini e às famílias tradicionais da cidade (Garcia, 2010, p. 19). A nova exposição, portanto, refletiu uma tensão entre a memória local e a memória regional, privilegiando esta última em um contexto de valorização da identidade gaúcha. Apesar disso, a revitalização buscou criar uma narrativa didática e atraente, alinhada ao projeto de turismo histórico da cidade, ainda que isso significasse a perda parcial de elementos identitários para a comunidade piratinense (Garcia, 2010, p. 20-21). Na Figura 22 uma fotografia de uma sala da exposição que foi inaugurada em 2002.

Figura 22 – Exposição inaugurada em 2002.



Fonte: Foto da autora.

No entanto, a inauguração dessa nova exposição de longa duração no MHF enfrentou uma reação negativa da comunidade. Na visão de muitos piratinenses, mais do que os objetos das famílias serem preteridos pelos do período farroupilha, era como se sua história deixasse de ser contada. Destaca-se que, no momento da formação do museu, a comunidade ou seus antepassados abriram suas casas para Adão Amaral, doando não apenas seus acervos, mas também sentindo-se parte da nova instituição que se formava. O processo de revitalização e a nova exposição, ao

priorizar a narrativa farroupilha, deixaram de lado essa conexão afetiva e histórica com a comunidade local, gerando um sentimento de exclusão e desapropriação.

A reação da comunidade pode ser compreendida à luz do conceito de "emoção patrimonial"⁵⁰, proposto por Daniel Fabre (2013), que analisa a evolução da relação das sociedades com o patrimônio, desde o "tempo dos monumentos" até o "tempo do patrimônio". Nesse novo regime, o patrimônio deixa de ser visto apenas como um símbolo estático do passado, passando a ser entendido como algo que suscita fortes emoções e mobiliza indivíduos e comunidades de maneiras profundas e variadas. Para Fabre (2013), o patrimônio transcende objetos e monumentos, constituindo-se como um conjunto de significados que evocam memórias, afetos e pertencimento, criando uma ressonância emocional e identitária nas pessoas. Nesse sentido, Palumbo (2013, p. 467, tradução nossa) reforça que a emoção patrimonial surge quando um grupo de indivíduos demonstra uma forte paixão pelo patrimônio: "às suas paixões e às suas ações é que eu reservaria a expressão "emoções patrimoniais".⁵¹

No entanto, ao priorizar o projeto turístico e a narrativa farroupilha, a revitalização do MHF acabou por negligenciar essa dimensão emocional do patrimônio, que é justamente o que o torna significativo para a comunidade local. A exclusão de objetos que representavam a história das famílias e da formação de Piratini desconsiderou a "emoção patrimonial" que esses itens carregavam, ou seja, a conexão afetiva e simbólica que eles despertavam nos moradores. Isso gerou um distanciamento entre o museu e aqueles que, outrora, se sentiam parte integrante de sua história, evidenciando uma ruptura no vínculo emocional que a comunidade mantinha com o acervo. Dessa forma, a revitalização, ao buscar atender a uma demanda externa, acabou por fragilizar o sentido mais profundo do patrimônio: sua capacidade de mobilizar emoções e fortalecer identidades locais. Essa tensão entre as expectativas turísticas e as necessidades identitárias da comunidade revela a complexidade de se equilibrar diferentes perspectivas sobre o patrimônio, especialmente quando ele é visto não apenas como um recurso histórico, mas como um elemento vivo e emocionalmente significativo para aqueles que o vivenciam.

⁵⁰ O conceito de "emoção patrimonial" e "ressonância" vão ser retomados e as discussões serão ampliadas no próximo capítulo.

⁵¹ "C'est à leurs passions et à leurs actions que je réserverais l'expression « émotions patrimoniales »".

Esse sentimento da comunidade ficou registrada na pesquisa de público, realizada pela equipe que desenvolveu o projeto de revitalização do MHF, entre os meses de julho e novembro de 2003, com 264 visitantes⁵². Os visitantes do museu eram convidados a preencher um formulário, indicando sua avaliação sobre o espaço físico e ambiente, limpeza, horário de funcionamento, atitude e comportamento dos funcionários, informações fornecidas, esclarecimento de dúvidas, bem como a apresentação visual e conceito da exposição, categorizando como ruim, regular, bom ou excelente. Além disso, era reservado um espaço para comentários livres. Dentre os que responderam o formulário, notou-se a presença significativa de visitantes de várias regiões do Rio Grande do Sul, com destaque para os moradores locais e da cidade de Pelotas. Também se evidenciou uma aprovação global dos resultados (superior a 60%).

Apesar da ampla aceitação, as observações registradas destacam pontos que foram repetidamente mencionados pelos visitantes. Entre eles, estão a escassez de "objetos da Revolução" em exibição e sugestões para permitir o acesso a áreas específicas do prédio, como o sótão. Além disso, os comentários da pesquisa de público indicam a necessidade de expandir as exposições e abordar de forma mais completa a história da cidade, como evidenciado em declarações como: "Se crie uma casa mostrando a outra parte da História da cidade", ou "Sem bairrismo, penso ter poucos objetos hoje expostos, deveriam ter mais e conservá-los nas suas características originais – hoje muito brilho e pouco de originalidade (velhice)." Outros comentários ressaltam a ausência de peças retiradas da exposição, com frases como: "(...) falta conteúdo e mais peças"; "expor as peças guardadas"; "expor a parte térrea do prédio" ou "Por já conhecer todo o acervo, sinto extrema falta das outras peças."

Essas críticas e sugestões, que destacavam a necessidade de ampliar o acervo e abordar a história local de forma mais abrangente, não foram ignoradas. Pelo contrário, serviram como impulso para a mobilização da comunidade, que passou a discutir a criação de um novo espaço museológico.

Essa mobilização resultou na proposta de um novo museu, dedicado a contar a história da cidade, sua formação, as etnias que a compõem e os personagens que se destacaram no cotidiano da comunidade piratiniense. Parte do acervo do MHF, excluído da nova exposição após a revitalização, seria emprestada ao novo museu

⁵² Apresentada no relatório final da revitalização, disponível no Museu Histórico Farroupilha.

para narrar a trajetória de Piratini. Foi nesse contexto que surgiu o projeto que culminou na fundação do Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa, em 6 de julho de 2006, tema que será explorado com mais detalhes em um subcapítulo.

3.2.3 A Nova Face do Museu Farroupilha: Coleção e Exposição de 2021

A reinauguração em 2021, com uma nova exposição, renovou o compromisso do MHF com a preservação e valorização do patrimônio, fortalecendo ainda mais os laços com a comunidade de Piratini. A nova exposição introduziu temas como 'Heróis sem Rosto' e destacou a presença do negro e o papel da mulher na guerra, entre outros. A valorização de aspectos anteriormente invisibilizados, que contrastam com a narrativa dominante contada a partir de um lugar de privilégio, ajuda a tornar o museu mais amigável e familiar, capaz de estabelecer uma relação de identidade com a comunidade e os visitantes.

Durante a pandemia de COVID-19 (fevereiro de 2020 a setembro de 2021), o MHF manteve-se fechado ao público e precisou investir em mídias e redes sociais para se comunicar com seu público, criando um perfil virtual com publicações, conteúdos e séries online. Foi através das redes sociais que a diretora do MHF na época, Francieli dos Santos Domingues Corral, descobriu uma postagem do colecionador Volnir Júnior dos Santos, natural do município gaúcho de São Francisco de Paula e que vivia em Natal, no Rio Grande do Norte. Tchê Voni, como é conhecido popularmente, era um colecionador de artigos da Guerra dos Farrapos, acumulando acervos durante mais de 20 anos. Na postagem, ele relatava um sonho e a intenção de doar uma coleção de quase mil peças do período farroupilha ao MHF.

A partir desse momento, desenvolveu-se um longo processo que teve o apoio da Secretaria de Cultura do Estado e emendas parlamentares que permitiram a preparação do MHF para receber a nova coleção. Esse processo envolveu a qualificação da infraestrutura do prédio, incluindo reformas elétricas e hidráulicas, a instalação de cortinas de contenção solar em todas as janelas, além da compra de móveis para a reserva técnica e de expositores para a nova exposição, com móveis sob medida. Também foi organizada a logística para o traslado seguro do acervo até Piratini.

Todo esse trabalho e empenho permitiu que o MHF fosse reinaugurado em 11 de setembro de 2021. Além das mais de setecentas peças originais do acervo, referentes à primeira coleção, que ora estão expostas na nova exposição ou

acondicionadas em uma das três reservas técnicas do museu, o local passou a contar também com o acréscimo das peças da nova coleção doada.

A coleção “Tchê Voni Farrapo” é composta atualmente por um acervo de mais de mil objetos (muitos após a chegada da coleção em abril de 2021, pois o colecionador prometeu continuar a adquirir e a doar tudo o que ainda encontrar do período). Com a doação, o MHF conquistou um novo patamar de visibilidade, tanto em termos de recursos destinados através de emendas parlamentares que permitiram melhorias na infraestrutura, segurança e conservação do acervo, como também pelo maior interesse e curiosidade de turistas e da população local.

Após superar os desafios impostos pela pandemia, o MHF apresentou uma exposição renovada que destacou discussões e personagens não mencionados nas exposições anteriores. A nova coleção e a atualização expositiva proporcionam uma visão mais abrangente e inclusiva da história farroupilha.

Antes da revitalização de 2002, por exemplo, a exposição do MHF era marcada por uma forte ênfase na figura de Bento Gonçalves e na “epopeia farroupilha”, como destacado por Lizott (2011). O museu, desde sua concepção, dedicava especial atenção ao líder farroupilha, evidenciado pela presença de objetos como o busto de Bento Gonçalves, que recepcionava os visitantes no alto da escadaria de acesso ao museu, acompanhado pelas Armas Rio-Grandenses e pela inscrição “LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE” (Lizott, 2011, p. 46). Essa disposição das salas, que permaneceu mesmo após a revitalização, refletia a importância simbólica atribuída ao General Bento Gonçalves, visto como um exemplo de liderança e portador de ideais nobres, como a liberdade e a igualdade. Além disso, condecorações e objetos pessoais de Bento Gonçalves, como a urna que o elegeu presidente da República Rio-grandense, eram expostos com destaque, reforçando a narrativa heroica e monumental da Guerra dos Farrapos (Lizott, 2011, p. 47). A exposição também incluía uma variedade de salas temáticas, como a sala dedicada a Bento Gonçalves, a sala de armas, a sala regionalista e a biblioteca “Dante de Laytano”, que abrigava documentos do período farroupilha. No entanto, a organização do acervo não seguia uma classificação clara, misturando objetos por tipologia e período histórico, o que refletia uma abordagem mais romântica e menos sistemática da museografia (Lizott, 2011, p. 48). Dessa forma, o MHF, por um longo período, consolidou-se como um espaço que preservava as relíquias de um passado glorioso, centrado na figura de Bento Gonçalves e na narrativa heroica da Guerra dos Farrapos.

Dando um novo rumo à ativação patrimonial, a nova exposição do MHF, inaugurada em 2021, aproxima o museu e o patrimônio da comunidade e dos visitantes. Segundo Canclini (1999), a ativação patrimonial deve ir além da conservação e administração dos bens do passado, abrangendo os usos sociais que relacionam esses bens às necessidades contemporâneas das maiorias. A nova exposição do MHF reflete essa abordagem ao incluir temas e figuras que ressoam com a comunidade atual, promovendo uma maior conscientização e valorização do patrimônio cultural.

Selecionamos alguns objetos importantes e que retratam o novo museu que hoje é apresentado ao público. O primeiro faz parte da Coleção Tchê Voni Farrapo, na Figura 23, o expositor apresenta uma luneta, segundo o colecionador usada pelos farroupilhas para vigiar a aproximação de tropas inimigas.

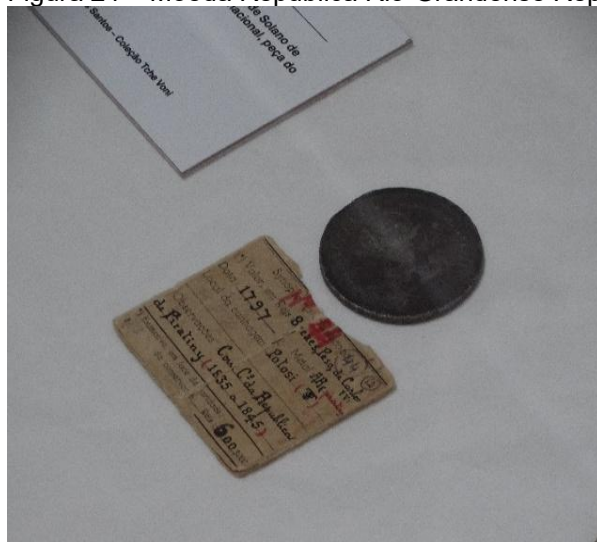
Figura 23 – Luneta do período farroupilha.



Fonte: Foto da autora.

Na Figura 24 o expositor apresenta uma moeda de 1797, carimbada durante a República Rio-Grandense, com um documento descrevendo-a. Acredita-se que os farroupilhas passaram a carimbar moedas, entre 1836 e 1845, para usá-las internamente, porque não possuíam recursos para cunhar seu próprio dinheiro.

Figura 24 – Moeda República Rio-Grandense República Rio-Grandense.



Fonte: Foto da autora.

Na Figura 25 temos um expositor com armas, onde podemos observar duas pistolas do período farroupilha.

Figura 25 – Pistolas do período farroupilha.



Fonte: Foto da autora.

Por outro lado, uma parcela importante do acervo que faz parte da nova exposição inaugurada em 11 de setembro de 2021 já pertencia ao MHF. É o caso de toda a documentação da República Rio-Grandense, atas e despachos do período em que Piratini foi capital (a equipe de funcionários do MHF vem realizando a digitalização e a transcrição desses documentos para criar um banco de dados disponível aos pesquisadores que solicitarem) e da urna da eleição para presidente da República Rio-Grandense que podemos observar na Figura 26.

Figura 26 – Urna da eleição presidente da República Rio-Grandense.



Fonte: Foto da autora.

Na Figura 27 observamos uma bandeira que teria sido usada em batalha e que compõe o acervo do MHF desde a sua criação. É importante salientar que o móvel em que estava exposta anteriormente não era adequado. Por ser pequeno para o tamanho do objeto exigia que a bandeira ficasse dobrada, o que prejudicava inclusive a sua conservação.

Figura 27 – Bandeira usada em batalha.



Fonte: Foto da autora.

A exposição atual apresenta uma nova temática: Heróis sem Rosto, o Negro e o papel da Mulher na Guerra são alguns temas que passam a ter destaque. Alinhando-se assim ao que Chagas (2002) define como o museu que é capaz de estar aberto para a diversidade cultural e que embora tenha surgido em um contexto em que só era evidenciada a memória nacional da elite brasileira, isso não significa que esteja fadado a reproduzir esses modelos. Nas palavras do autor:

[...] não implica a afirmação que os museus surgidos com caráter celebrativo estejam maculados por pecado original e fadados à reprodução de modelos que eliminam a participação social e a possibilidade de conexão com o presente. Até mesmo porque essa afirmação seria a negação do entendimento do museu como um “corpo” por onde o poder circula. Assim, dentro dos próprios museus desenvolvem-se canais de circulação de poder que permitem a produção de programas, projetos e atividades que traem a missão original da instituição. (Chagas, 2002, p. 64-65)

A reflexão de Chagas (2002) sobre a capacidade dos museus de transcender sua missão original e abrir-se para novas narrativas e perspectivas sociais encontra eco na proposta da nova exposição do MHF. Ao destacar temas como "Heróis sem Rosto", o papel do Negro e da Mulher na Guerra, o museu demonstra uma clara intenção de conectar-se com o presente, valorizando a diversidade cultural e ampliando o entendimento do patrimônio para além de sua materialidade. Essa abordagem dialoga diretamente com as ideias de Soares e Scheiner (2009), que defendem a importância de reconhecer o patrimônio como uma construção que integra o tangível e o intangível, o visível e o invisível, o passado e o presente.

Dessa forma, pode-se afirmar que a nova exposição do MHF possui conexão com o presente, abordando o intangível e o imaterial, conforme definido por Soares e Scheiner (2009) como patrimônio contemporâneo. Segundo os autores, para entender o patrimônio hoje, é necessário reconhecer que ele é permeado pela matéria, mas sua essência é intangível, afetiva e emocional. O patrimônio vai além do corpo e dos sentidos, combinando matéria e não matéria, visível e invisível, passado, presente e futuro, natureza, cultura e sociedade. Esse patrimônio é visível em toda parte e constrói museus que podemos ver e sentir, pois o intangível está contido nas coisas e em nós (Soares e Scheiner, 2009, p. 2485).

Essa definição pode ser aplicada tanto ao patrimônio quanto aos museus e à forma como as exposições são organizadas. Nesse sentido, a nova exposição do MHF se aproxima desse conceito. Um exemplo claro é a abordagem dos "Heróis sem Rosto", como observado na Figura 28, onde uma moldura vazia representa todos aqueles soldados que lutaram na guerra e não tiveram seus rostos e identidades mencionados pela história oficial.

Figura 28 – Moldura Heróis sem Rosto.



Fonte: Foto da autora.

Por último, abordaremos mais uma luta do MHF que marcou esse período. Após vários anos com sérios problemas de conservação um conjunto de telas do museu (aquelas que mencionamos no tópico sobre a fundação do MHF que foram encomendadas pelo Palácio Piratini nas comemorações do centenário da Guerra dos Farrapos e destinadas ao MHF na ocasião da inauguração do museu) foram restauradas⁵³. Entre as obras recuperadas temos uma que retrata o general farroupilha Bento Gonçalves da Silva (1788-1847) a bordo de um navio, a caminho de sua prisão, do autor Antônio Parreiras (restaurada pela equipe de restauradores do Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS). Além dessa tela de grandes dimensões, outras duas menores, mas não menos importantes do general Bento Gonçalves foram restauradas e são parte da exposição atual do MHF.

A tela Fuga de Anita a Cavalo, de Figura 29, foi entregue a Piratini após um longo período distante. Em um primeiro momento havia sido levada para o MARGS e somente em 2019, por meio de um projeto entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Universidade Federal de Pelotas, foi finalmente restaurada pelos integrantes do Projeto de Extensão Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais.⁵⁴

⁵³ Novamente, houve discussões sobre o retorno dessas obras para Piratini, principalmente a obra “Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha”, uma pintura de grandes dimensões de autoria do artista Helios Seelinger. As justificativas eram semelhantes às apresentadas quando o MHF foi fundado. No entanto, a secretária de Cultura, Beatriz Araujo, manteve sua promessa, garantindo o retorno das obras para Piratini após o restauro.

⁵⁴ A coordenadora do projeto, Andrea Lacerda Bachettini realizou a entrega oficial da obra em 11 de setembro de 2021.

Figura 29 – Fuga de Anita a Cavallo.



Fonte: Foto da autora.

"Fuga de Anita Garibaldi a Cavallo" (1918), óleo sobre tela de Dakir Parreiras, e "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha" (1925), de Helios Seelinger, adornaram o Palácio Piratini até meados da década de 1950. Quando o italiano Aldo Locatelli (1915-1962) foi convidado a colorir os salões da sede do governo estadual, esses quadros foram destinados a outros espaços. Devido à temática, "Alegoria" e "Anita" estavam entre as obras doadas ao MHF na sua fundação, como já mencionado no tópico sobre a fundação do MHF.

O processo de restauração dessas obras foi concluído após longo período que teve a participação de uma equipe de servidores da UFPel e por mais de 30 estudantes dos cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Museologia, pertencentes ao Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais. A restauração nos espaços da Universidade foi possibilitada pela celebração de um termo de cooperação técnico-científica com a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, firmado em 13 de junho de 2019.

O retorno dessas obras a Piratini foi de grande importância para a comunidade, pois elas fazem parte da história do MHF desde a sua fundação. A comunidade tem amor e orgulho dessas obras, fundamentais para contar a história da Guerra dos

Farrapos. Essas telas narram a história mais valorizada do povo gaúcho e conferem visibilidade a Piratini. Por ser o berço da República Rio-Grandense, a cidade foi uma das primeiras do Rio Grande do Sul a iniciar processos de patrimonialização de bens, logo após a fundação do IPHAN, conforme mencionamos anteriormente

A obra "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha" foi entregue à Prefeitura de Piratini e ao MHF em uma cerimônia realizada no saguão do paço municipal, no dia 19 de setembro de 2023, às 17h. Na ocasião, estiveram presentes autoridades representando a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, representantes da UFPEL (vice-reitora, funcionários responsáveis pelo restauro e alunos envolvidos no Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais), autoridades locais, a comunidade em geral, além da diretora e ex-diretoras do MHF.

Na Figura 30, a diretora em 2023, Luiza Rodrigues, e as ex-diretoras Francieli dos Santos Domingues Corral e Gisele Dutra Quevedo (autora desta tese) estão na cerimônia de entrega dessa obra, que é um dos primeiros acervos do MHF e parte importante de sua formação e história.

Figura 30 – Entrega da obra "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha".



Fonte: Mírian Gomes.

A restauração e o retorno dessas obras ao MHF não apenas preservam a memória histórica, mas também reforçam a identidade cultural de Piratini. Essas ações fortaleceram os laços entre o museu e a comunidade, um dos princípios fundamentais da ativação, gestão e uso do patrimônio. A preservação dessas obras é um testemunho do esforço coletivo para manter viva a herança cultural e histórica de Piratini, garantindo que futuras gerações possam apreciar e aprender com esse legado.

3.3 Fundação Museu Municipal Barbosa Lessa

Como discutido no tópico sobre a Revitalização do MHF, a nova exposição gerou insatisfação na comunidade de Piratini, resultando em uma série de manifestações que culminaram no projeto de criação de um novo museu municipal. Esse museu tem como missão narrar a história do município desde sua fundação até eventos mais recentes, destacando fatos significativos para a formação e a identidade histórica de Piratini. Seu acervo, diversificado e construído com a colaboração da comunidade, inclui desde documentos históricos até peças como urnas de votação, móveis utilizados pelos farroupilhas e objetos do cotidiano das famílias piratinienses. Parte dessas peças são emprestadas pelo MHF, por meio de um acordo entre a Prefeitura de Piratini e a Secretaria de Estado da Cultura. Esse empréstimo foi pensado ainda antes da criação do museu municipal como uma solução para a insatisfação gerada pela nova exposição do MHF após o projeto de revitalização.

Em 30 de junho de 2004, foi publicada a Lei n.º 569/2004, que criou o Museu Municipal Barbosa Lessa. Vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços, o museu foi concebido visando abrigar acervos significativos, incentivar pesquisas, promover atividades culturais e fortalecer o turismo, um espaço de valorização da identidade piratiniense.

O Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa abriu oficialmente suas portas ao público em 6 de julho de 2006, como uma homenagem à Barbosa Lessa, figura ilustre nascida em 13 de dezembro de 1929, em uma chácara próxima da sede de Piratini. Lessa destacou-se por sua atuação na promoção da cultura gaúcha, fundando o jornal escolar “O Gonzagueano” e o conjunto musical “Os Minuanos”. Foi também responsável pela criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), o “35”. Formado em Direito pela UFRGS em 1952, Lessa atuou em diversas áreas, como rádio, televisão, teatro, cinema, propaganda e relações-públicas. Trabalhou na Mercur

Publicidade e na Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), aposentando-se como jornalista em 1987. Durante a administração de Amaral de Souza, foi Secretário Estadual da Cultura e idealizador da Casa de Cultura Mário Quintana. Além disso, destacou-se na música popular e na literatura. Barbosa Lessa faleceu em 11 de março de 2002, deixando um legado significativo para a cultura gaúcha. A escolha de seu nome para o museu histórico de Piratini é uma homenagem à sua contribuição para a cultura e história da região⁵⁵.

Quando fundado, o MHMBL foi instalado provisoriamente em uma sala da Prefeitura Municipal de Piratini. No entanto, em 2011, segundo relatos orais de funcionários, foi transferido para o prédio tombado pelo IPHAN, recentemente restaurado e conhecido como Palácio Farroupilha, onde funciona até os dias atuais.

O interior do museu apresenta painéis que narram a história de Piratini em diferentes etapas, destacando fatos importantes desde o período de povoamento até eventos mais recentes. Como não poderia deixar de ser, há um painel e uma seção significativa do acervo dedicado ao piratiniense que dá nome ao museu, Luís Carlos Barbosa Lessa. Nesse espaço, encontram-se sua foto, biografia e um acervo composto por manuscritos do século XIX, livretos, teses, roteiros de filmes e outros itens, doados ao museu em 26 de maio de 2021 pelo filho do homenageado, Guilherme Lessa, e sua esposa, Sinara.⁵⁶ Além dele, o espaço também homenageia outros personagens marcantes da história local, como o Padre Reinaldo Wist, conhecido por sua humanidade e solidariedade, sempre ajudando os mais carentes e conquistando tanto o carinho da comunidade que sua transferência, ordenada pelo bispo de Pelotas, gerou diversas manifestações populares⁵⁷. O museu também reserva um espaço para figuras mais recentes, como o músico Cristiano Quevedo, natural de Piratini, que tem uma sala dedicada a contar suas memórias e trajetória na

⁵⁵ JORNAL TRADIÇÃO. ESPECIAL JTR: História, arte e música se encontram no Museu Barbosa Lessa em Piratini. 05 de julho de 2019. Recuperado em 28 de janeiro de 2025, de <https://www.jornaltradicao.com.br/piratini/cultura/especial-jtr-historia-arte-e-musica-se-encontram-no-museu-barbosa-lessa-em-piratini/>

⁵⁶ PORTAL CAMAQUÃ. Restante do acervo pessoal do ilustre Piratiniense, Barbosa Lessa, é entregue ao Museu, em Piratini. 31 de maio de 2021. Recuperado em 10 de março de 2025, de <https://portaldecamaqua.com.br/noticias/30193/restante-do-acervo-pessoal-do-ilustre-piratiniense-barbosa-lessa-e-entregue-ao-museu-em-piratini.html>

⁵⁷ JORNAL TRADIÇÃO. Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa de Piratini. 22 de maio de 2009. Recuperado em 28 de janeiro de 2025, de https://anterior.jornaltradicao.com.br/site/content/cultura_e_turismo/index.php?noticia=595.

música. Na Figura 31, observamos fotografia de uma das salas de exposição do MHMBL.

Figura 31 – Exposição MHMBL.



Fonte: Foto da autora.

O museu também foi o primeiro local a abrigar um importante projeto para a comunidade de Piratini: Fábrica de Gaiteiros Renato Borghetti⁵⁸. Iniciado em 3 de julho de 2019, o projeto reúne crianças e adolescentes entre sete e 15 anos, oferecendo aulas gratuitas de música. Promovido pelo Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música, em parceria com a Prefeitura de Piratini, a iniciativa busca não apenas ensinar a tocar gaita, mas também preservar e difundir a tradição musical gaúcha, fortalecendo a identidade cultural da região.

A Fábrica de Gaiteiros vai ao encontro do conceito de usos sociais do patrimônio defendido por Canclini (1999), que como vimos anteriormente propõe que o patrimônio cultural deve ser mais do que uma mera exibição de objetos ou tradições. Segundo o autor, é essencial tornar acessíveis as relações entre esses elementos e propor reflexões sobre seu significado no contexto atual. O projeto exemplifica essa ideia ao transformar a tradição musical em uma ferramenta viva de inclusão social e desenvolvimento cultural. Ao oferecer aulas gratuitas, a iniciativa não apenas preserva a prática da gaita como expressão cultural, mas também a reinsere no cotidiano da comunidade, especialmente entre os jovens, criando novas conexões entre o passado e o presente (principalmente por usar como espaço para desenvolver o projeto um bem tombado e que dessa forma está sendo ativado).

⁵⁸ O Projeto Fábrica de Gaiteiros possibilita o acesso de crianças e jovens dos 7 aos 15 anos ao aprendizado do acordeão "gaita de oito baixos", de forma gratuita nas 22 unidades que o projeto possui (no RS, SC e Uruguai). Disponível em: <https://fabricadegaiteiros.com.br/index.php#section-fabrica>

Além disso, a participação da comunidade é um aspecto fundamental para o sucesso do projeto. As famílias das crianças envolvidas, os professores e os parceiros locais desempenham um papel ativo na manutenção e no crescimento da Fábrica de Gaiteiros. Essa colaboração reforça o caráter coletivo do patrimônio cultural, mostrando que sua preservação e valorização dependem do engajamento das pessoas que o vivenciam e o transformam. Dessa forma, o projeto não só mantém viva uma tradição, mas também a adapta às necessidades e interesses da sociedade contemporânea, tornando-a relevante para as novas gerações.

Ao aliar educação, cultura e inclusão social, a Fábrica de Gaiteiros demonstra como o patrimônio pode ser um instrumento dinâmico e transformador. Mais do que preservar costumes, o projeto os revitaliza, integrando-os à vida da comunidade e garantindo que continuem a ressoar no futuro. Essa abordagem está em sintonia com a visão de Canclini (1999), que defende uma gestão patrimonial que vá além da conservação, promovendo diálogos e significados que conectem o patrimônio às experiências e aspirações das pessoas. Assim, a iniciativa não apenas enriquece a cultura local, mas também fortalece o senso de pertencimento e identidade entre os piratinienses.

3.4 Plano Estratégico de Educação Patrimonial e Incremento ao Turismo e a Linha Farroupilha

Na primeira década dos anos 2000, foram realizados uma série de levantamentos para o desenvolvimento de projetos de restauração dos três bens tombados pelo IPHAN em Piratini⁵⁹. Esses projetos foram executados de forma separada, conforme os recursos eram captados. O primeiro deles, aprovado em 2008 pela Lei Rouanet e financiado pelo BNDES e Banrisul, foi o do prédio do Quartel General Farroupilha (MHF), que foi totalmente restaurado e entregue em 22 de dezembro de 2011 (Diário Popular, 18/12/2011). A partir do projeto de restauro do Quartel General Farroupilha, diversas iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo principal de promover a conexão entre a comunidade e o patrimônio.

⁵⁹ No período de abril de 2007 a junho de 2008 a autora da tese foi diretora do MHF e acompanhou estes levantamentos

Dentre essas iniciativas, destaca-se o Plano Estratégico de Educação Patrimonial e Incremento ao Turismo, que deu origem a dois importantes projetos: o livro Centro Histórico de Piratini: Preservação e Valorização e a Linha Farroupilha, ambos voltados para a ativação do patrimônio local, conectando-o à comunidade e aos visitantes. Esses projetos refletem uma abordagem contemporânea de gestão patrimonial, que vai além da conservação física dos bens culturais, buscando integrá-los à vida social e econômica da cidade.

A Linha Farroupilha, criada pelos arquitetos de Porto Alegre, Ceres Storch e Vlademir Roman, consiste em um trajeto de 880 metros dentro do Centro Histórico do município. A partir de sinalizadores e indicadores instalados nas calçadas, junto a edifícios, logradouros e monumentos relacionados ao período farroupilha, o visitante pode se orientar sobre cada um dos pontos turísticos e conhecer melhor a história do município. A iniciativa, lançada oficialmente em 5 de setembro de 2012, integra as ações do Plano de Educação Patrimonial e Incentivo ao Turismo, realizado pela Associação de Amigos do Museu Histórico Farroupilha, com produção e projetos da Beta Comunicação e Ato Produção Cultural (Diário Popular, 05/09/2012).

O projeto utiliza placas estrategicamente posicionadas no início, meio e final do percurso, além de um QR Code que, ao ser lido por um aplicativo de celular, redireciona o visitante ao site da Linha Farroupilha. Os sinalizadores, com a marca da Linha, e os indicadores, com o nome do atrativo, foram fundidos em bronze e instalados nas calçadas. Segundo o arquiteto Roman, as placas foram confeccionadas com material de alta qualidade e durabilidade, garantindo sua resistência ao tempo e ao uso (Diário Popular, 05/09/2012).

Na Figura 32, podemos observar o mapa da Linha Farroupilha:

Figura 32 – Linha Farroupilha.



Fonte: Livro Centro histórico de Piratini: preservação e valorização / Ceres Storchi, Vlademir Roman. – Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

Já o livro Centro Histórico de Piratini: Valorização e Preservação, também lançado em 05 de setembro de 2012, foi direcionado aos usuários do Centro Histórico, especialmente comerciantes (bares, restaurantes e lojas), visando mostrar o significado do local em que estão estabelecidos. A publicação, de autoria dos arquitetos criadores da Linha Farroupilha, possui 140 páginas e reúne dados históricos, imagens da cidade de autoria de Paulo Backes, legislação de proteção ao patrimônio, orientações para preservação, entre outras informações (Diário Popular, 05/09/2012).

O lançamento desses projetos foi marcado por uma programação especial, que incluiu encenações de passagens históricas durante o percurso da Linha Farroupilha, realizadas pelo Núcleo de Artes Piratiniense (NAP). O grupo, integrado por cerca de 20 pessoas entre adultos, jovens e crianças, é conhecido por suas apresentações durante a Semana Farroupilha. Para o evento, o NAP contou com novos figurinos e participou de oficinas de teatro ministradas pelos professores do Núcleo de Teatro da UFPel, Adriano Moraes e Elias Pintanel, visando aprimorar sua técnica. Na ocasião,

o grupo apresentou o espetáculo Piratini Canta os Farrapos, que estreou no dia 20 de setembro de 2012, no prédio do Museu Barbosa Lessa (Diário Popular, 05/09/2012).

O Plano de Educação Patrimonial e Incentivo ao Turismo em Piratini foi desenvolvido com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e partiu da restauração do Museu Histórico Farroupilha, entregue à comunidade em dezembro de 2011. Segundo a produtora cultural Beatriz Araújo, o Plano foi uma exigência do BNDES como contrapartida ao patrocínio da restauração, visando garantir a preservação do patrimônio. Com isso, Piratini se tornou apta a receber novos investimentos do banco, como a restauração da Casa de Garibaldi, atualmente em elaboração. Outro prédio que necessita de intervenção urgente, segundo Otávio Alves, presidente da Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha, é o Sobrado da Dorada (Diário Popular, 05/09/2012).

Além disso, o projeto atende o público infantil por meio de uma cartilha de educação patrimonial, desenvolvida pelos professores Sílvia Garcia, Jimmy Gonçalves e Mara Lemos. A cartilha foi distribuída aos 6,6 mil alunos do município, e os professores receberam treinamento especial para sua aplicação em sala de aula. Segundo Beatriz Araújo, a cartilha busca despertar nas crianças o senso de pertencimento e valorização do patrimônio histórico e cultural de Piratini (Diário Popular, 05/09/2012).

A conexão entre esses projetos e a ativação patrimonial é evidente. Ao transformar o patrimônio em um recurso educativo e turístico, Piratini não apenas preserva sua história, mas também a torna acessível e significativa para diferentes públicos. Como destacado por Fabre (2013), o patrimônio ganha vida quando mobiliza emoções e cria vínculos afetivos, e é exatamente isso que esses projetos em Piratini buscaram fazer. Ao envolver a comunidade local e os visitantes em experiências que evocam a memória farroupilha, esses projetos reforçaram a importância do patrimônio como um elemento de identidade e desenvolvimento.

Além disso, esses projetos alinham-se ao que defende Hernández (2007), ao demonstrar que o patrimônio pode ser um importante aliado para o desenvolvimento econômico e social, gerando benefícios diretos para a comunidade.

3.5 Teatralização do patrimônio: Arte como Mediadora do Patrimônio

Nos anos de 2024 e 2025, período em que esta tese está sendo concluída, a cidade de Piratini conta com dois grupos teatrais ativos, Grupo de Artes Encenação e Grupo Galera da Arte.

O primeiro e mais antigo deles é o Grupo de Artes Encenação⁶⁰, reconhecido como patrimônio imaterial de Piratini pela Lei Municipal n.º 2325, de 5 de janeiro de 2023. Vinculado à Associação de Turismo Jovem Tur, o grupo realiza seus ensaios na Casa de Cultura, prédio tombado pelo IPHAN como Casa de Garibaldi.

Fundado em 2014, o grupo tem como propósito produzir e apresentar peças teatrais, destacando-se o City-Tour Temático, um passeio guiado pelo centro histórico da cidade que inclui encenações com personagens caracterizados em trajes de época. O roteiro busca proporcionar aos espectadores uma "viagem no tempo"⁶¹, uma vez que Piratini, com seu cenário preservado, remete diretamente ao período da Guerra dos Farrapos, oferecendo uma experiência imersiva e culturalmente enriquecedora. Na Figura 33 observamos um card do City-tour Temático divulgado nas redes sociais do Grupo de Artes Encenação.

Figura 33 – Grupo de Artes Encenação.



Fonte: Página do Facebook do Grupo de Artes Encenação⁶²

⁶⁰ O grupo surgiu para revitalizar a experiência turística em Piratini, substituindo o antigo Núcleo de Artes Piratiniense (NAP), criado em 2003, mas desativado devido ao baixo fluxo de visitantes. Diferente do modelo tradicional de city tour, a proposta desses grupos é transformar o passeio em um espetáculo ao ar livre: atores caracterizados como figuras históricas, como Bento Gonçalves, Anita Garibaldi e o folclorista Luiz Carlos Barbosa Lessa (nascido na cidade em 1929), surgem durante o trajeto pelo Centro Histórico, dramatizando passagens da colonização, da Guerra dos Farrapos e da cultura local.

⁶¹ <https://www.facebook.com/photo?fbid=1867627780235609&set=pcb.1867628406902213>, acessado em 17/02/2023.

⁶² <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=407553034900211&set=pb.100069365539169.-2207520000&type=3>, acessado em 17/02/2023.

O grupo realiza apresentações tanto para grupos de visitantes contratantes quanto para a comunidade de Piratini em datas especiais, quando as exhibições são gratuitas. Essas apresentações atraem um grande público, especialmente porque os atores são moradores da cidade, o que naturalmente atrai familiares, amigos e vizinhos. Essa iniciativa aproxima a comunidade do patrimônio, despertando interesse e curiosidade sobre a temática abordada.

Além disso, o envolvimento dos moradores locais nas encenações reforça o caráter comunitário do projeto, transformando-o em uma experiência que vai além do entretenimento. Ao participar ativamente das atividades do grupo, os piratinenses não apenas revivem a história da cidade, mas também fortalecem seu vínculo afetivo e identitário com o patrimônio cultural, contribuindo para a preservação e valorização da memória local.

O segundo grupo, mais recente, foi fundado pelo ator piratiniense Ilson Soares em 2023, a partir de um convite para montar uma peça teatral para a abertura do festival de música nativista Clarin Farroupilha⁶³, realizado na Fazenda Dom Martin⁶⁴, em Piratini. Inspirado pela Lenda do Negrinho do Pastoreio, tema que serve como uma espécie de mascote do festival, Soares criou o roteiro que marcou o início do grupo. Inicialmente batizado como "Galera do Teatro", o nome foi posteriormente ampliado para "Galera da Arte", a fim de abranger outras manifestações artísticas, como dança, música e artes plásticas. A data oficial de fundação do grupo é considerada 30 de junho de 2023, quando estreou a peça Lenda do Negrinho do Pastoreio no festival Clarin.⁶⁵

⁶³ O Clarin Farroupilha é um festival de música tradicionalista temático (somente para músicos e compositores), funcionando como uma espécie de laboratório temático e oficina para tornar as músicas aptas a concorrerem em festivais abertos. Por isso, ele é fechado ao público externo, para manter o ineditismo das músicas. Atualmente em sua 3ª edição, o festival acontece anualmente na sede da Fazenda Don Martin, que, segundo os organizadores, por ser um lugar histórico, traz ao evento uma atmosfera de inspiração. Os idealizadores do projeto são Frutuoso Araújo, José Carlos Batista de Deus e Jeferson de Almeida. A partir da segunda edição, jovens da escola de música foram inseridos na comissão organizadora para perpetuar o festival. Entre as peculiaridades desse festival, destaca-se a participação de homens e mulheres. Desde a última edição, a música vencedora do Clarin garante vaga direta no Festival Vertente da Canção Nativa, sem passar pela fase de triagem.

⁶⁴ A fazenda já teve vários nomes, sendo recentemente chamada de Fazenda Santa Rosa, e anteriormente conhecida como Fazenda do Sobrado e Fazenda das Almas. Foi a sede da sesmaria dos Barbosa, que se dividiu em várias outras fazendas, incluindo a Fazenda do Combate. O casarão está desfigurado nas esquadrias devido a uma reforma no início do século XIX e, posteriormente, pelo proprietário anterior aos atuais, que substituiu o muro da frente por estátuas gregas de gesso e postes de energia elétrica. Embora não haja dados objetivos sobre a data de construção, estima-se que tenha sido construída por volta de 1730, no início do século XVIII, sendo assim uma das sedes de fazendas mais antigas do Estado do Rio Grande do Sul.

⁶⁵ Informação oral de Mirian Gomes, integrante do Grupo em 28/01/2025.

Após o evento, o grupo organizou-se para realizar uma Mostra Teatral. A proposta inicial era reeditar a peça apresentada no festival, mas com uma nova abordagem e personagens inéditos. Assim, surgiu *Alma Corrompida*, obra de autoria de Ilson Soares, inspirada na lenda original, porém com desfechos inovadores e uma narrativa distinta da tradicionalmente conhecida.

A Mostra Teatral foi realizada na Fazenda Dom Martin no dia 30 de novembro de 2024, com entrada totalmente gratuita. O evento contou com o apoio da Prefeitura Municipal e patrocínio do comércio local, o que viabilizou não apenas a gratuidade, mas também o transporte de espectadores que não possuíam veículo próprio. Dois ônibus foram disponibilizados para levar o público da cidade até a Fazenda, também de forma gratuita. A iniciativa atraiu aproximadamente 250 pessoas, consolidando o evento como um sucesso de público e de integração comunitária. Na Figura 34, observamos uma fotografia do cenário e na Figura 35 uma fotografia do elenco da Mostra.

Figura 34 – Fazenda Don Martin / Mostra Teatral *Alma Corrompida*.



Fonte: Foto da autora.

Figura 35 – Elenco Mostra Teatral Alma Corrompida, Galera da Arte.



Fonte: Página do Facebook do Grupo Galera da Arte⁶⁶.

A Galera da Arte planeja realizar uma ou duas apresentações por ano. Em 2024, o foco foi aprimorar *Alma Corrompida* para a Mostra Teatral. Já para 2025, o grupo prepara dois projetos: a encenação da *Paixão de Cristo*, que acontecerá no centro histórico de Piratini até 20 de abril, e uma nova peça de comédia política, prevista para a segunda metade do ano. Composto inteiramente por moradores de Piratini, o grupo valoriza o contato entre os atores e o patrimônio da cidade, consolidando-se como um movimento cultural transformador.

A arte desempenha um papel crucial como mediadora entre o patrimônio e a comunidade. Tanto o Grupo Galera da Arte quanto o Grupo de Artes Encenação exemplificam essa função ao utilizar performances teatrais para conectar a história e a cultura de Piratini com seus habitantes e visitantes. Por meio de suas apresentações, os grupos não apenas preservam e celebram o patrimônio cultural, mas também promovem a inclusão de grupos sociais anteriormente invisibilizados, como negros, mulheres e indígenas, tanto na Guerra dos Farrapos quanto na formação da cidade. Dessa forma, a arte se torna um meio poderoso de valorização

⁶⁶ <https://www.facebook.com/photo/?fbid=914371674161142&set=a.302913181973664>

e preservação do patrimônio, fortalecendo os laços entre a comunidade e sua herança cultural. Como destacado por Sagnes (2019), a mediação é um ato de "compartilhamento" que envolve os receptores na troca e na "produção final de significação". Assim, a arte, ao mediar o patrimônio, transforma os conteúdos e modifica as percepções dos espectadores, permitindo uma interpretação livre e pessoal.

Além de preservar a memória coletiva, a arte também a reinventa, abrindo caminho para novas interpretações e questionamentos. Esse processo dinâmico de mediação artística, como apontado por Sagnes (2019), não se limita à transmissão de conhecimentos, mas convida o público a participar ativamente na construção de significados, transformando a relação entre indivíduos e seu patrimônio em uma experiência viva e transformadora. Como destacado por Marchi (2018, p. 191), a força estética e emocional das representações teatrais recria, a partir da imaterialidade das vozes e da luz, uma materialidade que reconstrói quadros históricos e estéticos. Essas representações não apenas dão vida aos espaços históricos, mas também os transformam em cenários de si mesmos, revivendo o passado de forma dinâmica e envolvente. No caso específico do espetáculo de Som e Luz nas ruínas de São Miguel das Missões, trata-se de uma ação promovida pelo Estado como iniciativa turística verticalizada, que acabou por modular uma retórica patrimonial específica. A narrativa encenada passou a ocupar um lugar central na mediação simbólica do sítio, deslocando o foco do patrimônio material para sua representação, como se o lugar performasse a si mesmo. Essa espetacularização, embora apropriada pela comunidade ao longo do tempo, difere de experiências mais orgânicas, como o teatro comunitário de participação popular, em que a criação artística emerge do território e dos sujeitos locais. Dessa maneira, o espetáculo torna-se central para a compreensão e a valorização do patrimônio, permitindo que turistas, visitantes e moradores locais modifiquem seus olhares e se conectem com a história e a identidade cultural representadas. Assim, as apresentações teatrais reinventam o patrimônio, atribuindo-lhe novos significados e aproximando-o das pessoas de maneira significativa. Ao destacar a diversidade cultural da cidade, incluindo a influência de povos indígenas, africanos e europeus, essas encenações ajudam a construir uma narrativa mais inclusiva e representativa da história de Piratini, fortalecendo a identidade cultural da comunidade.

De acordo com Michael Pollak (1989), há um esquecimento na historiografia das culturas minoritárias. O autor destaca o papel da história oral em trazer novos sentidos à historiografia, pois ela "ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional" (Pollak, 1989, p. 4). Nesse contexto, a arte tem buscado cumprir um papel fundamental na comunidade piratiniense, ao não se limitar a apresentar a história da elite, mas trazer, por meio de personagens, discussões importantes sobre o papel dos negros, das mulheres e dos indígenas, tanto na Guerra dos Farrapos quanto na formação da cidade. As apresentações incluem a participação de grupos sociais anteriormente invisibilizados, contribuindo para uma narrativa mais plural e democrática. Além disso, a arte desempenha outro papel essencial: o de aproximar a comunidade do patrimônio, atribuindo uso, sentido e valor a esses bens. Isso oportuniza que as pessoas se sintam parte desses objetos patrimoniais e compreendam a importância de preservá-los e transmiti-los para as próximas gerações. Dessa forma, a arte não apenas reconstrói o passado, mas também fortalece o vínculo afetivo e identitário da comunidade com sua herança cultural.

3.6 Educação para o patrimônio: a inclusão da disciplina História de Piratini no currículo municipal

A inclusão da disciplina de História de Piratini no currículo escolar representou uma iniciativa fundamental para fortalecer os vínculos entre a comunidade e seu patrimônio cultural. Alinhada as ideias de Canclini (1999) sobre a relevância do patrimônio cultural e a necessidade de sensibilizar as gerações mais jovens para sua preservação, a disciplina não apenas transmitia conhecimentos históricos, mas também promovia uma conscientização crítica sobre o valor dos patrimônios materiais e imateriais para a identidade coletiva⁶⁷. Essa abordagem educativa permitia que os estudantes reconhecessem o patrimônio como parte integrante de suas vidas, despertando o interesse e o respeito pela preservação desses legados. Além disso, os debates em sala de aula sobre a história de Piratini e seus patrimônios incentivavam a reflexão sobre o papel da comunidade na valorização e transmissão desses bens para as futuras gerações, alinhando-se à visão de Canclini (1999) de que

⁶⁷ Patrimônio Cultural era um dos conteúdos programáticos de destaque para os alunos do 7º ano, conforme documento em anexo.

a educação é um caminho essencial para construir uma relação mais significativa e sustentável com o patrimônio cultural.

As discussões para a criação da disciplina "História de Piratini" tiveram início em 2002, quando o Conselho Municipal de Educação de Piratini emitiu o Parecer Nº 09/2002, posicionando-se favoravelmente à inclusão gradual da disciplina nos currículos das escolas municipais. Inicialmente prevista para as 5ª séries, a proposta seria ampliada progressivamente para as séries seguintes, conforme as justificativas apresentadas no ofício nº 272/2002 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD). Esse processo ganhou maior concretude em 22 de dezembro de 2003, com a publicação do Parecer Nº 08/2003, que respondeu favoravelmente à solicitação de inclusão da disciplina na grade curricular das escolas municipais, especificamente na 6ª série do Ensino Fundamental. O parecer destacou a adequação da disciplina aos componentes curriculares e aos planos de estudo elaborados para o ano de 2004, consolidando sua implementação.

Para embasar os conteúdos da disciplina, entre 2002 e 2005, um grupo de professores de História e Geografia do município, liderado por Jimmy Carter Gonçalves e Mara Rejani Salvador Lemos, realizou um amplo estudo que incluiu a coleta de lendas, histórias, memórias locais, referências bibliográficas e documentos da comunidade.⁶⁸ Esse trabalho resultou na criação da cartilha História de Piratini, que aborda a trajetória histórica e cultural do município desde os povoados pré-históricos até os eventos mais recentes. A cartilha destaca a importância dos povos indígenas, a chegada dos europeus, as missões jesuíticas, a ocupação portuguesa, a Guerra dos Farrapos e outros marcos históricos, além de enfatizar a relevância do patrimônio cultural, tanto edificado quanto natural, e a influência de diferentes culturas, como a açoriana e a negra, na formação do município. Esse material tornou-se um instrumento essencial de educação para o patrimônio, promovendo a conscientização e a valorização do patrimônio cultural entre os estudantes e fortalecendo os laços entre a comunidade e sua herança histórica.

⁶⁸ Comunicação pessoal: GONÇALVES, Jimmy Carter. [Organização da cartilha História de Piratini]. WhatsApp: [Jimmy Gonçalves]. 29 janeiro 2025.
LEMONS, Mara Rejani Salvador. [Organização da cartilha História de Piratini]. WhatsApp: [Mara Rejani Lemos]. 29 janeiro 2025.

De acordo com Scifoni (2022), a educação para o patrimônio é descrita como um campo estratégico que vai além da mera transmissão de conhecimento sobre bens culturais consagrados. Segundo a autora, ela desempenha um papel crítico ao questionar as narrativas hegemônicas do Estado e ao promover uma abordagem descolonizadora, que valoriza o patrimônio cotidiano dos grupos sociais. Scifoni (2022) destaca que a educação patrimonial deve ser um processo dialógico e participativo, no qual os sujeitos sociais são protagonistas na produção de conhecimento sobre suas próprias culturas e memórias. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional de "conhecer para preservar" e propõe uma pedagogia que fortalece a autonomia e a identidade cultural dos indivíduos, transformando o patrimônio em um vetor de valores e mobilizador de memórias e identidades.

A disciplina, destinada aos alunos do 6º e 7º anos, foi estruturada para proporcionar um entendimento abrangente da história do município e de seu patrimônio cultural. No 6º ano, o currículo abordava temas como a localização, os limites e a temperatura média do município, a importância dos povos indígenas na formação de Piratini, a influência das Missões Jesuíticas, a formação da Colônia do Sacramento, os Tratados de Limites, as primeiras povoações e doações de sesmarias, a chegada dos açorianos e a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, além da participação do município na Guerra da Cisplatina. No 7º ano, os conteúdos concentravam-se em temas como a Guerra dos Farrapos, destacando suas causas, a Proclamação da República Riograndense e suas consequências, bem como o papel dos negros na Guerra dos Farrapos. Também eram explorados períodos posteriores à guerra, como a Proclamação da República Brasileira e as Revoluções de 1923 e 1932⁶⁹. A disciplina ainda enfatizava a importância do patrimônio cultural de Piratini, tanto rural quanto urbano, abordando a criação do polo madeireiro e dos assentamentos, com foco em sua relevância socioeconômica e nos movimentos sociais associados a esses processos.

⁶⁹ As Revoluções de 1923 e 1932 evocam memórias mais traumáticas entre os moradores de Piratini. Ao contrário da Guerra dos Farrapos (1835-1845), cujos combates pouco afetaram diretamente o município, esses conflitos envolveram batalhas em solo piratiniense e contaram com a participação ativa de muitos moradores locais, marcando profundamente a memória coletiva da cidade. O ápice da Revolução de 1932 ocorreu em 20 de setembro, quando as tropas governistas capturaram Borges de Medeiros e Batista Luzardo na região de Cerro Alegre, interior de Piratini. Os relatos dos horrores dos confrontos dessas "Revoluções" permanecem vivos na tradição oral da comunidade, transmitidos entre gerações como testemunho do impacto traumático desses eventos na história local. Para uma análise mais ampla do contexto político e dos desdobramentos da Revolução de 1932 no Rio Grande do Sul, ver Lapuente (2015).

A decisão de descontinuar a disciplina de História de Piratini no currículo escolar a partir de 2025 merece reflexão, especialmente em relação aos seus possíveis impactos na educação para o patrimônio e na identidade cultural local. No entanto, por se tratar de uma mudança recente, ainda não há dados consolidados que permitam avaliar com profundidade os motivos da retirada, seus efeitos práticos ou eventuais alternativas adotadas pela rede de ensino.

Embora a disciplina tenha sido historicamente associada à construção de pertencimento e à valorização do patrimônio, é necessário aguardar estudos que comprovem sua eficácia nesse sentido ou que justifiquem sua substituição por outras abordagens (como a integração transversal dos conteúdos em áreas como História Geral ou Geografia). A ausência de um período de análise pós-implementação limita a discussão a projeções teóricas, tanto sobre os riscos de distanciamento das novas gerações quanto sobre eventuais benefícios da reestruturação curricular.

Diante disso, sugere-se um acompanhamento crítico da medida, com abertura para diálogo entre gestores, educadores e comunidade. A avaliação contínua dos impactos dessa mudança — incluindo indicadores de engajamento dos estudantes com a história local e a eficácia de metodologias alternativas — será fundamental para embasar futuras decisões. A preservação da memória coletiva de Piratini depende não apenas da manutenção ou exclusão de uma disciplina específica, mas de um compromisso institucional com a educação para o patrimônio, seja por meio de currículos formais, projetos extracurriculares ou políticas públicas culturais.

3.7 Promovendo o Diálogo sobre Patrimônio Cultural: A Semana Municipal de Valorização do Patrimônio em Piratini

Durante a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico Cultural, a lei prevê a realização de diversas atividades, como debates, exposições, visitas guiadas e outras ações educativas. Essas iniciativas têm como foco destacar os patrimônios existentes e refletir sobre aqueles que já se perderam, incentivando a participação ativa da comunidade na preservação e valorização do patrimônio cultural. Ao integrar diferentes setores da sociedade, a lei fortalece o engajamento coletivo e reforça a importância do patrimônio como elemento central da identidade e da memória de Piratini. Essa abordagem dialoga diretamente com as formas de gestão propostas por Hernández (2007), que defendem a necessidade de uma gestão

patrimonial descentralizada, na qual a comunidade assume um papel protagonista na definição e proteção dos bens culturais.

Nos anos de 2023 e 2024, o Dia do Patrimônio, celebrado em 17 de agosto, contou com a participação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas. Estes eventos promoveram um amplo debate sobre o conceito de patrimônio com a comunidade, professores, estudantes e agentes públicos, incentivando a cooperação e a troca de conhecimentos e experiências. Esta abordagem está alinhada com as formas de gestão do patrimônio mencionadas por Hernández (2007).

Em 2023, a autora desta tese foi convidada pela Prefeitura Municipal de Piratini para integrar a comissão organizadora da Semana de Valorização do Patrimônio Histórico Cultural e ministrar uma palestra no Dia do Patrimônio. Além de participar das reuniões de organização, nas quais foram definidos o tema e a programação, firmou-se uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e o Curso de Museologia da UFPel com a Prefeitura de Piratini para as celebrações do Dia do Patrimônio. A palestra de abertura da Semana, intitulada "As pessoas antes das pedras: novos patrimônios, novos desafios", foi ministrada pelo professor Diego Lemos Ribeiro. Em seguida, a doutoranda e autora desta tese apresentou a palestra "A trajetória da patrimonialização no município de Piratini, RS".

A palestra "As pessoas antes das pedras: novos patrimônios, novos desafios" abordou a necessidade de repensar o conceito de patrimônio cultural, enfatizando a importância de um novo regime de patrimonialidade que inclua a perspectiva social e nativa. Ribeiro destacou que o patrimônio deve ser visto não apenas como um ato jurídico ou substância de valor excepcional, mas como um elemento vital para a sociedade. A palestra também discutiu os desafios emergentes na preservação de novos patrimônios, a ambiguidade e as fronteiras do conceito de patrimônio, e a importância de respeitar as histórias e cicatrizes das comunidades. Além disso, Ribeiro enfatizou a necessidade de novas rotas de preservação que considerem as técnicas e tradições locais, promovendo um diálogo contínuo entre o patrimônio e as pessoas. Essa reflexão está em sintonia com as ideias de Hernández (2007), que defende uma gestão patrimonial baseada no reconhecimento das práticas culturais locais e na valorização dos saberes comunitários.

Já a palestra "A trajetória da patrimonialização no município de Piratini, RS" abordou os processos históricos e sociais que levaram à preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade. Foram discutidos os principais marcos da patrimonialização, desde os primeiros esforços de preservação até as iniciativas mais recentes, destacando a importância da participação comunitária e das políticas públicas na conservação do patrimônio. A palestra também enfatizou os desafios enfrentados ao longo do tempo, como a necessidade de conciliar desenvolvimento urbano com a preservação histórica, e a relevância de integrar a comunidade local nos processos de patrimonialização para garantir a sustentabilidade e a valorização contínua do patrimônio cultural de Piratini. Essa abordagem reflete uma gestão patrimonial que, conforme proposto por Hernández (2007), busca equilibrar a preservação com o desenvolvimento, reconhecendo o patrimônio como um recurso dinâmico e integrado à vida cotidiana. Na Figura 36 observamos uma fotografia da abertura do evento da Semana de Valorização do Patrimônio de Piratini em 2023.

Figura 36 – Abertura da Semana Municipal de Valorização do Patrimônio em Piratini/ 2023



Fonte: Assessoria de imprensa Prefeitura de Piratini

Além das palestras, a programação contou com a exposição “Click – Novos Olhares do Lugar em que Vivo”, organizada pelas escolas municipais. O objetivo da mostra era incentivar crianças e adolescentes a retratarem seus “patrimônios” por meio de desenhos ou fotografias. A iniciativa buscava estimular os jovens a explorar e valorizar o patrimônio que, mesmo não sendo institucionalizado, faz parte de suas vivências e do ambiente em que estão inseridos, promovendo a conexão com aquilo

que gera ressonância em suas experiências. Essa atividade reforça a ideia de uma gestão patrimonial participativa, na qual os significados atribuídos ao patrimônio são construídos coletivamente, conforme defendido por Hernández (2007). Ao envolver as novas gerações, a exposição também contribui para a formação de uma consciência patrimonial mais ampla e inclusiva, essencial para a sustentabilidade das políticas de preservação.

Na Figura 37 observamos uma fotografia da Exposição Click – Novos Olhares do Lugar em que Vivo.

Figura 37 – Click – Novos Olhares do Lugar em que Vivo



Fonte: Assessoria de imprensa Prefeitura de Piratini

Em 2024, a autora desta tese foi convidada a apresentar seu trabalho de dissertação, que abordou uma tradicional festa popular do município de Piratini. Na ocasião, o grupo de participantes da UFPel foi ainda maior do que no ano anterior, contando não apenas com representantes do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e do Curso de Museologia, mas também com a participação do Curso de Teatro. A palestra "Bicharada do Ari: Memória, Identidade e Patrimônio na Comunidade de Piratini - RS" destacou a importância dessa festa popular na construção da memória e da identidade cultural da comunidade. Por meio da análise das representações dos "bichos", a apresentação mostrou como esses elementos contribuem para a valorização do patrimônio imaterial e para a preservação das tradições locais. Além disso, foram discutidos os desafios e as estratégias para

manter viva essa herança cultural, enfatizando a necessidade de envolver a comunidade na preservação e valorização de seu patrimônio.

O evento contou com a participação e os relatos de membros da comunidade, que enriqueceram significativamente a palestra. Esse momento tornou-se uma importante oportunidade de troca e de revivência de memórias ligadas a essa tradicional festa popular, fortalecendo os laços entre a pesquisa acadêmica e as vivências locais.

Na Figura 38 observamos grupo de participantes da palestra: "Bicharada do Ari: Memória, Identidade e Patrimônio na Comunidade de Piratini - RS"

Figura 38 – Dia do Patrimônio 2024



Fonte: Ubirajara Buddin Cruz

Em síntese, as atividades e eventos promovidos durante a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico Cultural de Piratini, bem como a participação da autora em 2023 e 2024, estão alinhados com as formas de gestão discutidas por Hernández (2007), que priorizam a participação comunitária, a valorização dos saberes locais e a integração do patrimônio ao desenvolvimento social. Essas iniciativas não apenas fortalecem a identidade cultural da cidade, mas também demonstram como a gestão patrimonial pode ser um instrumento poderoso para promover o diálogo, a inclusão e a valorização das memórias coletivas. Ao envolver diferentes setores da sociedade e gerar espaços de troca e reflexão, Piratini ajuda a exemplificar como o patrimônio pode ser um elemento catalisador de transformação social e cultural.

3.8 Espaços culturais e restauração participativa

O projeto de restauração da Casa de Garibaldi, tombada pelo IPHAN, é um exemplo emblemático de ativação patrimonial em Piratini. Além de recuperar a estrutura física do prédio, a iniciativa destacou-se por envolver a comunidade local, capacitando profissionais da região e fortalecendo o senso de pertencimento em relação ao patrimônio cultural. A primeira etapa, realizada em 2018, concentrou-se na recuperação do telhado, na instalação de um subtelhado metálico e na substituição de calhas e tubulações (Correio do Povo, 31/08/2018). Já a segunda fase, iniciada em 27 de julho de 2021, priorizou a qualificação da mão de obra local, capacitando profissionais que, embora inicialmente sem experiência em restauro, puderam contribuir não apenas para a preservação imediata, mas também para futuras manutenções. Como ressaltou Helenice Macedo, a escolha de profissionais da região foi essencial para garantir a conservação contínua do espaço após a conclusão do projeto (Correio do Povo, 12/01/2022).

A restauração participativa, metodologia adotada no projeto, promove a inclusão de diversos atores sociais no processo de preservação do patrimônio cultural. Conforme destacado por Rodrighiero (2023), restauração participativa no âmbito patrimonial significa estar integrado, fazer parte e compartilhar ideias, experiências, saberes-fazer ou intenções em prol de um objetivo comum: a salvaguarda do patrimônio cultural para esta e as futuras gerações. Esse envolvimento ativo da comunidade não apenas valoriza o patrimônio, mas também fortalece a identidade cultural e a coesão social, tornando o processo de restauração mais democrático e sustentável.

Diversas empresas especializadas em restauro têm adotado essa metodologia em seus projetos, abrangendo eixos que vão desde a pesquisa histórica e a capacitação em técnicas construtivas antigas até a educação patrimonial e a comunicação com os envolvidos. O objetivo é tornar o patrimônio mais sustentável, envolvendo a comunidade em todas as etapas, desde a elaboração do projeto até a execução da obra. Nesse processo, a ativação patrimonial desempenha um papel importante, por isso, as empresas de restauro promovem ações como a educação patrimonial e a capacitação em técnicas construtivas antigas. Essas práticas não apenas garantem a preservação do patrimônio, mas também fortalecem o vínculo entre a comunidade e os seus patrimônios.

O projeto de restauro foi concluído e oficialmente entregue no dia 19 de setembro de 2023, transformando a Casa de Garibaldi na primeira Casa de Cultura de Piratini, um espaço aberto a toda a comunidade. Essa transformação reforça a ideia de que o patrimônio deve ser um bem dinâmico e acessível, beneficiando diretamente a população. Alinhada às perspectivas de Hernández (2007) sobre os usos funcionais do patrimônio, a iniciativa demonstra como a restauração pode ser um catalisador para a valorização cultural e o desenvolvimento social.

A Casa de Cultura cumpre esse papel essencial ao abrigar atividades como a Fábrica de Gaiteiros Renato Borghetti, o Grupo de Artes Encenação e apresentações da Escola de Música do Rotary Clube. Essas iniciativas integram cultura, educação e lazer, revitalizando o espaço e promovendo o acesso à cultura. A Fábrica de Gaiteiros e a Escola de Música do Rotary Clube, por exemplo, valorizam as raízes musicais regionais, formando novas gerações de músicos, enquanto o Grupo de Artes Encenação revive a história local por meio de apresentações teatrais que transformam o patrimônio em cenários vivos e emocionantes. Essas atividades não apenas fortalecem os vínculos entre os moradores e sua herança histórica, mas também estimulam a reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio.

A criação de espaços culturais, como a Casa de Garibaldi, é fundamental para a valorização e preservação do patrimônio. Esses locais funcionam como pontos de convergência entre o passado e o presente, onde a memória é celebrada e transmitida às novas gerações. Ao oferecer um ambiente propício para atividades artísticas e educativas, a Casa de Cultura não apenas conserva a história, mas também a torna viva e relevante para o cotidiano das pessoas.

Além disso, o projeto contribui significativamente para a inclusão social e o fortalecimento da identidade cultural de Piratini. Ao envolver a comunidade na restauração e na gestão do espaço, a iniciativa promoveu a capacitação de profissionais locais, gerando oportunidades de trabalho e renda. A participação ativa dos moradores no processo também reforçou o sentimento de pertencimento e orgulho em relação ao patrimônio local, criando uma conexão emocional e cultural que beneficia toda a comunidade.

A definição de emoção patrimonial proposta por Tornatore (2009) oferece uma perspectiva valiosa para compreender as conexões emocionais que as pessoas estabelecem com o patrimônio cultural. O autor discute duas formas distintas de emoção patrimonial no contexto do castelo de Luneville. A primeira, denominada

emoção "estético-histórica", refere-se à ligação emocional fundamentada na apreensão estética e/ou histórica do castelo como um bem cultural. Essa emoção se concentra nas formas expressivas do castelo, valorizando-o enquanto testemunho da História e objeto cultural de grande valor. Por outro lado, a emoção "sócio-biográfica" está vinculada a uma memória biográfica e a uma ligação pessoal associada a lembranças individuais e coletivas. Neste caso, o castelo é considerado um suporte de práticas individuais e coletivas, onde eventos pessoais e comunitários moldam a memória afetiva dos indivíduos em relação ao local. Assim, Tornatore (2009) ilustra como o castelo de Luneville evoca tanto uma conexão emocional baseada em sua importância histórica e estética quanto em experiências pessoais e sociais.

Assim como no castelo de Luneville, a Casa de Garibaldi também pode apresentar esses dois tipos de emoção patrimonial. A emoção estético-histórica se evidencia na valorização da Casa como um símbolo da história de Piratini e da figura de Garibaldi, reconhecida pelo tombamento do IPHAN e pela recuperação de sua estrutura física. Por outro lado, a emoção sócio-biográfica se manifesta no envolvimento ativo da comunidade, desde a restauração participativa até a utilização do espaço como Casa de Cultura, onde atividades artísticas e educativas criam novas memórias e fortalecem o sentimento de pertencimento. Dessa forma, a Casa de Garibaldi, assim como o castelo de Luneville, transcende sua função como monumento histórico, tornando-se um espaço de conexão emocional e identitária para a comunidade, onde passado e presente se entrelaçam de maneira dinâmica e significativa.

Dessa forma, a Casa de Garibaldi tornou-se um símbolo de ativação patrimonial, demonstrando como o patrimônio pode ser um catalisador para o desenvolvimento social e cultural. Como destacado por Hernández (2007), o uso funcional do patrimônio, aliado ao engajamento da comunidade, é essencial para garantir sua preservação e valorização de longo prazo. A Casa de Garibaldi é, portanto, um exemplo de como a restauração e a reinvenção de espaços históricos podem fortalecer a identidade cultural e promover o bem-estar coletivo.

3.9 A Iniciativa Privada na Preservação do Patrimônio Histórico: O Caso do Restaurante na Av. Maurício Cardoso e o Uso de Bens Tombados

A preservação do patrimônio histórico tem ganhado destaque não apenas como uma responsabilidade pública, mas também como uma oportunidade para a iniciativa privada. Um exemplo relevante dessa dinâmica é o caso da Pizzaria Maximus, em Piratini, cujos proprietários decidiram restaurar um bem tombado pelo IPHAE e transferir o estabelecimento para esse local. A reinauguração ocorreu em 19 de julho de 2024, e os resultados têm superado as expectativas.

Segundo comunicação pessoal com o proprietário, Pedro Artur Leal⁷⁰, o retorno tem sido maior do que o esperado, com um aumento significativo no número de clientes, inclusive visitantes de outras cidades. A satisfação dos frequentadores e os comentários positivos têm sido uma grande motivação para a equipe. Além do sucesso comercial, a iniciativa tem sido elogiada por contribuir para a valorização do centro histórico de Piratini, mostrando como a preservação pode aliar benefícios culturais e econômicos.

Na Figura 39, uma foto da fachada do prédio no convite para reinauguração da pizzaria no novo endereço.

Figura 39 – Convite para reinauguração.



Fonte: Página do Facebook da Pizzaria Maximus⁷¹

⁷⁰ LEAL, Pedro Artur. [Reinauguração da Maximus. WhatsApp: [Pedro Artur]. 29 janeiro 2025.

⁷¹ https://www.facebook.com/maximus.piratini/friends?locale=pt_BR.

Conforme Choay (2017), o patrimônio histórico deve ser entendido como um bem destinado ao usufruto da comunidade. A autora enfatiza a necessidade de usos funcionais para os bens patrimoniais, contribuindo para sua conservação e valorização. No caso da Maximus, a restauração e a adaptação do espaço tombado para abrigar a pizzeria não apenas preservaram o patrimônio, mas também o integraram à vida cotidiana da comunidade, tornando-o um local de convívio e apreciação cultural. Essa abordagem funcional alinha-se à visão de Choay (2017), demonstrando como o patrimônio pode ser revitalizado e mantido vivo por meio de usos práticos e significativos.

A conexão entre patrimônio cultural e economia, conforme destacado por Hernández (2007), também se faz presente nesse caso. A preservação e o uso do patrimônio podem gerar renda e fortalecer a economia local. A pizzeria Maximus, ao se instalar em um bem tombado, não apenas atraiu mais clientes, mas também contribuiu para a valorização do entorno, promovendo o turismo e o comércio em Piratini. O proprietário relata que, embora o investimento inicial tenha sido alto, o retorno financeiro tem sido significativo, com um aumento no fluxo de clientes e uma maior visibilidade para o negócio.

Neto (2019) reforça essa perspectiva ao argumentar que investir em patrimônio traz retorno financeiro. Segundo o autor:

[...] as intervenções realizadas pelo Monumenta incentivaram o turismo, desenvolvendo um grande potencial socioeconômico. Os projetos de restauração contribuíram e incentivaram o desenvolvimento, à medida que as estratégias do projeto complementam a intervenção no patrimônio arquitetônico, qualificação do espaço público e potencialização da participação e envolvimento da comunidade. (Neto, 2019, p. 2016)

A experiência da Maximus ilustra como a preservação de um bem histórico pode se traduzir em benefícios econômicos, além de promover a identidade cultural e o orgulho local daquele bem. O sucesso da iniciativa demonstra que a restauração e o uso de bens tombados são estratégias viáveis e rentáveis, capazes de aliar preservação histórica e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, Cyro Lyra (2006) oferece uma reflexão fundamental sobre a importância da reutilização de bens patrimoniais. Segundo o autor:

A readaptação, na maioria dos casos, porém, é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. (Lyra, 2006, p. 56)

Essa afirmação ressalta que a reutilização não é apenas uma opção, mas muitas vezes uma necessidade para garantir a preservação de um bem cultural. No caso da Maximus, a adaptação do prédio tombado para abrigar uma pizzaria é um exemplo claro de como a reutilização pode revitalizar um espaço, mantendo-o relevante e funcional para a comunidade.

Além disso, Lyra (2006) destaca que, ao se reutilizar um bem patrimonial, é essencial avaliar se a nova função é compatível com a vocação do monumento. O autor afirma:

Se para a proteção de um edifício de valor cultural não houver outra solução senão sua destinação para uma função diversa da original, impõe-se como primeira questão a avaliação da pertinência do uso pretendido em face da preservação do monumento. (Lyra, 2006, p. 57)

No caso da Maximus, a escolha de transformar o espaço em uma pizzaria não apenas preservou a estrutura física do prédio, mas também manteve sua conexão com a comunidade, reforçando seu papel como um local de encontro e convívio.

Em síntese, o caso da pizzaria Maximus na Av. Maurício Cardoso, 79, exemplifica como a iniciativa privada pode desempenhar um papel importante na preservação do patrimônio histórico. Ao integrar usos funcionais, promover a valorização cultural e gerar benefícios econômicos, a iniciativa não apenas conserva o patrimônio, mas também o transforma em um ativo vivo e dinâmico para a comunidade. Como destacam Choay (2017), Hernández (2007), Neto (2019) e Lyra (2006), a preservação do patrimônio, quando aliada a usos práticos e ao engajamento da comunidade, é um caminho promissor para o desenvolvimento sustentável e a valorização da identidade cultural.

4 RESSONÂNCIA E EMOÇÃO PATRIMONIAL NA COMUNIDADE DE PIRATINI

Este capítulo tem como objetivo analisar os fatores que geram ressonância e emoção patrimonial na comunidade de Piratini. Foram aplicados questionários em duas etapas: digital (Google Forms) e presencial (com estudantes de escolas locais), buscando identificar quais elementos patrimoniais despertam maior conexão emocional e significado coletivo. A análise busca revelar como o patrimônio é percebido, vivenciado e integrado à identidade da comunidade, além de contribuir para discussões sobre preservação cultural e coesão social.

Além disso, o estudo visa investigar como o público-alvo percebe os patrimônios já reconhecidos e ativados pelo Estado, avaliando se esses efetivamente suscitam emoções significativas. Paralelamente, busca-se identificar outros bens que, embora não oficialmente instituídos, desempenham um papel simbólico e afetivo relevante para os moradores de Piratini.

O conceito de ressonância, originalmente proposto por Greenblatt (1991) e ampliado por Gonçalves (2005), refere-se à capacidade de certos objetos transcenderem suas propriedades materiais, inserindo-se em um universo cultural mais amplo. Tais artefatos não apenas representam dinâmicas culturais complexas, mas também as ressignificam simbolicamente, conectando-se às subjetividades de quem com eles interage (Gonçalves, 2005, p. 19).

No âmbito do patrimônio cultural, a ressonância é fundamental, pois permite que bens ultrapassem sua materialidade e se tornem mediadores entre memórias coletivas e identidades locais. Conforme Gonçalves (2005), a força de um objeto reside em sua habilidade de evocar emoções, memórias e associações que vão além da apreciação estética, criando ligações entre passado e presente, entre o individual e o coletivo.

Essa perspectiva ressalta ainda que a ressonância não decorre apenas de reconhecimentos institucionais, mas da capacidade do patrimônio de ecoar emocional e culturalmente em seu público. Assim, ela nos auxilia a compreender por que certos bens culturais se transformam em veículos poderosos de expressão e perpetuação das forças que moldam uma comunidade (Gonçalves, 2005).

O conceito de emoção patrimonial, conforme explorado por Fabre (2013), destaca a dimensão afetiva e subjetiva que os bens culturais podem evocar nas pessoas e comunidades. Fabre argumenta que o patrimônio não é apenas um

conjunto de objetos ou lugares reconhecidos oficialmente, mas também um campo de experiências emocionais que conecta indivíduos ao passado e ao coletivo. Essas emoções podem variar desde o orgulho e a nostalgia até sentimento de perda ou pertencimento, dependendo do contexto cultural e histórico em que o patrimônio está inserido.

Fabre (2013) também enfatiza que as emoções patrimoniais desempenham um papel crucial na mobilização social e na valorização de bens culturais. Ele observa que, em muitos casos, são as emoções despertadas por um patrimônio que impulsionam as comunidades a preservá-lo e protegê-lo, mesmo quando não há reconhecimento institucional. Essa perspectiva amplia a compreensão do patrimônio, indo além de sua materialidade e destacando sua capacidade de gerar vínculos emocionais profundos e duradouros.

Além disso, Fabre (2013) sugere que as emoções patrimoniais não são estáticas, mas dinâmicas, sendo constantemente renegociadas e reinterpretadas pelas comunidades ao longo do tempo. Essa abordagem permite compreender como o patrimônio cultural se adapta às mudanças sociais e como ele continua a ser relevante para diferentes gerações. Assim, o estudo das emoções patrimoniais oferece uma lente valiosa para analisar a relação entre memória, identidade e cultura.

Como primeira capital da República Rio-Grandense, Piratini teve destaque no processo de patrimonialização no Rio Grande do Sul e por isso constitui um caso importante para análise das dinâmicas entre patrimônio e afetos coletivos. Sua paisagem cultural, que abrange desde o acervo arquitetônico do período farroupilha até tradições orais e práticas sociais, envolvem camadas que dialogam constantemente com a memória comunitária. Contudo, para além dos bens oficialmente tombados, existe um patrimônio vivo que se manifesta nas relações cotidianas, nos afetos silenciosos e nas narrativas que transcendem a historiografia formal.

Este estudo propõe uma investigação dupla: primeiro, decifrar os processos pelos quais certos elementos patrimoniais de Piratini se mantêm como eixos de continuidade geracional; segundo revelar como objetos, lugares e práticas, independentemente de seu reconhecimento institucional, adquirem poder emocional e simbólico para a comunidade. A pesquisa assume assim um caráter tanto descritivo quanto propositivo, buscando não apenas mapear essas relações, mas também fortalecer os vínculos entre os cidadãos e seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, Piratini emerge não como mero repositório histórico, mas como um espaço ativo de negociação de significados, onde o passado é constantemente reinterpretado à luz das necessidades presentes. A compreensão desses mecanismos oferece contribuições relevantes para o campo da preservação patrimonial, destacando a importância das dimensões afetivas e comunitárias na sustentabilidade dos bens culturais.

4.1 Metodologia

Para este capítulo, optou-se pela aplicação de questionários como metodologia principal. Conforme Bastos et al. (2023), essa ferramenta é amplamente utilizada em pesquisas científicas devido à sua versatilidade e capacidade de abranger diferentes públicos. A escolha do método de coleta de dados foi estrategicamente alinhada aos objetivos da pesquisa e ao perfil do público-alvo, considerando as potencialidades e limitações de cada abordagem.

O questionário foi aplicado de duas formas: online, por meio do Google Forms, e presencialmente, em escolas municipais de Piratini. O objetivo da aplicação dos questionários presenciais foi abranger todos os distritos rurais do município, mapeando também os afetos dos moradores das áreas rurais, distantes do centro urbano e do núcleo histórico de Piratini. A versão online justificou-se pelo alcance ampliado, especialmente após divulgação em redes sociais, superando barreiras geográficas e temporais. Segundo Bastos et al. (2023), questionários digitais oferecem vantagens como maior abrangência, processamento automatizado de dados e redução de custos, embora apresentem desafios relacionados à representatividade da amostra e à taxa de resposta.

A estratégia de divulgação online mostrou-se eficaz: no primeiro dia, foram obtidas 100 respostas, com significativo engajamento (incluindo múltiplos compartilhamentos). A pesquisadora publicou inicialmente em sua rede pessoal no Facebook e, posteriormente, em páginas como Eu lembro do Cine Piratini, Olhares e lembranças da nossa terra, Amo minha cidade Piratini, Amigos do Paredão e Bica e Bicharada em Piratini. O público atingido foi diversificado, com idades entre 11 e 83 anos, variadas profissões e inclusive ex-moradores que mantêm vínculos afetivos com a cidade.

A inclusão de ex-moradores de Piratini na pesquisa justifica-se pela permanência do vínculo afetivo que esses indivíduos mantêm com a cidade, mesmo após sua mudança. Como destaca Tuan (1983, p. 175), “a afeição pela pátria é uma emoção humana comum. Sua intensidade varia entre diferentes culturas e períodos históricos. Quanto mais laços houver, mais forte será o vínculo emocional”. Esses sujeitos, embora não residam mais no local, carregam memórias e experiências que enriquecem a compreensão da relação afetiva com Piratini, contribuindo para uma análise mais abrangente das dinâmicas identitárias e simbólicas associadas ao lugar. De acordo com Tuan (1983) as experiências individuais e coletivas, bem como as interações culturais, são fundamentais para moldar a conexão emocional com os lugares.

Já a aplicação presencial buscou garantir maior controle sobre a coleta e elevar a taxa de resposta. Em cada escola visitada, fiz uma apresentação da minha pesquisa, explicando os objetivos do estudo e a importância da participação do maior número possível de moradores em todos os distritos da cidade para mapear os afetos dos piratinienses. As escolas foram selecionadas por sua relevância como espaços de interação social e diversidade de perfis, ampliando a representatividade da amostra. Como destacam Bastos et al. (2023), essa abordagem permite esclarecer dúvidas no local e reduzir inconsistências nas respostas, ainda que exija mais tempo e recursos.

Nas Figuras 40 e 41, observamos as apresentações que foram realizadas nas escolas Antenor Elias de Matos e José Maria da Silveira.

Figura 40 – Apresentação na escola Antenor Elias de Matos



Fonte: Professor Wanderson Madruga da Rosa.

Figura 41 – Apresentação na escola José Maria



Fonte: Professora Josi Rosa Santos.

Considerando que Piratini possui pouco mais de 17 mil habitantes (IBGE, 2022), para uma amostragem estatisticamente representativa com margem de erro reduzida (em torno de 3%), seria ideal obter cerca de 1.000 respostas, conforme cálculos baseados em parâmetros como nível de confiança de 95% e variabilidade populacional (Cohen, 1988; Fowler, 2014). No entanto, esse número mostrou-se

inviável devido à especificidade do questionário – que abordava memórias e percepções subjetivas sobre a cidade, diferentemente de pesquisas em áreas como saúde ou opinião pública, que costumam alcançar maior engajamento.

Mais do que o critério numérico, porém, é essencial avaliar a profundidade e a diversidade qualitativa dos dados coletados, uma vez que a pesquisa busca compreender as relações afetivas e simbólicas com Piratini em suas múltiplas dimensões. Como ressalta Minayo (1992, p. 42), "a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões", destacando que a representatividade não se limita ao volume estatístico, mas à capacidade de capturar a complexidade do fenômeno estudado. Nesse sentido, ainda que a amostra não atinja o patamar ideal para análises puramente quantitativas, a heterogeneidade dos participantes, abrangendo diferentes gerações, profissões e até ex-moradores, permitiu explorar nuances afetivas, históricas e culturais que um recorte meramente numérico poderia não alcançar. A riqueza das narrativas e a variedade de perspectivas coletadas reforçam, assim, a pertinência da abordagem adotada, alinhando-se aos objetivos de investigar o vínculo emocional com o lugar em sua pluralidade.

O questionário buscou investigar o conhecimento, a percepção e a valorização do patrimônio por moradores e ex-moradores, além de mapear os elementos que geram maior identificação e afeto na comunidade. Para alcançar esses objetivos, foi utilizado um questionário estruturado em quatro seções principais, distribuído em formato online (via Google Forms) e presencialmente em escolas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Piratini.

A Seção 1: Informações Gerais teve como propósito caracterizar o perfil dos respondentes, coletando dados como gênero, idade, profissão, vínculo com Piratini e nível de escolaridade. Essas informações são essenciais para contextualizar as respostas e analisar como diferentes grupos sociodemográficos percebem e valorizam o patrimônio cultural da cidade.

Na Seção 2: Conhecimento sobre o Patrimônio Cultural, explorou-se o que os participantes conhecem sobre os bens culturais locais, incluindo suas fontes de informação (família, escola, etc) e sua avaliação sobre o nível de conhecimento geral da comunidade. Essa etapa permitiu identificar possíveis lacunas no acesso à informação e áreas que demandam maior divulgação.

A Seção 3: Espaços Culturais e Manifestações Artísticas investigou-se a interação dos respondentes com espaços culturais, como museus, apresentações teatrais e centro histórico, além de manifestações artísticas tradicionais. O objetivo foi compreender sua frequência de visitação, experiências vividas, críticas e sugestões para melhorias, revelando como é a relação prática da comunidade com esses locais.

Por fim, a Seção 4: Outros Patrimônios focou em identificar quais os elementos que os entrevistados consideram representativos da identidade de Piratini. Também foram coletadas opiniões sobre quais aspectos merecem maior preservação, destacando os valores afetivos e simbólicos que ultrapassam a dimensão do patrimônio reconhecido oficialmente.

A coleta de dados resultou em 390 questionários válidos, sendo 163 respondidos via Google Forms e 227 aplicados presencialmente nas escolas. Embora o número de formulários impressos tenha ficado abaixo do projetado inicialmente, isso se deveu às condições climáticas adversas durante a semana de aplicação o tempo chuvoso reduziu significativamente a presença estudantil nos primeiros dias de pesquisa. Como destaca Minayo (1992), a adequação metodológica deve considerar os imprevistos de campo, priorizando a qualidade dos dados sobre obstáculos quantitativos. Nesse sentido, mesmo com a limitação climática, a amostra presencial manteve representatividade ao abranger diferentes realidades geográficas e sociais (percorremos todos os distritos do município), complementada pela expressiva participação digital que captou memórias de ex-moradores e adultos não vinculados ao ambiente escolar.

Os questionários presenciais foram aplicados em seis escolas municipais de diferentes localidades, sendo duas na área urbana e quatro em distritos. Na zona urbana, participaram a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Vera Maria de Azevedo Moreira e a Escola Municipal Agropecuária de Ensino Fundamental Alaor Tarouco. Nos distritos, as escolas envolvidas foram: a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Padre Reinaldo (1º distrito), a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Doutor José Maria da Silveira (2º distrito), a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Antenor Elias de Mattos (3º distrito) e a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Doutor Vieira da Cunha (5º distrito).

A única escola municipal não incluída neste estudo foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Armando Fajardo, localizada no 4º distrito. Isso se deve ao fato de que, no momento da pesquisa, a instituição atendia exclusivamente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), e o recorte deste trabalho priorizou alunos das séries finais, mais propícios a já terem tido contato com conteúdos relacionados ao patrimônio histórico. No entanto, é importante destacar que os alunos do 4º distrito também foram contemplados, uma vez que estão sendo transportados por meio de ônibus escolar e frequentando as aulas na Escola Padre Reinaldo, localizada no 1º distrito.

As escolas de Piratini refletem realidades geográficas e sociais distintas. Enquanto instituições como a Vera Moreira e a Alaor Tarouco, localizadas no centro urbano, facilitam o acesso dos alunos a museus, prédios históricos e outros patrimônios culturais, outras estão inseridas em contextos mais isolados. A Escola Padre Reinaldo, embora mais próxima da área urbana de Piratini, ainda apresenta certas limitações de acesso, enquanto instituições como a José Maria, a Antenor Elias de Matos e a Vieira da Cunha estão em regiões mais distantes, onde os alunos frequentemente enfrentam dificuldades para chegar ao centro histórico devido às longas distâncias. Inclusive, essa mesma distância geográfica faz com que algumas dessas escolas tenham maior proximidade com outros centros urbanos, como Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado ou Herval, a depender do distrito. Esse fenômeno ocorre em razão da extensão territorial do município, que faz com que certas localidades estejam mais integradas a cidades vizinhas do que ao próprio núcleo urbano de Piratini.

Um exemplo é a Antenor Elias de Matos, distante 66,2 km da área central, percurso que demanda quatro horas de viagem (ida e volta) em estradas de chão para os professores. Nesses casos, a escola transforma-se no único elo entre os alunos e o patrimônio cultural oficial. Surpreendentemente, mesmo com transporte público disponível apenas mensalmente nas localidades da Costa do Bica e Minas do Paredão, muitas crianças já tiveram a oportunidade de conhecer os museus e o centro histórico de Piratini. Esse fato ressalta o papel fundamental da escola na democratização do acesso ao patrimônio, à história e à identidade local, especialmente para quem vive em áreas mais remotas.

Além disso, as professoras do 4º e 5º anos solicitaram a inclusão dos alunos na palestra antes da aplicação dos questionários, justificando que o tema já vinha sendo trabalhado em sala de aula de forma interdisciplinar e prática. No 4º ano, por exemplo, a professora desenvolveu um projeto em que os alunos confeccionaram de maneira artesanal, através da arte de arpilleras⁷², um mapa de Piratini, identificando as escolas localizadas em cada distrito. Como parte da atividade, os estudantes produziram um livro registrando as belezas e curiosidades de suas localidades, demonstrando um envolvimento significativo com a identidade cultural da região. Já no 5º ano, os próprios alunos manifestaram interesse em conhecer melhor a cidade e os museus, levando a professora a elaborar um projeto de "cápsula do tempo", no qual compararão imagens antigas do centro histórico com a realidade atual durante um passeio educativo. Na figura 42 observamos o mapa que foi elaborado pela professora Eliane Farias Ulguim Glória e seus alunos.

Figura 42 – Mapa de Piratini (produzido pela técnica de arpillera).



Fonte: Foto da autora.

⁷² Arpilleras são bordados, geralmente feitos sobre sacos de juta, que contam histórias e representam a cultura e a resistência das comunidades. A técnica arpillera era utilizada pelas mulheres chilenas na época da ditadura de Augusto Pinochet nos anos 70. As mulheres utilizavam as roupas dos filhos desaparecidos como retalhos para bordar sobre a juta, uma forma de driblar a censura, e mais tarde tornando-se um instrumento de denúncia e resistência contra o governo repressor. As arpilleras são, portanto, uma forma de expressão artística e política, que utiliza a técnica do bordado para transmitir mensagens e registrar a memória de eventos históricos.

Embora as crianças da Antenor Elias de Matos tenham demonstrado interesse em conhecer o patrimônio histórico reconhecido na parte urbana de Piratini, muitos alunos não puderam preencher o questionário devido à falta de autorização dos pais. Apesar dos esforços da direção da escola em esclarecer os objetivos do estudo, alguns responsáveis não compreenderam a finalidade da pesquisa e, por precaução, optaram por não permitir que seus filhos participassem. Essa resistência, ainda que pontual, reflete certa desconfiança ou desconhecimento sobre a importância da preservação da memória local, limitando o alcance da pesquisa nessa comunidade escolar.

As escolas José Maria e Padre Reinaldo destacaram-se por alcançarem a maior adesão na pesquisa, com todos os alunos presentes participando dos questionários. Esse resultado pode ser atribuído a dois fatores principais: as condições climáticas mais favoráveis durante as visitas, que facilitaram a realização das atividades, e o engajamento dos responsáveis, que autorizaram integralmente a participação dos estudantes. Esses elementos contribuíram para um ambiente propício à coleta de dados, permitindo uma visão abrangente e representativa das opiniões dos alunos sobre o patrimônio cultural de Piratini.

Na escola José Maria, a realidade é bastante diferente das demais. Localizada a 61,4 km da área urbana de Piratini, a instituição atende principalmente estudantes oriundos de assentamentos rurais (Nova sociedade, Nossa Sra. de Fátima, Canaã, Cachoeirinha, Itaçuze, Santo Antônio, Passo do Dorneles, 22 de Novembro, Ferraria Rubira, Fortaleza, Oito de Maio, Umbu) ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sendo naturais de diversas regiões do estado (Santo Ângelo, Frederico Westphalen, Pelotas e Bagé são alguns exemplos mencionados nos formulários) o que reduz seu vínculo afetivo e conhecimento prévio sobre a história local. Enquanto os alunos das séries finais do Ensino Fundamental já tiveram contato com o tema por meio da disciplina História de Piratini, muitos dos estudantes do 4º, 5º e 6º anos sequer conhecem os patrimônios oficialmente reconhecidos. Essa falta de familiaridade gerou frustração em alguns, que, embora motivados a participar da pesquisa, sentiram-se limitados pelo desconhecimento. A distância geográfica também influenciava os hábitos da comunidade, que costuma frequentar mais cidades próximas, como Pinheiro Machado ou Pedro Osório, do que a própria Piratini.

Apesar dessas dificuldades, o que mais chamou a atenção nessa escola foi a receptividade e o entusiasmo demonstrado por todos. Tanto o corpo de gestores e funcionários (cujo apoio foi exemplar em todas as escolas visitadas) quanto os próprios alunos se mostraram interessados no tema. O engajamento deles destacou um potencial para iniciativas que aproximem a comunidade escolar do patrimônio histórico, sugerindo a necessidade de ações educativas que transcendam as barreiras geográficas e culturais.

As escolas visitadas ofereceram um panorama significativo das diferentes realidades e percepções dos estudantes da zona rural em relação ao patrimônio cultural de Piratini. Cada instituição, com suas particularidades, contribuiu para uma compreensão mais ampla e diversificada do tema, reforçando a importância de incluir distintas comunidades no debate sobre a valorização e preservação do patrimônio cultural local.

Apesar da riqueza das respostas obtidas, é necessário reconhecer os limites metodológicos que atravessaram esta etapa da pesquisa. A amostragem, inicialmente realizada por meio de questionário online, apresentou predominância de mulheres, moradores da zona urbana e jovens adultos, o que pode ter influenciado os resultados, especialmente no que tange à valorização de espaços de convivência contemporânea. A baixa participação de idosos e moradores da zona rural — grupos com vínculos históricos e afetivos distintos — representa um viés importante, que foi parcialmente mitigado com a realização de atividades presenciais em escolas da zona rural. Ainda assim, fatores climáticos e logísticos dificultaram o alcance planejado. Esses limites não invalidam os achados, mas indicam que a ressonância patrimonial é percebida a partir de um recorte específico da comunidade, o que deve ser considerado na interpretação dos dados.

Os resultados apresentados neste capítulo não emergem isoladamente, mas são fruto de uma triangulação metodológica que articula diferentes fontes: os dados dos questionários aplicados junto à comunidade, as entrevistas realizadas com moradores e agentes culturais, os documentos históricos e as análises da imprensa. Essa abordagem permite uma leitura mais complexa e contextualizada das percepções sobre o patrimônio, revelando não apenas o que se pensa hoje, mas também os caminhos que levaram a essas formas de pensar.

Ao fazer dialogar com os dados atuais com os capítulos anteriores, especialmente com a discussão sobre as políticas patrimoniais iniciadas nos anos 1930, observa-se que certos padrões de valorização permanecem, enquanto outros foram ressignificados ou abandonados. A monumentalização de determinados bens, por exemplo, ainda influencia a forma como o patrimônio é percebido, mesmo que de maneira difusa. No entanto, a baixa identificação de parte da população com esses bens pode ser interpretada como reflexo de políticas verticalizadas, que historicamente excluíram a participação comunitária na definição do que deveria ser preservado.

Essa ausência de diálogo entre as políticas públicas e os sujeitos locais parece ter gerado um distanciamento simbólico, em que o patrimônio é visto como algo externo, imposto, e não como expressão viva da cultura cotidiana. Os dados dos questionários reforçam essa leitura: muitos respondentes demonstram desconhecimento ou desinteresse pelos bens tombados, o que pode ser entendido como consequência de uma política que privilegiou a monumentalidade em detrimento da vivência e da memória afetiva.

Por outro lado, há indícios de apropriações locais que tensionam essa lógica. A presença de iniciativas comunitárias, mesmo que pontuais, revela uma busca por sentidos mais orgânicos e participativos. Esses movimentos, ainda que não institucionalizados, apontam para a possibilidade de reconfiguração das políticas patrimoniais, com maior abertura à diversidade de narrativas e à valorização da experiência vivida.

Assim, os resultados aqui apresentados não apenas ilustram percepções contemporâneas, mas também funcionam como espelho de processos históricos que moldaram — e continuam moldando — a relação entre comunidade e patrimônio. Eles convidam à reflexão sobre os limites e possibilidades das políticas de preservação, especialmente no que diz respeito à construção de pertencimento e à democratização dos sentidos atribuídos ao patrimônio cultural.

4.2 Análise dos dados do questionário patrimônios que despertam conexão

A análise dos dados coletados nas pesquisas online e presencial em Piratini permitiu traçar um panorama abrangente sobre o conhecimento, a interação e as percepções da comunidade em relação ao patrimônio cultural local. Para garantir precisão e uniformidade no tratamento das informações, os formulários da pesquisa

presencial foram digitados no Excel (mesma ferramenta utilizada nos formulários do Google Forms), onde criamos colunas adicionais para categorizar cada seção do questionário. As respostas foram agrupadas por temáticas e critérios predefinidos, permitindo a geração de gráficos comparativos e a identificação de padrões.

Entretanto, é necessário considerar que os dados refletem percepções de sujeitos previamente sensibilizados ao tema. A divulgação online foi direcionada a grupos de redes sociais que já discutem memória e patrimônio, o que pode ter influenciado o perfil dos participantes e suas respostas. Da mesma forma, nas escolas, a apresentação da pesquisa antes da aplicação do questionário pode ter induzido reflexões específicas ou expectativas quanto ao conteúdo. Esses elementos configuram possíveis vieses que, embora não invalidem os resultados, exigem uma leitura crítica e contextualizada. Assim, os padrões identificados devem ser compreendidos como expressões de um público engajado, o que reforça a necessidade de ampliar futuras investigações para grupos com menor familiaridade com o tema.

O estudo revelou diferenças significativas entre os perfis sociodemográficos dos respondentes, destacando a predominância de mulheres e moradores urbanos na amostra digital, enquanto a etapa presencial, focada em escolas rurais, ampliou a representatividade de grupos menos presentes no levantamento online, como homens e residentes de zonas afastadas.

Além das características sociodemográficas, investigou-se o conhecimento sobre os patrimônios oficiais e as fontes de informação que moldam essa compreensão. Enquanto a maioria dos participantes demonstrou familiaridade com os bens tombados, observou-se uma variação nas formas de acesso ao conhecimento: visitas e experiências diretas foram predominantes entre os respondentes urbanos, enquanto a escola emergiu como principal mediadora do saber patrimonial para os estudantes rurais.

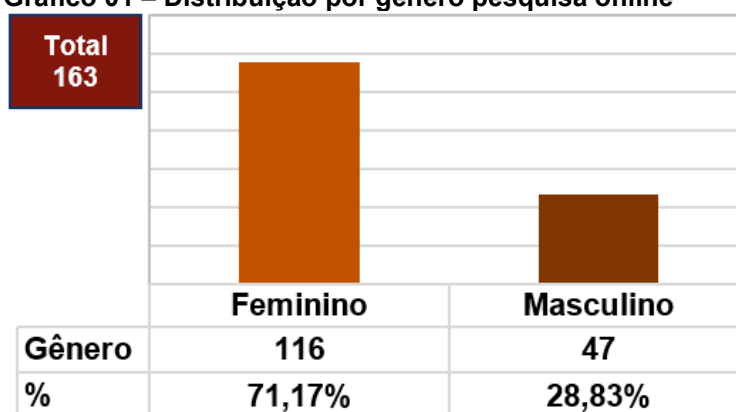
Também, examinou-se a interação da comunidade com espaços culturais e manifestações artísticas, identificando desafios e oportunidades na preservação e revitalização do patrimônio. Os Museus Histórico Farroupilha e Barbosa Lessa apresentaram diferentes níveis de reconhecimento, enquanto iniciativas de reutilização adaptativa, como a Pizzaria Maximus, foram bem avaliadas, embora com disparidades na percepção entre os públicos urbano e rural.

Por fim, a pesquisa dedicou-se a explorar os chamados "Outros Patrimônios" – elementos que, mesmo não reconhecidos oficialmente, são valorizados pela comunidade como representativos da identidade de Piratini. Os resultados revelaram uma riqueza de referências afetivas e simbólicas, desde paisagens naturais e tradições locais até edificações não tombadas, que os entrevistados associam à memória coletiva. Além disso, as opiniões coletadas destacaram a necessidade de preservar aspectos que transcendem a dimensão material, como saberes artesanais, festividades e narrativas orais, reforçando a importância de políticas que contemplem tanto o patrimônio institucionalizado quanto as expressões espontâneas da cultura piratinense.

Esses resultados não apenas evidenciam a complexidade da relação entre a comunidade e seu patrimônio, mas também destacam a importância de estratégias diferenciadas para promover a valorização cultural, considerando as particularidades territoriais e socioculturais identificadas. A seguir, detalham-se as principais conclusões e suas implicações para políticas públicas e ações de preservação em Piratini.

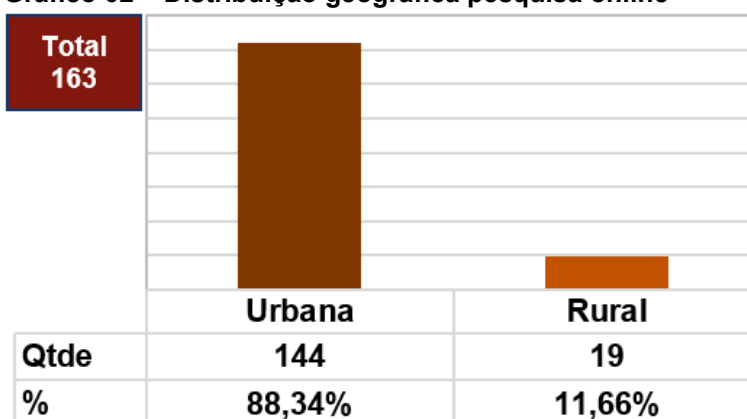
4.2.1 Perfil dos Respondentes

A análise dos dados coletados na pesquisa online revelou um perfil sociodemográfico específico, com 163 respostas válidas. Houve predominância do gênero feminino (71,8%, n=117) sobre o masculino (28,8%, n=47). A faixa etária mais representativa foi de 41-50 anos (27,95%), seguida por 31-40 anos (18,01%) e 51-60 anos (17,39%). Participantes com 71 anos ou mais constituíram o menor contingente (3,73%), sugerindo menor engajamento digital ou interesse no tema por essa faixa etária (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Distribuição por gênero pesquisa online

Fonte: Autora

Além disso, a maioria dos respondentes (66,04%) reside atualmente na cidade em estudo, enquanto 32,08% já viveram no local, mas não mais. Apenas 1,89% não possuem vínculo residencial com a área. Quanto à distribuição geográfica, há um claro predomínio de moradores da zona urbana (88,3%), contra 11,7 % de residentes rurais. (Gráfico 02)

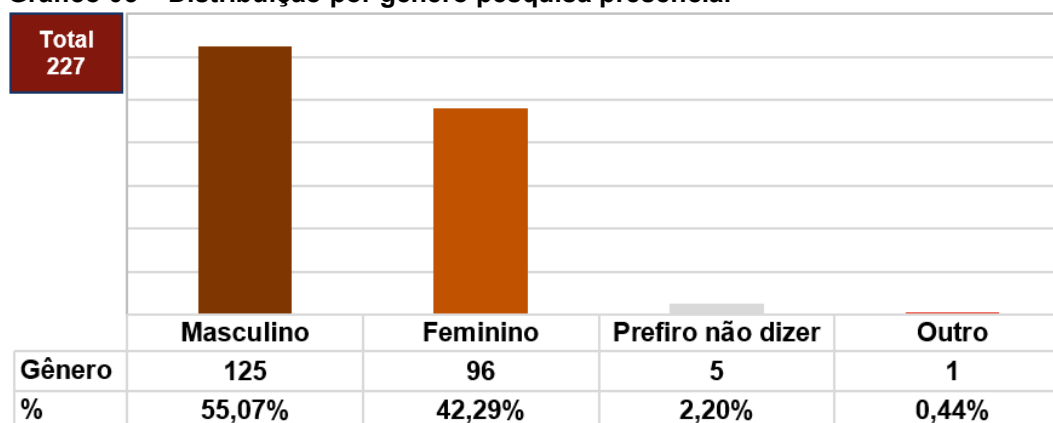
Gráfico 02 – Distribuição geográfica pesquisa online

Fonte: Autora

Diante do perfil sociodemográfico identificado na pesquisa online, marcado pela predominância de respondentes do gênero feminino, residentes urbanos e com menor participação de idosos e populações rurais, tornou-se necessário adotar estratégias complementares para ampliar a representatividade da amostra. Por isso, a pesquisa presencial deu preferência ao público rural, privilegiando as escolas municipais, localizadas em sua maioria nas áreas rurais do município. Essa abordagem buscou equilibrar a participação, garantindo que vozes tradicionalmente menos representados em levantamentos digitais, como moradores de zonas afastadas e comunidades escolares rurais, fossem incorporadas ao estudo. Dessa forma, a combinação entre

métodos online e presencial permitiu uma cobertura mais abrangente e diversificada, essencial para análises consistentes sobre o patrimônio cultural e suas percepções na região (Gráfico 03).

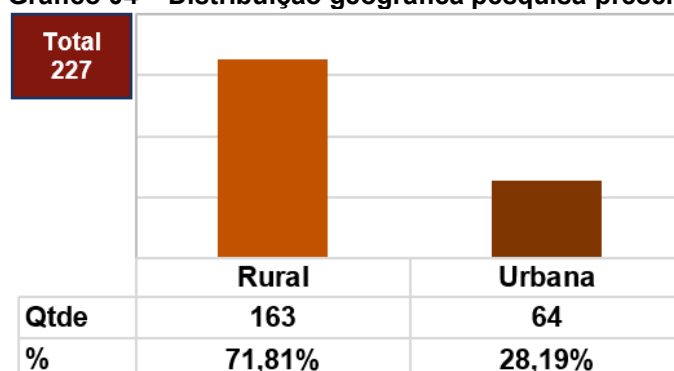
Gráfico 03 – Distribuição por gênero pesquisa presencial



Fonte: Autora

Enquanto a pesquisa online refletiu um viés urbano e feminino (71,8% mulheres, 88,3% urbanos), a etapa presencial inverteu essas tendências, captando maior participação masculina e rural, este último grupo representando 71,8% dos respondentes, graças ao foco em escolas municipais rurais. Essa diferença não apenas equilibrou a amostra, mas também revelou disparidades nas percepções patrimoniais vinculadas a contextos territoriais e socioculturais distintos (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Distribuição geográfica pesquisa presencial

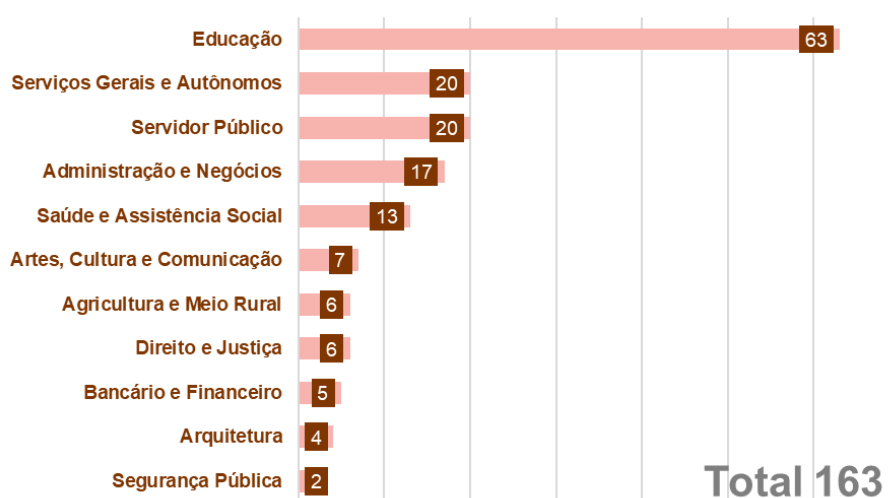


Fonte: Autora

No que diz respeito ao perfil profissional dos respondentes da pesquisa online, destacaram-se as categorias de Educação (38,6%, n=63), Serviços Gerais e Autônomos (12,3%, n=20) e Servidor Público (12,3%, n=20), seguidas por Administração e Negócios (10,4%, n=17) e Saúde e Assistência Social (8%, n=13). Outras áreas, como Artes, Cultura e Comunicação, Agricultura e Meio Rural, Direito e

Justiça, Bancário e Financeiro, Arquitetura e Segurança Pública, apresentaram participação menos expressiva (Gráfico 05). É importante ressaltar que esses dados não foram analisados na etapa presencial, uma vez que todos os respondentes dessa fase eram estudantes da rede municipal de ensino, o que reforça a importância da complementaridade entre os dois métodos para abranger diferentes perfis socioprofissionais na análise do patrimônio cultural de Piratini.

Gráfico 05 – Perfil profissional pesquisa online



Fonte: Autora

4.2.2 Conhecimento sobre os Patrimônios Oficiais e fontes de informação

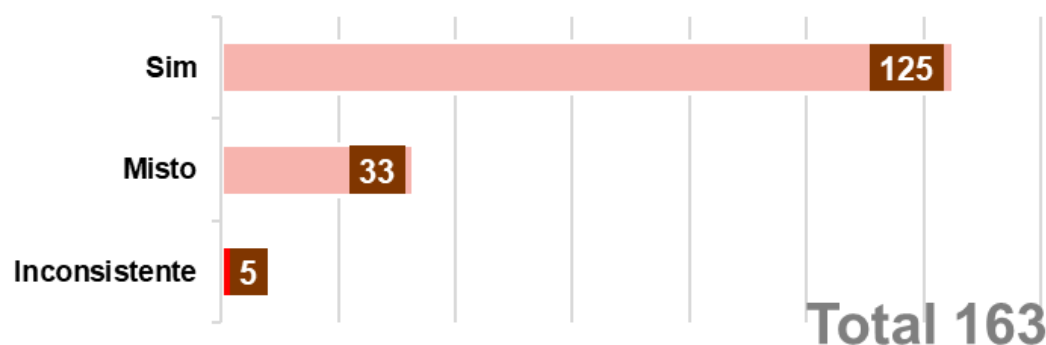
O conhecimento sobre o patrimônio cultural de Piratini revela não apenas a familiaridade da comunidade com seus bens tombados, mas também as fontes que moldam essa percepção. A análise comparativa entre as pesquisas online e presencial permitiu identificar padrões distintos: enquanto um grupo demonstra maior alinhamento com o patrimônio oficial, o outro reflete lacunas de informação ou conexões alternativas com a memória local.

Na pesquisa online, predominaram respostas que coincidem com o patrimônio oficial (77%, n=125), seguidas por respostas mistas (20%, n=33), onde parte dos bens citados são tombados e outros não, e inconsistentes (3%, n=5), que divergem totalmente da lista oficial e de algum tipo de bem com potencial de patrimonialidade. Isso sugere que esse público, majoritariamente urbano e com maior diversidade profissional, tem acesso mais consolidado a informações sobre a preservação institucionalizada.

Já entre os estudantes rurais, também predominaram respostas que coincidem com o patrimônio oficial (79%, n=180), seguida de respostas inconsistentes, que aumentaram significativamente em relação ao online (11%, n=25), e um grupo misto (9%, n=20). Conforme discutido na metodologia, essa variação reflete a realidade geográfica distinta dos distritos pesquisados. Onde alguns, por sua localização distante do centro urbano de Piratini, mantêm vínculos cotidianos mais intensos com cidades vizinhas do que com a sede municipal. Entre as respostas consideradas inconsistentes na análise do questionário, destacam-se também aquelas que, embora demonstrem familiaridade com o patrimônio, não oferecem precisão ou critério objetivo para avaliação, como por exemplo: "Acredito que todos", "Penso que conheço todos", "Conheço praticamente todos", "Desde que me conheço por gente" e "Praticamente todos os existentes". Essas formulações vagas ou hiperbólicas dificultam a mensuração concreta do conhecimento real sobre o patrimônio e a forma de contato com ele, comprometendo a consistência dos dados apresentados nos gráficos. Tais repostas, por sua subjetividade, não permitem diferenciar efetivamente entre percepção individual e domínio factual dos bens culturais referenciados.

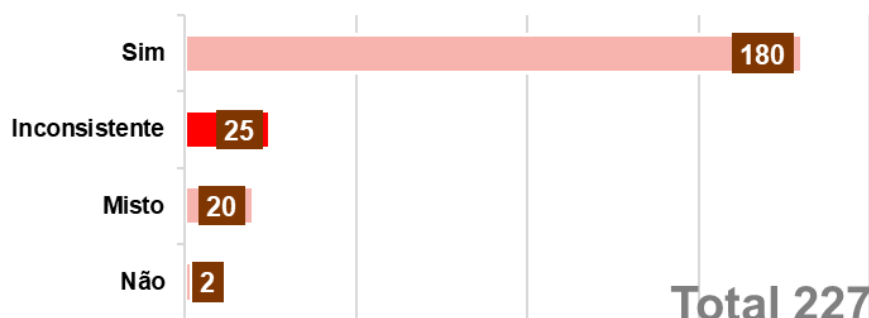
Nesse contexto, emergiu ainda um quarto grupo residual: "não conhece" (1%, n=2), ausente no online. Essa parcela, ainda que pequena, simboliza as assimetrias no acesso à informação patrimonial, situação que a escola, muitas vezes o único equipamento cultural disponível nestes territórios, busca mitigar, como evidenciado nos Gráficos 06 e 07 (comparativo online/presencial):

Gráfico 06 - Os patrimônios mencionados coincidem com os oficialmente reconhecidos? (online)



Fonte: Autora

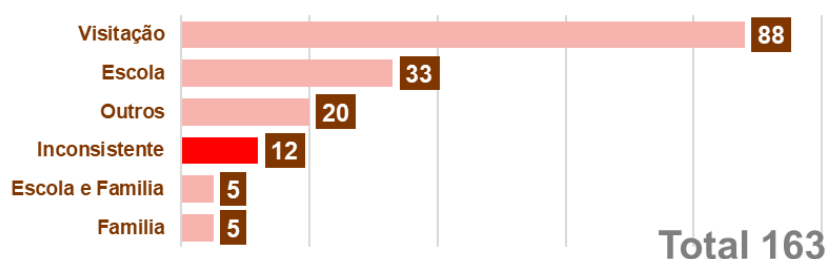
Gráfico 07 - Os patrimônios mencionados coincidem com os oficialmente reconhecidos? (presencial)



Fonte: Autora

No questionário online, a visitação (n=88) surgiu como principal fonte, seguida pela escola (n=33) e outros (n=20). Esse perfil condiz com um público mais mobilizado culturalmente, que busca ativamente experiências patrimoniais (Gráfico 08).

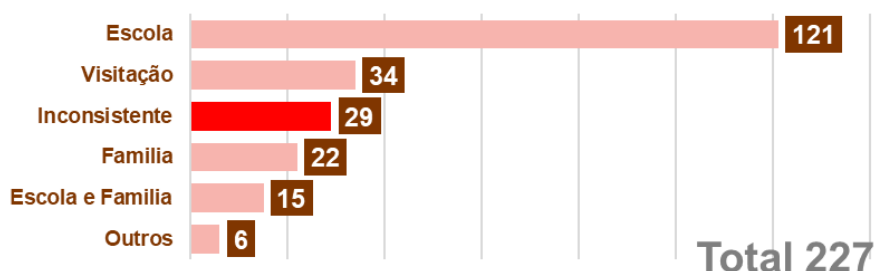
Gráfico 08 – Como ficou sabendo sobre esses patrimônios (online)



Fonte: Autora

Entre os estudantes, a escola foi a principal fonte de conhecimento sobre o patrimônio (n=121), destacando-se significativamente frente à visitação (n=34) e à família (n=22). O elevado número de respostas inconsistentes (n=29) também chama atenção (Gráfico 09). Esses resultados reforçam a importância das instituições de ensino na formação da consciência patrimonial, especialmente em áreas rurais onde outros meios de acesso são limitados.

Gráfico 09 – Como ficou sabendo sobre esses patrimônios (Presencial)



Fonte: Autora

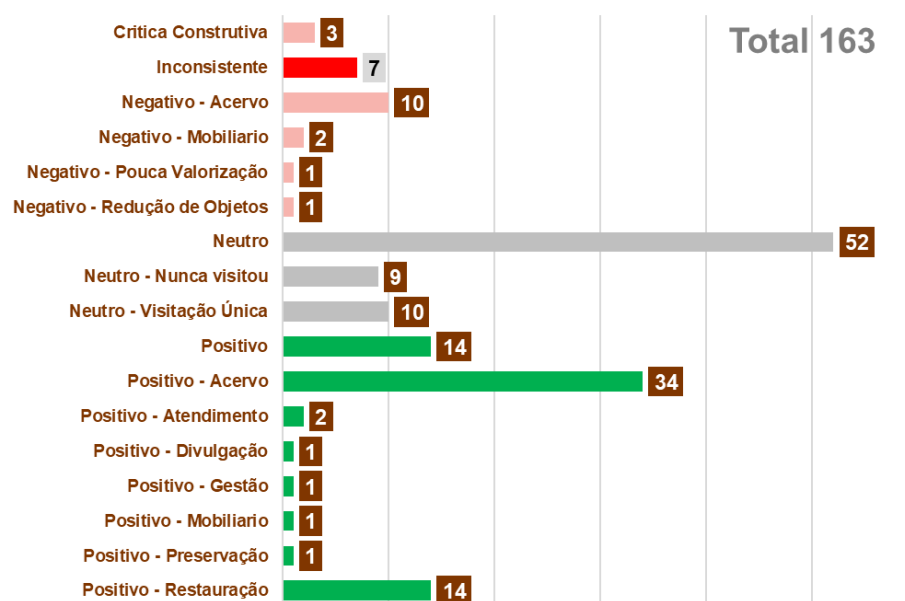
Enquanto o online reflete uma construção do conhecimento baseada em vivências diretas e autonomia, o presencial revela a dependência de estruturas educativas formais, um contraste que demanda políticas de democratização diferenciadas.

4.2.3 Espaços culturais e manifestações artísticas: Interação da comunidade com o Patrimônio

Esta seção analisa a relação prática dos respondentes com os espaços culturais previamente apresentados como exemplos de ativação patrimonial em Piratini (museus e centro histórico), além de manifestações artísticas tradicionais. Os dados revelam padrões de frequência, percepções e expectativas da comunidade sobre esses equipamentos.

Os museus emergem como os espaços culturais mais reconhecidos na comunidade, porém com padrões distintos de apropriação. O Museu Farroupilha demonstra maior visitação, com 68,1% dos participantes da pesquisa online (111 entre 163 respondentes) relatando experiências de visitação. As avaliações concentram-se positivamente no acervo (34 menções) e nas ações de restauração (14 citações), indicando que esses aspectos constituem seus principais atrativos (Gráfico 10). Contudo, 10 participantes fizeram críticas ao acervo, sugerindo uma redução na exposição de parte da coleção original.

Gráfico 10– Experiência de visitação MHF (online)

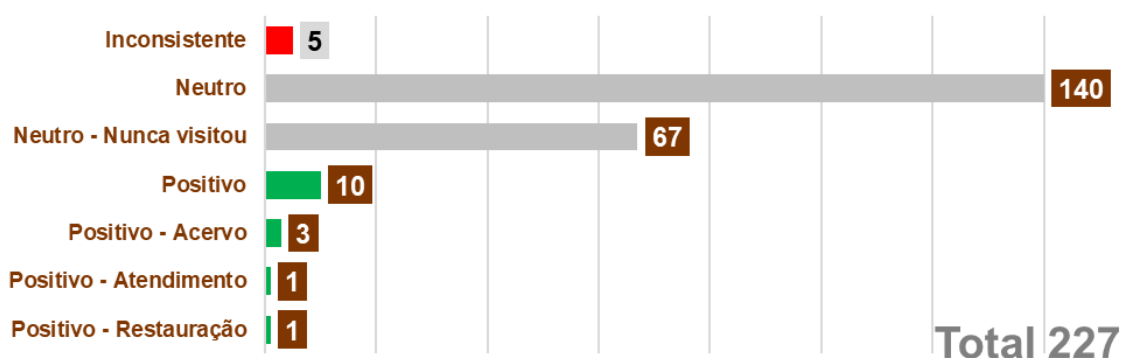


Fonte: Autora

Os questionários presenciais revelam um paradoxo significativo no engajamento com o Museu Farroupilha: enquanto 61.7% dos respondentes (n=140) emitiram avaliações neutras, em sua maioria por nunca terem visitado o espaço (29.5%, n=67), as experiências efetivas de visitação geraram percepções majoritariamente positivas (6.2%, n=14), especialmente em relação ao acervo, atendimento e restauração (Gr fico11). Essa dicotomia entre desconhecimento passivo e satisfação ativa sugere que o museu possui qualidades reconhecidas por quem o frequenta, mas enfrenta desafios críticos de divulgação e acesso, particularmente entre o público rural. O alto  ndice de neutralidade (140 respostas) aponta para a necessidade de estratégias ativas de mediação cultural que transformem a indiferença em interesse, potencializando o capital positivo já identificado nas avaliações dos visitantes.

Esses dados complementam a análise inicial sobre a assimetria informacional entre zonas urbana e rural, reforçando que mesmo instituições com reconhecida qualidade, como evidenciado pelas respostas positivas online sobre o Museu Farroupilha, precisam superar barreiras de acesso físico e simbólico para alcançar plena relevância comunitária. A discrepância entre o potencial do museu (captado nas avaliações positivas) e seu alcance efetivo (refletido nas respostas neutras) ecoa os desafios t mbem identificados em outros espaços culturais, como a Casa de Garibaldi e os grupos teatrais.

Gráfico 11– Experiência de visitação MHF (presencial)

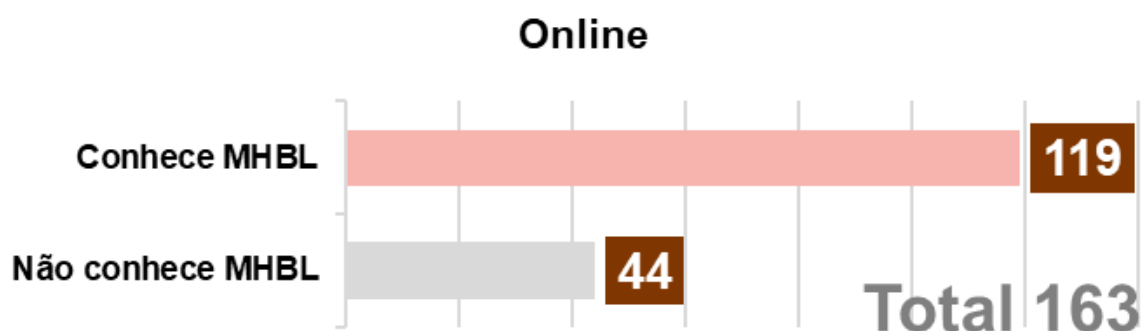


Fonte: Autora

Em contraste, o Museu Barbosa Lessa apresenta menor visibilidade, especialmente na zona rural, enquanto 73% (119/163) dos respondentes online (Gráfico 12) o conheciam, apenas 34,8% (79/227) dos participantes presenciais (Gráfico 13) demonstraram familiaridade. Essa disparidade sugere que estratégias

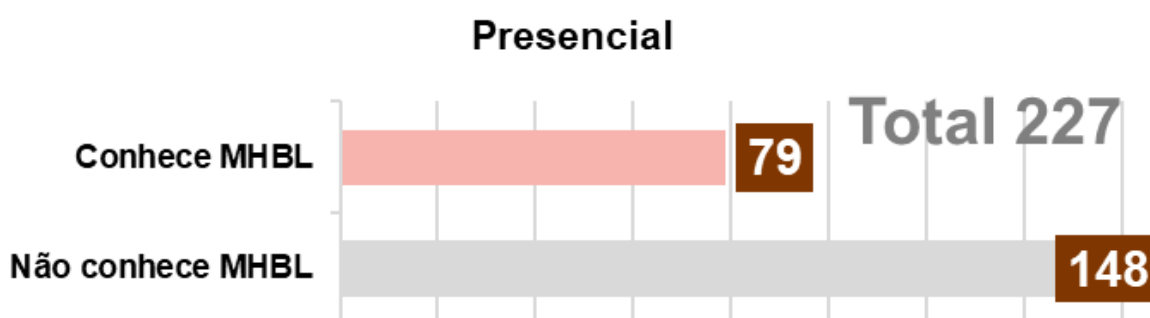
diferenciadas de divulgação se fazem necessárias, particularmente junto ao público estudantil rural.

Gráfico 12– Experiência de visitação MHMBL (online)



Fonte: Autora

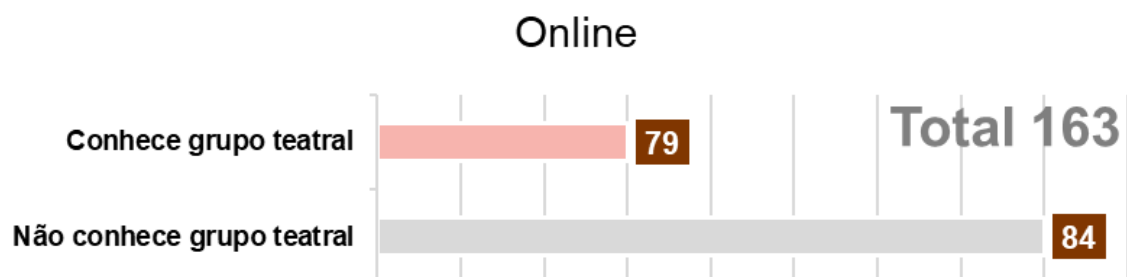
Gráfico 13– Experiência de visitação MHMBL (presencial)



Fonte: Autora

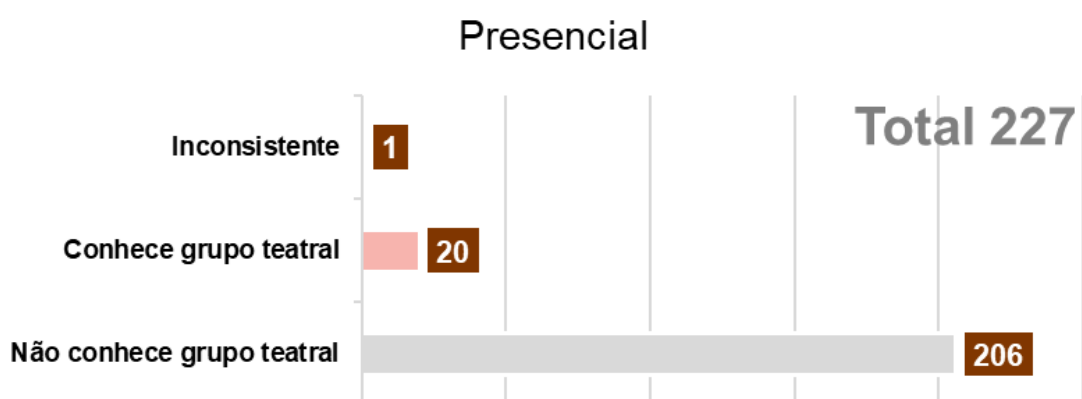
As artes cênicas e espaços culturais restaurados enfrentam significativos desafios de reconhecimento junto à população, com disparidades marcantes entre os contextos urbano e rural. Os dados revelam que 48,5% dos moradores urbanos não têm conhecimento sobre os grupos teatrais locais (Gráfico 14), situação que se agrava drasticamente na zona rural, onde 90,7% dos estudantes desconhecem essas iniciativas culturais (Gráfico 15). Padrão semelhante se repete no caso da Casa de Garibaldi, que, apesar de seu processo de restauração e transformação em Casa de Cultura, mantém baixa visibilidade: enquanto 51,5% dos respondentes urbanos a reconhecem (Gráfico 16), apenas 15,9% dos rurais demonstram familiaridade com o espaço (Gráfico 17). Essa discrepância evidencia não apenas barreiras geográficas de acesso, mas também lacunas na divulgação e mediação cultural, sugerindo a necessidade de estratégias específicas para conectar diferentes segmentos da população ao patrimônio cultural revitalizado e às manifestações artísticas locais.

Gráfico 14– Conhecimento sobre os grupos teatrais locais (online)



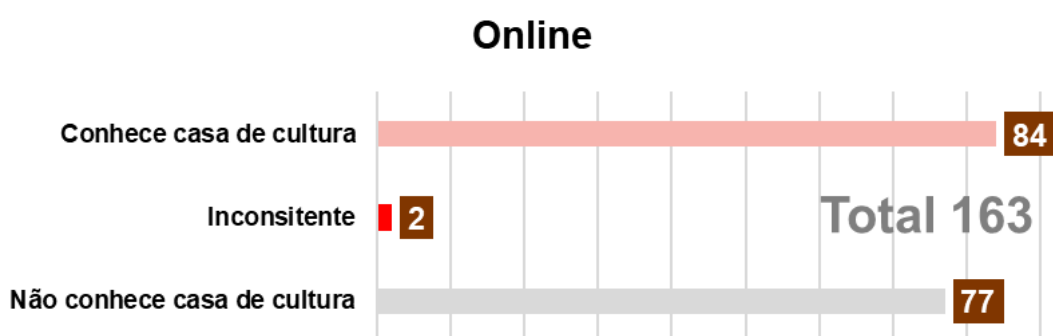
Fonte: Autora

Gráfico 15– Conhecimento sobre os grupos teatrais locais (presencial)



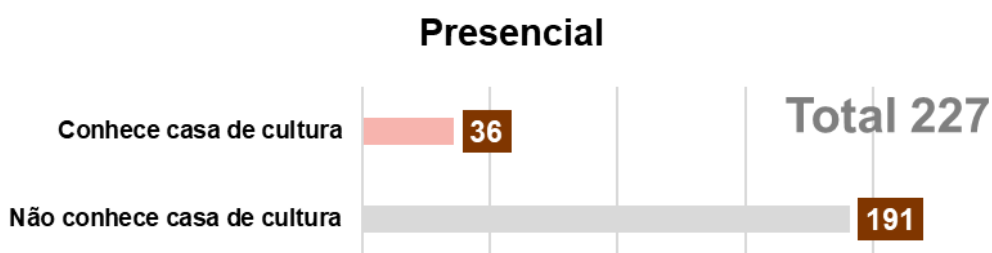
Fonte: Autora

Gráfico 16– Familiaridade com o espaço da Casa de Cultura (Casa de Garibaldi - online)



Fonte: Autora

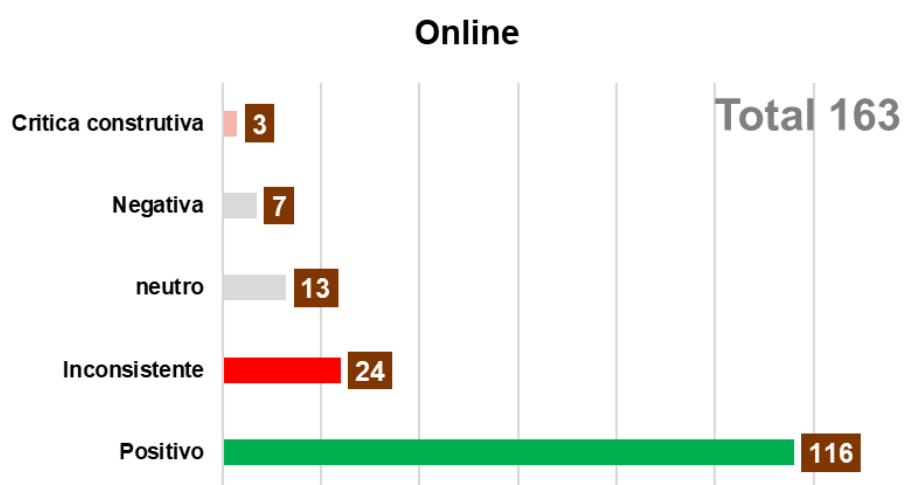
Gráfico 17– Familiaridade com o espaço da Casa de Cultura (Casa de Garibaldi - presencial)



Fonte: Autora

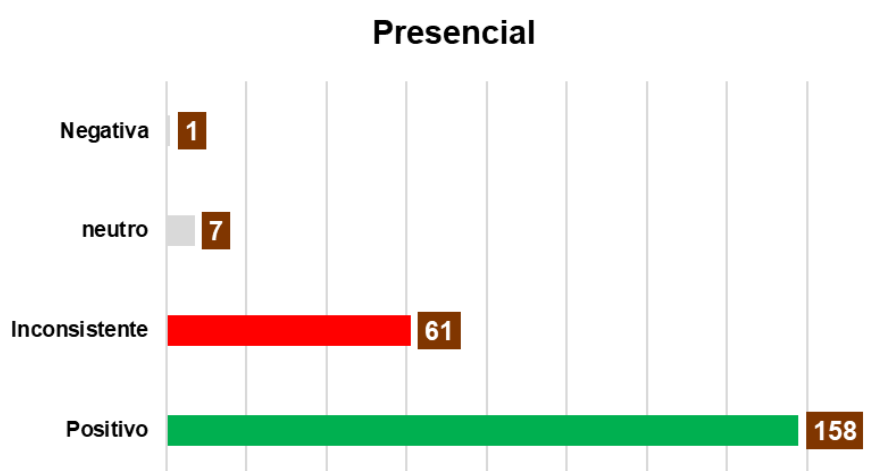
Nesse sentido, a transformação de um bem tombado em espaço comercial, como no caso da Pizzaria Maximus, revela um modelo interessante de preservação ativa do patrimônio, combinando conservação histórica e funcionalidade contemporânea. A análise das respostas demonstra uma percepção majoritariamente positiva da comunidade em relação a essa iniciativa, tanto na pesquisa online (71,2% de avaliações positivas, n=116) (Gráfico 18), quanto na presencial (69,6%, n=158) (Gráfico 19). Esse alto índice de aprovação sugere que a adaptação do imóvel para uso gastronômico foi bem recebida, reforçando a ideia de que a reutilização de patrimônios históricos pode ser uma estratégia eficaz para mantê-los relevantes no cotidiano da cidade.

Gráfico 18– Uso de um bem tombado em espaço comercial (online)



Fonte: Autora

Gráfico 19– Uso de um bem tombado em espaço comercial (presencial)



Fonte: Autora

No entanto, algumas críticas e inconsistências também aparecem nos dados. Enquanto a pesquisa online registrou 7 respostas negativas (4,3%) e 3 críticas construtivas (1,8%), a etapa presencial apresentou apenas 1 avaliação negativa (0,4%), mas com um número maior de respostas inconsistentes (26,9%, n=61). Essa diferença pode indicar que o público urbano, mais familiarizado com o espaço, tem opiniões mais definidas, incluindo observações sobre aspectos como conservação, acessibilidade ou autenticidade histórica, enquanto o público rural demonstra menor familiaridade com o local.

A predominância de respostas neutras e inconsistentes na pesquisa presencial (27,3%, somando n=61 inconsistentes e n=7 neutros) sugere que parte da população, especialmente fora do núcleo urbano, ainda não estabeleceu uma relação clara com o espaço. Isso pode refletir tanto uma falta de acesso quanto uma divulgação insuficiente sobre o valor histórico do imóvel e sua nova função.

Em síntese, o caso da Pizzaria Maximus ilustra como a reativação de um bem tombado para fins comerciais pode ser bem-sucedida em termos de aceitação pública, desde que equilibre preservação, funcionalidade e comunicação clara sobre seu valor patrimonial. Ainda assim, os dados apontam para a necessidade de ações educativas e de divulgação, especialmente junto a comunidades menos conectadas ao centro histórico, garantindo que a reutilização do patrimônio não apenas preserve a memória, mas também fortaleça seu vínculo com toda a população.

Os resultados demonstram que o conhecimento sobre o patrimônio em Piratini é estratificado: se por um lado há um grupo que reproduz discursos oficiais, por outro, há comunidades cujo vínculo com a história local é mediado (ou limitado) por suas redes imediatas. Essa dualidade será explorada a seguir, quando analisarmos quais patrimônios são lembrados espontaneamente pela população, incluindo bens não tombados que carregam valor afetivo.

4.2.4 Emoção Patrimonial e a Ressonância do Legado Farroupilha em Piratini

Os dados apresentados nos gráficos revelam uma dinâmica interessante entre os patrimônios que a comunidade de Piratini recorda e aqueles que deseja preservar. Entre os patrimônios lembrados (Gráfico 20), destacam-se a Semana Farroupilha (103 citações) seguida pelos Prédios Históricos e os CTGs (73 citações cada), ambos intrinsecamente ligados ao legado farroupilha. Esse resultado evidencia que, mesmo diante da presença de outros patrimônios não oficiais ou menos convencionais como

a "Festa da Bicharada" ou os Festivais de Música Nativista "Vertente e Vertentinha", a memória coletiva ainda prioriza elementos associados à história e identidade farroupilha. Essa preferência sugere uma ressonância cultural, conforme defendido por Gonçalves (2005), onde certos símbolos históricos mantêm-se vivos no imaginário social devido ao seu poder de articulação entre passado e presente.

Por outro lado, quando se trata dos patrimônios que a comunidade expressa desejo de preservar (Gráfico 21), o Balneário Municipal (56 citações) e o CTG (47 citações) emergem como os mais citados, seguidos pelos Prédios Históricos (44 citações). Essa escolha reflete uma emoção patrimonial (Fabre, 2013), na qual o afeto e a utilidade cotidiana desses espaços, sejam como área de lazer, centro de vivência das tradições gaúchas ou marcos da história local, superam a mera dimensão histórica. Entre os prédios históricos, destacam-se relatos orais que mencionam a Casa da Camarinha (primeira casa da cidade), a Casa da Dorada e a Bica, esta última carregada de memórias afetivas, já que, até poucas décadas atrás, era comum as pessoas fazerem fila para buscar água ali em momentos de escassez no abastecimento da Corsan. Esses espaços não são apenas testemunhos materiais do passado, mas também guardiões de práticas e lembranças que ecoam no cotidiano da população.

Vale destacar que o questionário utilizado era aberto, permitindo que os entrevistados citassem livremente os elementos que consideravam representativos da identidade local. No entanto, foram fornecidos alguns exemplos ilustrativos na pergunta (como festa do CTG, prédios históricos, chimarrão no palanque, entre outros), o que pode ter influenciado a maior recorrência dessas citações. Esse aspecto ajuda a compreender por que o Balneário Municipal (56 citações), o CTG (47 citações) e os Prédios Históricos (44 citações) emergiram como os locais mais valorizados, já que esses itens foram apresentados como sugestões no próprio questionário. Ainda assim, a diversidade de respostas obtidas demonstra que os participantes não se limitaram às opções mencionadas, trazendo também outras referências significativas para a comunidade.

Além disso, os dados revelam uma forte conexão dos respondentes com os bens culturais de seus distritos e áreas rurais. Os alunos mencionam, por exemplo, Campos Nativos (22 respostas), Fazendas Antigas (6 respostas), Costa do Bica (2 respostas), Venda da Lata (2 respostas), Pedra Furada, Cercas de Pedra, Paredões de Pedra e até mesmo os Rodeios do Basílio, demonstrando que a noção de

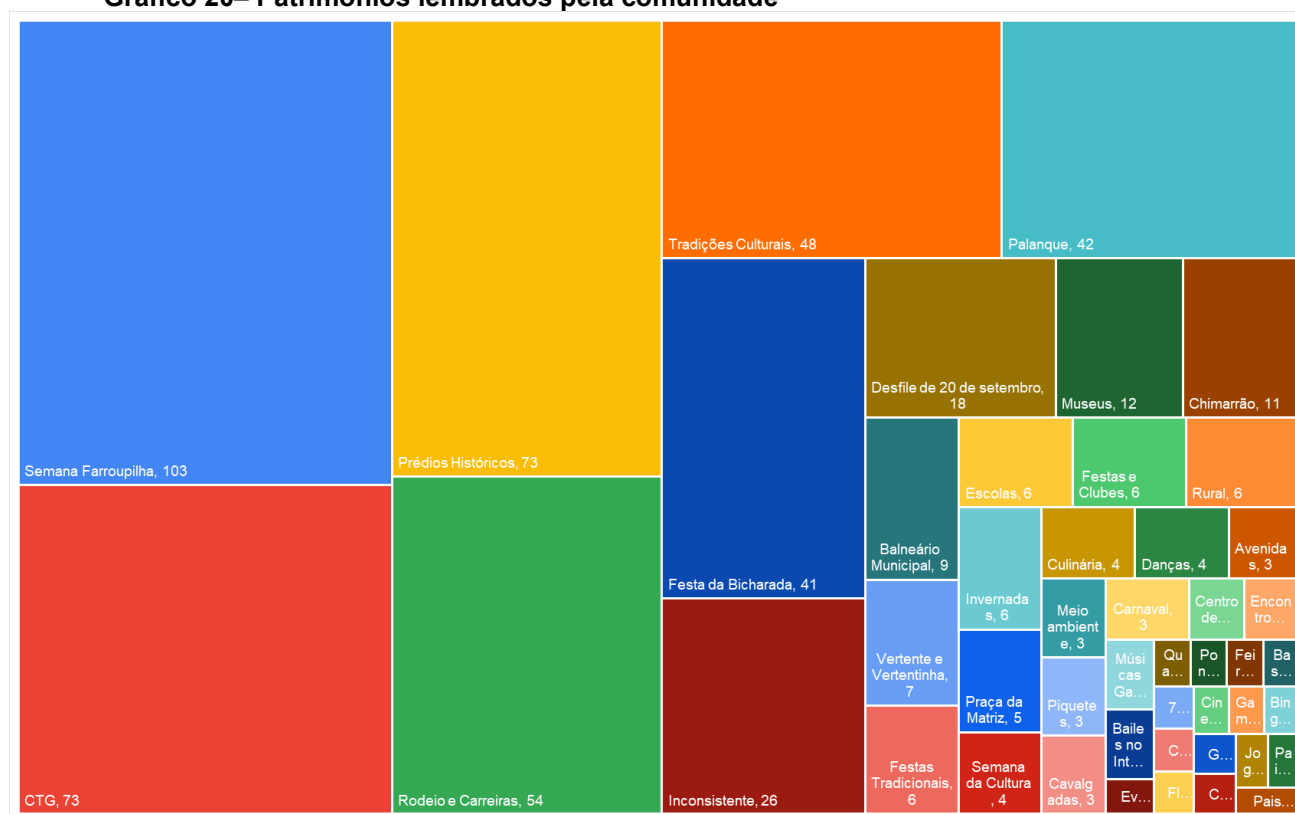
patrimônio ultrapassa os limites urbanos e oficiais, abarcando elementos da paisagem e do modo de vida rural.

Vale destacar ainda que muitos dos patrimônios mais lembrados não estão diretamente vinculados ao legado farroupilha, mas desempenham um papel fundamental na socialização da comunidade. É o caso da Festa da Bicharada do Ari, do Parque da Rural⁷³ e do Cine Piratini⁷⁴, espaços e eventos que, embora não sejam oficialmente tombados (pelo IPHAN ou IPHAE), ocupam um lugar significativo na memória afetiva dos moradores. Esses exemplos reforçam a ideia de que o patrimônio não se restringe a monumentos históricos ou marcos institucionais, mas inclui práticas culturais, espaços de convívio e tradições que fortalecem os laços comunitários.

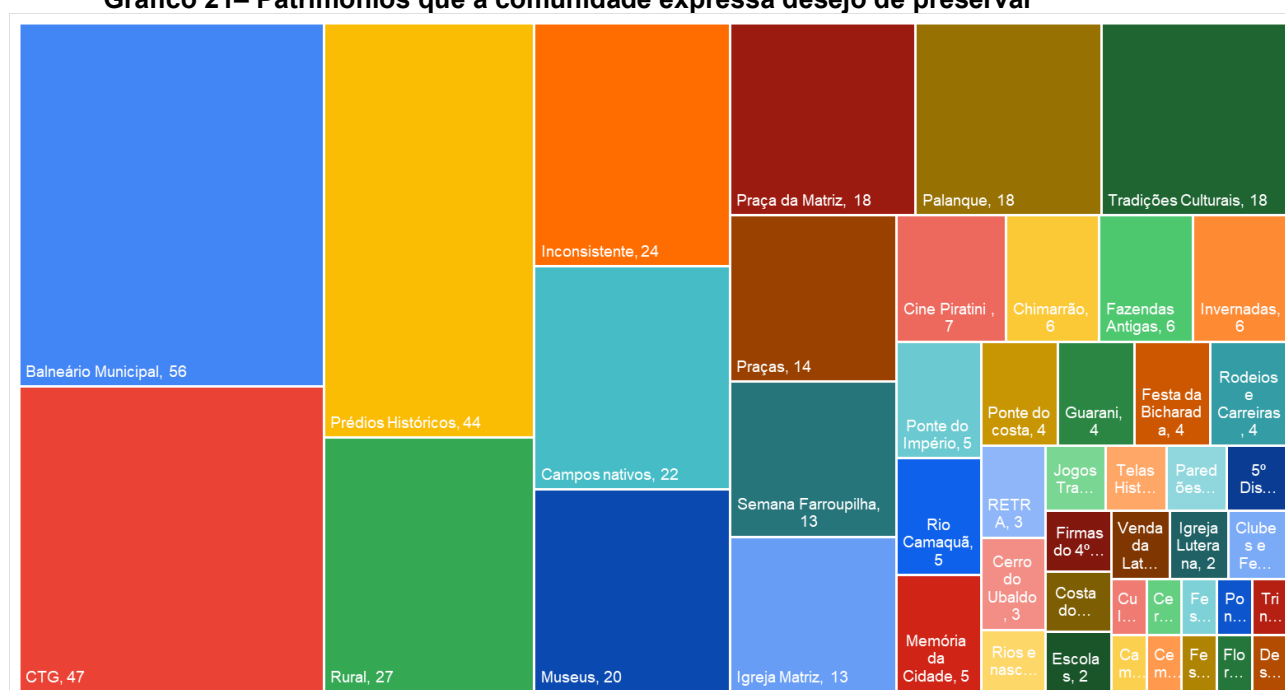
Apesar da aparente divergência entre os patrimônios lembrados e os desejados para preservação, os dados demonstram que o legado farroupilha continua a produzir ressonância na comunidade, ainda que de formas distintas. Enquanto os Prédios Históricos e a Semana Farroupilha simbolizam uma conexão com o passado heroico, o Balneário, o CTG e os espaços de socialização representam uma apropriação afetiva e utilitária no presente. Essa dualidade ilustra como a memória patrimonial opera em múltiplas camadas: algumas mobilizadas pela história oficial e outras pela vivência emocional, ambas essenciais para a construção identitária de Piratini.

⁷³ O Parque da Rural é uma área campestre situada no perímetro urbano, pertencente ao Sindicato Rural dos Trabalhadores. O local abriga um parque de remates (leilões de gado) e uma estrutura destinada à realização de rodeios e eventos agropecuários, integrando tradições rurais ao contexto da cidade.

⁷⁴ Inaugurado em 1951 por Venâncio Alves de Oliveira, o Cine Piratini funcionou por quase quatro décadas, consolidando-se como um dos principais espaços de entretenimento e convívio social da cidade.

Gráfico 20– Patrimônios lembrados pela comunidade

Fonte: Autora

Gráfico 21– Patrimônios que a comunidade expressa desejo de preservar

Fonte: Autora

Portanto, os dados evidenciam que, quando questionados sobre o que desejam preservar, os moradores de Piratini priorizam patrimônios vinculados ao cotidiano e à afetividade, como as matas do Basílio, o rodeio do Basílio, a Venda da Lata, o

palanque, a Rural e o balneário municipal, demonstrando que a noção de patrimônio vai muito além dos bens oficialmente reconhecidos. Essa preferência por espaços de vivência coletiva, práticas rurais e referências locais revela uma valorização do patrimônio como extensão da vida comunitária, onde a utilidade, o afeto e a identidade compartilhada se sobrepõem à mera formalidade histórica. Assim, a memória preservada não é apenas aquela consagrada por instituições, mas também a que pulsa no dia a dia, reforçando laços e pertencimento através de paisagens, tradições e encontros que definem o espírito de Piratini.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a pergunta central desta pesquisa – Os bens do legado farroupilha oficialmente tombados produzem ressonância na comunidade? –, os resultados permitem afirmar que sim, há uma relação de reconhecimento e identificação, ainda que essa ressonância se manifeste de maneira complexa e estratificada. Por um lado, quando questionados sobre os patrimônios que associam a Piratini, os entrevistados frequentemente mencionam elementos vinculados ao legado farroupilha, evidenciando que o discurso oficial e a narrativa histórica consolidada exercem influência na memória coletiva. Por outro lado, ao serem estimulados a indicar quais espaços e bens gostariam de preservar, as respostas se deslocam para locais de convivência, lazer e afetividade cotidiana, como o balneário municipal, o CTG, ou ainda, espaços rurais próximos às suas residências.

Essa dualidade sugere que, embora o tombamento oficial garanta uma presença simbólica do passado farroupilha no imaginário local, são os espaços de uso comunitário e vivência afetiva que mobilizam um engajamento mais espontâneo em termos de preservação. Em outras palavras, a ressonância patrimonial em Piratini não se limita à dimensão histórica institucionalizada, mas se entrelaça com as dinâmicas sociais contemporâneas, onde o afeto e a funcionalidade desempenham um papel decisivo na construção do valor patrimonial.

Ao articular os resultados do Capítulo 4 com os aportes dos capítulos anteriores, percebe-se que a ressonância patrimonial em Piratini é o desdobramento de processos históricos e simbólicos. O Capítulo 2 revelou como os bens tombados foram construídos como marcos identitários, carregando camadas de sentido que vão além da materialidade. Já o Capítulo 3 mostrou que a ativação patrimonial é um processo negociado, onde práticas sociais, eventos cívicos e ações educativas desempenham papel central. Esses capítulos fornecem o pano de fundo necessário para compreender por que certos bens ressoam mais intensamente na comunidade: não apenas por sua história oficial, mas pela forma como foram incorporados — ou não — às vivências locais. Assim, a análise dos dados ganha densidade ao ser lida como continuidade desses processos, revelando que o patrimônio em Piratini é simultaneamente memória institucional e experiência vivida.

Esta pesquisa avança no debate sobre preservação patrimonial ao demonstrar, a partir do diálogo com referenciais fundamentais, que a efetividade simbólica dos bens tombados não depende apenas de seu reconhecimento institucional, mas de uma complexa interação entre memória, ressonância e afeto. Os resultados ampliam a discussão sobre memória social (Candau, 2011) ao evidenciar como a comunidade de Piratini constrói camadas diferenciadas de recordação, onde o legado farroupilha convive com outras formas de patrimônio não institucionalizadas. O estudo demonstra que a memória oficial e a memória vivida coexistem em tensão criativa, confirmando a natureza plural e seletiva dos processos mnêmicos.

Aprofundando o conceito de ressonância patrimonial defendido por Gonçalves (2005), a pesquisa revela sua natureza dialética: se, por um lado, os bens tombados produzem eco no imaginário coletivo por meio de símbolos e narrativas consolidadas, por outro, a verdadeira ressonância afetiva se manifesta com maior intensidade em espaços de uso cotidiano. Isso sugere que a capacidade de um bem reverberar na comunidade depende menos de seu status jurídico e mais de sua inserção nas práticas sociais. Além disso, os achados fortalecem a noção de emoção patrimonial proposta por Fabre (2013), ao identificar que os locais mais valorizados para preservação, como o balneário e o CTG, são justamente aqueles que mobilizam experiências sensoriais de sociabilidade e afetos compartilhados. A pesquisa comprova que a dimensão emocional, frequentemente negligenciada nas políticas de tombamento, é fator decisivo para o engajamento preservacionista.

Juntos, esses aportes permitem repensar o próprio conceito de patrimônio como um campo de negociação permanente entre instâncias oficiais e comunidades, um processo dinâmico onde significado e valor são constantemente ressignificados, e uma experiência materializada que ultrapassa a materialidade para abranger as emoções. Os achados oferecem subsídios para políticas públicas e gestão patrimonial, sugerindo que a preservação em Piratini deve ser pensada de forma integrada, combinando a valorização do legado farroupilha com a proteção dos espaços de convivência citados pela comunidade, como o balneário, o palanque, a rural e o CTG. Estratégias de educação patrimonial podem ser fortalecidas para aproximar o discurso histórico oficial das experiências cotidianas, criando pontes entre o "patrimônio tombado" e o "patrimônio vivido". O mapeamento afetivo realizado nesta pesquisa pode ser incorporado a planos de gestão cultural, garantindo que a voz da comunidade oriente decisões sobre o que (e como) preservar.

Este estudo representa um avanço significativo nos debates sobre patrimônio cultural ao demonstrar, através do caso de Piratini, como os processos de valoração patrimonial se constituem na tensão dinâmica entre três dimensões fundamentais: a memória institucionalizada, os mecanismos de ressonância cultural e os regimes de emoção patrimonial. Sua principal contribuição teórica reside na articulação original desses referenciais, oferecendo um modelo analítico capaz de capturar a complexidade dos vínculos comunidade-patrimônio em contextos de patrimonialização histórica.

As aplicações práticas desta pesquisa se desdobram em três níveis: para gestores culturais, aponta a necessidade de políticas que integrem bens tombados e espaços de afeto comunitário; para a educação para o patrimônio, sugere metodologias que trabalhem a história oficial em diálogo com as memórias vivas; e para o movimento farroupilha, oferece subsídios para repensar a comemoração do legado histórico como processo inclusivo. Como proposta metodológica replicável, o estudo demonstra o valor da combinação entre análise documental crítica, mapeamento afetivo participativo e abordagem comparativa de discursos oficiais e comunitários.

Ao evidenciar que a sustentabilidade do patrimônio histórico depende tanto de sua ancoragem institucional quanto de sua permeabilidade às experiências cotidianas, esta pesquisa abre novas frentes de investigação, particularmente relevantes no contexto dos 200 anos da Guerra dos Farrapos, sobre como comunidades reinterpretam legados históricos em projetos identitários contemporâneos. O caminho traçado por este trabalho sugere que a verdadeira preservação não se faz apenas pela conservação de objetos, mas pela manutenção de diálogos vivos entre passado e presente.

Portanto, esta tese demonstra que, embora o legado farroupilha em Piratini gere ressonância simbólica, evidenciada até por quem não o conhece em profundidade, mas ainda assim o associa ao patrimônio, o afeto e a vontade de preservar estão ligados aos espaços de convivência cotidiana. Se os marcos históricos oficiais funcionam como referências identitárias, são os locais de uso coletivo, como o balneário, o CTG, o palanque ou as áreas próximas às moradias rurais, que despertam vínculos afetivos e surgem como prioridade quando a comunidade elege o que deseja proteger.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Davi Souza de. **História do Município de Piratini** – Roteiro Histórico e Sentimental. Piratini: Ed. C.T.G. 20 Setembro, 1969.

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; SOUSA, Julia Maria de Jesus; SILVA, Pollyana Mattias Narciso da; AQUINO, Rafael Lemes de. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023.

BOTTALLO, Marilucia. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 283-287, 1995.

BRITO, Diogo de Souza. **Regimes de patrimonialização no Brasil**: a preservação do patrimônio cultural entre o nacional e o transnacional (anos 1960-1980). 2017. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRULON SOARES, Bruno César; SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **A responsabilidade social da ciência da Informação**. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: **As várias faces do Patrimônio, por LEPA**. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**: v.1, n.1, p. 43-58, 2009.

_____. **Memória e Identidade**. São Paulo. Contexto, 2011.

_____. Memória ou metamemória das origens. **Caderno de Letras**, UFPEL, n.37, 2020

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.19, p.35 – 67, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

CUSTÓDIO, Maria Teresa Chaves. A revitalização do Museu Histórico Farroupilha como contribuição para o desenvolvimento local. **Revista Ciências e Letras** nº 31, jan/jun 2002.

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions. **Patrimonialização e sustentabilidade do patrimônio**: reflexão e prospectiva, Lisboa, p.1-29, 2014.

_____. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation. In: KHAZNADAR, Chérif. **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** Arles: Actes Sud, p. 41-57, 2012.

_____. El juego de la patrimonialización. In: Xavier Roigé, Joan Frigolé, Camila del Mármol. **Construyendo el patrimonio cultural y natural parques, museos y patrimonio rural**. València: Germania, D.L., p. 47-76, 2014.

FABRE, Daniel. **Émotions patrimoniales**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2013.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, Rio de Janeiro, 2010. **Anais do Encontro Políticas Culturais**: teoria e praxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. p. 1-14.

FLORES, Moacyr. Dante de Laytano e o negro no Rio Grande do Sul. **Cadernos IHU idéias**, ano 5 –nº 79-2007 –1679-0316. Unisinos: Instituto Humanitas Unisinos. 2007.

_____. Historiografia de Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVI, nº 1 p. 7-22, junho 2000.

_____. Nos caminhos da História com Dante de Laytano. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXI, nº 1 p. 109-117, julho 1995

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 328p.

FOUCAULT, Michel. O Que é um Autor? (1969). Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. In: _____. **Ditos e Escritos, III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298, 2001.

_____. A vida dos homens infames. **Ditos e escritos IV — Estratégias, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 203-222, 2006.

FOWLER, Floyd J. **Survey research methods**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Los usos sociales do patrimônio cultural. In: **AGUILAR CRIADO, Encarnación (Org.). Patrimonio etnológico: novas perspectivas de estudo**. Junta de Andalucía: Consejería de Cultura, 1999. p. 16-33.

GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. Patrimônio cultural e tombamento no Rio Grande do Sul: uma contribuição para os estudos urbanos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), n. 9, v. 2, maio/ago., p. 262-275, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Editora da UFRGS, 1992

HERNÁNDEZ, Josep Ballart.; TRESSERAS, Juan Jord. 2007. **Gestión del patrimonio cultural**. 3ª ed., Barcelona, Editorial Ariel, 238 p.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. “Estou forte e mantereí a ordem. reagiremos!” Um estudo a respeito da política Rio-grandense por meio da “Revolução” de 1932. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [S. l.], n. 149, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/56718>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LYRA, Cyro Corrêa. **Casa vazia, ruína anuncia - A questão do uso na preservação de monumentos**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais**, Rio de Janeiro, 2006.

LIZOTT, Joana Soster. **O Culto da Saudade no Sul do Brasil: a influência do pensamento de Gustavo Barroso nos Museus Histórico Farroupilha e da Biblioteca Pública Pelotense**. 2011. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Museologia, Departamento de Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Das pedras aos lambrequins: a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano no Rio Grande do Sul do século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2019.

_____. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008. 483f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O patrimônio cultural, entre o público e o privado. In: **O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

OLIVEIRA, Ana Slade. As experiências eclético-acadêmicas de Lucio Costa - uma lacuna na história da arquitetura no Brasil. **Cadernos Departamento de Projeto de Arquitetura da FAU-UFRJ /PROARQ 21**, nº. 21, Rio de Janeiro, p.70-92, 2013.

PALUMBO, Berardino. Émotions patrimoniales et passions politiques (Sicile orientale). In: FABRE, Daniel. (Org.). **Émotions patrimoniales**. Paris: Éditions de La Maison des sciences de l'homme, 2013. p. 357-375.

PEREIRA, Edilson. A estética das cidades: Lucio Costa, traçados de vida e do patrimônio nacional. **Estudos Históricos**, vol. 35, nº 76, Rio de Janeiro, p.267-288. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, nº.21, Buenos Aires, p.17-35, 2005.

PRETTO NETO, Dary. **Políticas públicas de preservação do patrimônio**: análise econômica do investimento do Programa Monumenta – Pelotas/RS. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAUTENBERG, Michel. Patrimônio, continuidade ou ruptura no uso e nas representações dos lugares? **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, número especial, p. 58 - 66, dez. 2014, Universidade Federal do Ceará ,2014.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas de relação com o passado. **Revista Memória em Rede**. v.1, n.1, dez. 2009/mar.2010

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. 1. ed. São Paulo: Difel, 1983.

RODRIGUES, Mirian Sartori. **A contribuição do Patrimônio Cultural na qualidade visual da paisagem urbana**. 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAGNES, S. Au miroir de la médiation: le présent du patrimoine. In: TORNATORE J.-L. (dir.). **Le patrimoine comme expérience**: implications anthropologiques. Paris: MSH, 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação & Sociedade**, v. 43, p. 1-13, 2022.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Rio de Janeiro.

FONTES ORAIS

ABREU, Luzia dos Santos. [março 2022]. Entrevistador: GISELE DUTRA QUEVEDO e VANESSA PATZLAFF BOSENBECKER. Online. 16 de março de 2022.

CORRAL, Francieli dos Santos Domingues. [27 anos]. [setembro 2021]. Entrevistador: GISELE DUTRA QUEVEDO. Piratini, RS. 09 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. [68 anos]. [março 2022]. Entrevistador: GISELE DUTRA QUEVEDO e VANESSA PATZLAFF BOSENBECKER. Online. 24 de março de 2022.

RHODEN, Luiz Fernando. [março 2022]. Entrevistador: GISELE DUTRA QUEVEDO e VANESSA PATZLAFF BOSENBECKER. Online. 23 de junho de 2021.

RODRIGUES, Mirian Sartori. [março 2022]. Entrevistador: GISELE DUTRA QUEVEDO e VANESSA PATZLAFF BOSENBECKER. Online. 31 de março de 2022.

FROTA, Orly Maranini. [março 2010]. Entrevistadora: Joana Soster Lizott. Piratini. 11 de março de 2010.

AMARAL, Raul. FROTA, Ceura Amaral. FROTA, Orly Maranini. [outubro 2007]. Entrevistador: Augusto Duarte Garcia. Piratini. 27 de outubro de 2007.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Museu Histórico Farroupilha

Correspondência de José Inácio Pinheiro para o intendente federal em Porto Alegre, 16.07.1938.

Certidão emitida pelo Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Piratini (folha 2 do livro 3 - V), datada de 22 de janeiro de 1952, sob o número 10.061.

Decreto n.º 3.858, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) n.º 173, de 11 de fevereiro de 1953

Correspondência de Adão Amaral para o diretor-geral em Porto Alegre sobre entrega do prédio restaurado, 23.03.1953.

Correspondência de Adão Amaral para o diretor-geral em Porto Alegre, 07.04.1953.

Correspondência de Adão Amaral para o prefeito de Piratini, 25.07.1953.

Correspondência de Adão Amaral para Gustavo Barroso, 07.08.1953.

Documento com informações sobre a escolha da cidade para ser sede do museu.

Documento com informações sobre a doação do prédio do museu ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Correspondência de Adão Amaral ao prefeito de Piratini, 10.07.1969.

Arquivo Câmara Municipal de Piratini

Lei n.º 13, de 18 de novembro de 1952.

Lei n.º 76, de 21 de julho de 1955.\

Lei n.º 10, de 23 de abril de 1956.

Lei n.º 72, 23 de abril de 1957.

Lei n.º 767, 10 de dezembro de 1984.

Arquivo Prefeitura Municipal de Piratini

Processo, de 27 de janeiro de 1969, Enio Viana Silveira solicita licença para demolição do prédio que vendeu ao Banrisul.

Processo, de 22 de abril de 1969, Enio solicita a pavimentação da rua e revestimento da fachada de sua casa.

Arquivo Banrisul

Certidão emitida pelo Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Piratini (folha 66 do livro 3 - II), datada de 07 de abril de 1969, sob o número 20.549.

TRE

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-piratini/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1959%20Piratini.PDF

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1968-piratini/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1968%20Piratini.PDF

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1972-piratini/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1972%20Piratini.PDF

Hemeroteca Digital

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77655>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77264>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77322>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77390>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77435>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77458>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77594>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77655>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77824>

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77832>

<http://memoria.bn.br/DocReader/882054/1374>

<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/648>

<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/710>

<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/987>

<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/4570>

<http://memoria.bn.br/DocReader/098230/9683>

IPHAЕ

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. (2023). Bens tombados. Recuperado em 07 de abril de 2023, de <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20400>

IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (2023). Rede de Arquivos do IPHAN. Recuperado em 07 de abril de 2023, de <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (2023). Bens tombados. Recuperado em 07 de abril de 2023, de <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>

JORNAIS

CORREIO DO POVO. Primeira etapa do restauro da Casa de Garibaldi será entregue em setembro. 31 de agosto de 2018. Recuperado em 22 de janeiro de 2025, de <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/primeira-etapa-do-restauro-da-casa-de-garibaldi-ser%C3%A1-entregue-em-setembro-1.270788>

CORREIO DO POVO. A Casa Garibaldi em Piratini recebe restauro. 12 de janeiro de 2022. Recuperado em 22 de janeiro de 2025, de <https://www.correiodo-povo.com.br/arteagenda/a-casa-garibaldi-em-piratini-recebe-restauro-1.753847>

DIÁRIO POPULAR, Museu Histórico Farroupilha volta a funcionar. 18 de dezembro de 2011. Recuperado em 27 de fevereiro de 2025, de <http://atoproducaocultural.com.br/uploads/imprensa/qpFxMM.pdf>

DIÁRIO POPULAR, Piratini lança a Linha Farroupilha. 05 de setembro de 2012. Recuperado em 05 de março de 2025, de <http://atoproducaocultural.com.br/uploads/imprensa/qpFxMM.pdf>

JORNAL TRADIÇÃO. Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa de Piratini. 22 de maio de 2009. Recuperado em 28 de janeiro de 2025, de https://anterior.jornaltradicao.com.br/site/content/cultura_e_turismo/index.php?noticia=595

JORNAL TRADIÇÃO. ESPECIAL JTR: História, arte e música se encontram no Museu Barbosa Lessa em Piratini. 05 de julho de 2019. Recuperado em 28 de janeiro de 2025, de <https://www.jornaltradicao.com.br/piratini/cultura/especial-jtr-historia-arte-e-musica-se-encontram-no-museu-barbosa-lessa-em-piratini/>

ZERO HORA. Piratini inaugura projeto que recria cenários da Revolução Farroupilha. 2012. Recuperado em 27 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://gauhazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/09/piratini-inaugura-projeto-que-recria-cenarios-da-revolucao-farroupilha-3875638.html>.

APÊNDICES

Apêndice A

Pesquisas relacionadas a memória farroupilha, a patrimonialização ou a estes temas relacionados a cidade de Piratini/RS

TEMA	PESQUISADOR	ANO	TÍTULO	TIPO	RESUMO
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FARROUPILHA ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - COLEÇÃO VARELA	Ana Inés Arce	2015	JÓIAS PARA OS MUSEUS DA HISTÓRIA: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940)	Dissertação	A pesquisa apresenta as principais instituições de memória do Estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos e o Instituto Histórico e Geográfico. Analisa os recolhimentos de acervo referente ao período Farroupilha anteriores ao Centenário. Se aproxima do tema de memória e patrimônio, no entanto, o foco é o patrimônio documental e as correntes historiográficas sobre o decênio farroupilha.
	Camila Silva	2019	ARQUIVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a coleção Varela - AHRS, 1858 - 1936)	Tese	A pesquisa aborda o processo de patrimonialização da Coleção Varela (um dos principais acervos sobre a Revolução Farroupilha). Nos anos finais da década de 1850, Domingos José de Almeida iniciou a reunião de registros sobre a guerra civil de 1835. Posteriormente, esta documentação foi ofertada ao historiador Alfredo Varela (importante referência sobre o período). Em 1936, este conjunto foi doado para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA FARROUPILHA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA, DA IMPRENSA, DO ENSINO OU AINDA, DA SOCIEDADE	Glauce Stumpf	2015	A COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: mediações de uma memória Farroupilha	Dissertação	A autora aborda a construção da memória farroupilha no período das comemorações do Sesquicentenário, através da historiografia, do ensino e da imprensa gaúcha.
	Wanderson Oliveira dos Santos	2018	REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE DO GAÚCHO: “A Exposição do Centenário Farroupilha”	Dissertação	Nessa pesquisa o autor, evidenciou a identidade construída mediante a produção historiográfica e a imprensa nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. A pesquisa se aproxima dos nossos estudos ao estudar uma das formas de construção da memória farroupilha no Rio Grande do Sul.
	Fabio Caetano Tovo	2019	“ACEITAMOS A CAUSA DOS VENCIDOS COMO BANDEIRA DE FUTURAS VITÓRIAS”: A memória da	Dissertação	Conforme o autor em seu resumo: “Joaquim Francisco de Assis Brasil usou da memória da Revolução Farroupilha para instrumentalizar seu discurso político/cientificista, com o intuito de fazer a defesa de ideias como o republicanismo

CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PELO VIÉS DOS MONUMENTOS/ TELAS ENCOMENDADAS PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE APROPRIAÇÃO DO CARÁTER REPUBLICANO DA REVOLUÇÃO			Revolução Farroupilha na propaganda republicana de Joaquim Francisco de Assis Brasil		e o federalismo, contra os monarquistas, sejam conservadores ou liberais. Assis Brasil entra na disputa pela cultura-histórica sobre a Revolução Farroupilha, para fazer dela um elemento identitário para o seu grupo, visando justificar as práticas de contestação deste grupo ao modelo imperial, e construindo uma identidade que liga os republicanos de 1835 com os da década de 1880". Essa pesquisa, assim como as demais desse bloco, se aproxima da nossa pesquisa nas discussões sobre a construção da memória e da identidade farroupilha.
	Luciano Braga Ramos	2022	AS COMEMORAÇÕES DE UM SESQUICENTENÁRIO EM TERRAS SUL-RIO-GRANDENSES: os usos da memória da Revolução Farroupilha 1983-1985	Tese	O autor analisa a construção da memória farroupilha no período das comemorações do Sesquicentenário, através dos sujeitos envolvidos nas comemorações, tais como os setores público e privado, as instituições e os intelectuais que se associaram à proposta do governo do estado, além de, observar a rede de relações construída pelo governo que mobilizou boa parte da sociedade sul-rio-grandense em torno das comemorações farroupilhas.
	Juarez José Rodrigues Fuão	2009	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas	Tese	Nessa pesquisa, o autor considera que os monumentos se constituem na materialização de uma série de discursos, disputas e apropriações sobre a memória dos heróis homenageados, o estudo buscou analisar as representações auferidas a esses personagens ao longo das produções intelectuais e publicações da imprensa que antecederam a inauguração das obras.
	Luciano Braga Ramos	2015	UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: a construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre 1934-1936	Dissertação	Conforme o autor: "À materialização da memória no bronze do monumento a Bento Gonçalves da Silva. O que se vê no monumento, ao fim e ao cabo, é uma memória que se perpetua e, a cada conjuntura, vem reforçando a ideia de "heroicidade" do gaúcho no ajustamento da memória coletiva, fomentando, dessa forma, o imaginário coletivo sul-rio-grandense em torno da história da Revolução Farroupilha". Além disso, o autor também discute a apropriação das memórias farroupilhas pelos historiadores e intelectuais sul-rio-grandenses.
	Marlene Ourique do Nascimento	2019	NAS TINTAS DA HISTÓRIA: a produção de pinturas históricas de temática Farroupilha na República	Tese	Na pesquisa, a autora analisa um conjunto de pinturas históricas temáticas da Revolução Farroupilha produzidas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e o início do século XX. Além de outras ações

			Velha Gaúcha		como a construção do Palácio Piratini, a criação do Museu Júlio de Castilhos, e a elaboração da gestão cultural no estado gaúcho. E também a constituição de um ambiente artístico sulino na virada destes séculos que funcionou como fio condutor dos processos de produção das obras analisadas na pesquisa.
PATRIMÔNIO / CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA CIDADE HISTÓRICA DE PIRATINI	Miguel Arturo Chamorro Vergara	1997	Cotidiano e Memória na Cidade Histórica de Piratini – RS	Dissertação	O foco principal da pesquisa é um trabalho etnográfico tratando da “memória e do cotidiano da cidade de Piratini, destacando principalmente as localidades denominadas de Paredão e Costa do Bica”. Os motivos que levaram o autor a conhecer a localidade foram os depoimentos dos moradores da zona urbana de Piratini, quando se referiam ao local e ao conhecer e conviver com essa comunidade, o pesquisador dedicou grande parte de sua dissertação para apresentar o cotidiano, a memória e as condições dessa comunidade de descendentes de índios Tupis-guaranis e Tapes que viviam na época distantes da "civilização", preservando muitos costumes e tradições de seus antepassados.
	Ana Lúcia Goelzer Meira	2008	O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XX: atribuição de valores e critérios de intervenção	Tese	Na tese, a autora aborda a preservação no estado do Rio Grande do Sul e investiga as escolhas sobre o que se tornou patrimônio, os valores associados aos tombamentos dos bens edificados e os critérios utilizados nas intervenções. Se aproxima da nossa pesquisa no que se refere ao contexto das escolhas dos bens tombados pelo IPHAN no RS e por estudar os primeiros bens tombados no estado (Piratini está incluída nesse estudo)
	Mirian Sartori Rodrigues	2010	A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana	Dissertação	Nele, a autora investiga a contribuição que o patrimônio cultural edificado exerce na qualidade visual da paisagem a partir do estudo de caso dos centros históricos de três cidades com diferentes graus de preservação do patrimônio cultural edificado: Piratini, a mais preservada, resultado de legislação urbanística pioneira, São José do Norte, onde o patrimônio cultural foi mais destruído ou descaracterizado e Porto Alegre, onde o patrimônio cultural edificado foi parcialmente preservado. Se aproxima de nossa pesquisa quando investigamos o papel das patrimonializações para a preservação do patrimônio na cidade de Piratini.

	Ana Luisa Jeanty de Seixas	2014	Gestão das áreas de entorno de bens tombados - estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo	Dissertação	A pesquisa investigou as implicações da preservação de áreas urbanas vizinhas aos bens protegidos nas cidades de Piratini e Novo Hamburgo. E as possibilidades de articulação entre as três esferas do poder público, identificando os obstáculos nesse processo e apontando, alguns meios para facilitar a preservação dessas áreas, de forma compartilhada entre os agentes públicos e a sociedade civil.
--	----------------------------	------	---	-------------	---

Apêndice B

Questionário aplicado

Seção 1: Informações Gerais

1. **Nome** (*opcional*)
2. **Gênero**
() Feminino () Masculino () Prefiro não informar () Outro: _____
3. **Qual sua idade?**
4. **Qual sua profissão?**
5. **Você tem algum vínculo com Piratini?**
() Sim, resido atualmente em Piratini
() Sim, já residi em Piratini, hoje não mais.
() Não, nunca residi
6. **Em qual área?**
() Urbana
() Rural
7. **Qual seu nível de escolaridade?**
() Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio incompleto
() Ensino Médio completo
() Ensino Superior incompleto
() Ensino Superior completo

Seção 2: Conhecimento sobre o Patrimônio Cultural

8. **Quais patrimônios culturais de Piratini você conhece?**
9. **Como você soube da existência desses patrimônios?**
10. **Você acha que a comunidade local tem conhecimento suficiente sobre os patrimônios culturais de Piratini?**
() Sim

☐ Não

☐ Não sei opinar

Justifique sua resposta: _____

Seção 3: Espaços culturais e manifestações artísticas

12. Quais exposições do Museu Histórico Farroupilha você já visitou? (Poder mais de uma resposta)

☐ Antes de 2002

☐ Entre 2002 e 2020

☐ Depois de 2021

13. Se visitou mais de uma, quais foram as principais mudanças que observou? Cite pontos positivos e negativos.

14. Já assistiu a alguma apresentação teatral do NAP, Grupo de Artes Encenação ou Grupo Galera da Arte? O que aprendeu sobre a história ou cultura da cidade? Descreva sua experiência.

15. Você conhece o Museu Barbosa Lessa? O que mais gosta nele? O que mudaria?

16. Você conhece a Casa de Cultura? O que mudou após o restauro e o novo uso da Casa de Garibaldi?

17. Qual sua opinião sobre o restauro e o uso da casa onde funciona a Pizzaria Maximus?

Seção 4: Outros Patrimônio

18. Quais são os lugares, festas ou tradições culturais (Por exemplo: festa do CTG, prédios históricos, chimarrão no palanque, rodeio, bicharada, carreiras, etc) que mais representam a identidade da comunidade de Piratini? O que faz você se orgulhar da sua cidade?

19. Se você pudesse escolher algo a ser preservado, o que seria?

"Não somente prédios, mas um local, uma tradição, uma paisagem, qualquer coisa que lhe traga memórias importantes de sua vida, por exemplo, o balneário municipal onde crescemos utilizando aquele espaço público"

20. Em poucas palavras, como você descreveria Piratini?

Fonte: Elaborado pela autora.

Apêndice C

TCLE – Pais ou Responsáveis

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PAIS OU RESPONSÁVEIS

PESQUISA: As casas falam em Piratini: ativação patrimonial do legado farroupilha para além do tombamento

COORDENAÇÃO: Juliane Conceição Primon Serres

Prezado(a) Sr(a)

Estamos convidando o (a) estudante

___ a participar de uma pesquisa a ser realizada na escola que ele frequenta. Gostaríamos de obter seu consentimento e concordância. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar quais elementos patrimoniais em Piratini despertam maior conexão emocional e significado coletivo.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa em torno de 100 pessoas na cidade de Piratini.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo, a criança/ adolescente sob sua responsabilidade irá preencher um questionário na escola junto com outros (as) alunos (as) que aceitem participar da pesquisa. É previsto em torno de 1 hora onde a pesquisadora vai falar da sua pesquisa e os alunos(as) vão responder o questionário. Você pode se recusar a autorizar a criança/adolescente a participar; e a criança/adolescente poderá desistir de participar em qualquer momento que decida. No entanto solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados da pesquisa. Sempre que o Senhor/a Senhora e/ou a criança/adolescente queiram mais informações sobre este estudo podem entrar em contato diretamente com a pesquisadora Gisele Dutra Quevedo pelo número (53) 991128181

SOBRE O QUESTIONÁRIO: Serão solicitadas algumas perguntas sobre a cidade de Piratini e o que os alunos (as) consideram importante e que precisa ser preservado.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades da criança/adolescente entrevistado (a). Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, a criança/adolescente sob sua responsabilidade não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os

resultados deste estudo sejam usados em benefício de ações educativas que fomentem o diálogo sobre o patrimônio cultural

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

Desde já, agradecemos a atenção e a participação. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo email: gisele.quevedo.ppgmssp@gmail.com

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo com a participação de _____ nesta pesquisa.

Local e data: _____

(Assinatura do responsável)

Eu, Gisele Dutra Quevedo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da UFPEL obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE ou o pesquisador responsável)

ANEXOS

ANEXO B

Correspondência de Adão Amaral para o prefeito de Piratini, 25.07.1953.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA

25-7-53

SENHOR PREFEITO MUNICIPAL

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício de Vossa Senhoria, propondo a escolha de uma Comissão de conterrâneos para opinarem sobre a conveniência do tombamento de um determinado setor desta cidade.

Cumpra-me esclarecer que até o presente momento não tinha me dirigido a Vossa Senhoria, em resposta ao ofício aludido, por desejar ouvir primeiro a opinião de estudiosos do assunto, em Porto Alegre e também de pessoas autorizadas desta cidade.

Assim que em Porto Alegre procurei ouvir o historiador Dante de Laytano, membro do Patrimônio Histórico Nacional e Diretor Museu do Estado, o qual manifestou-se irrestritamente pelo tombamento da zona histórica da cidade, esclarecendo ainda que era pensamento do Conselho que Sua Senhoria faz parte, propôr ao Governo do Estado uma idêntica a que ora cogitam os responsáveis pela administração do município.

Também o Arquiteto e Urbanista, José Lorenzoni Par, membro do Serviço de Recuperação e Restauração do Patrimônio Histórico Nacional aplaude a medida proposta por Vossa Senhoria, acrescentando que no Brasil, a única cidade tombada é Ouro Preto, constituindo uma verdadeira relíquia histórica, graças à ação patriótica dos mineiros de Minas Gerais. Frizou ainda, que aquela cidade apresentava os

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

mos problemas que temos aqui, isto é, a delapidação dos prédios, no estilo, pela nova arquitetura, e que atualmente estão sanados graças a ação dos poderes competentes, determinando a restauração no estilo "Colonial Português" em todas as obras de reforma.

Face a opinião de pessoas tão credenciadas e de tantas outras que é desnecessário citar, tomo a liberdade de sugerir que Vossa Senhoria providencie no que julgar necessário para que tal medida se concretize com a máxima brevidade possível, certo de que assim estará essa administração prestando um serviço ao Rio Grande, ao Brasil, a posteridade e que será aplaudido por todos os filhos desta terra, que tem respeito e veneração pelo passado de Piratini e seus heróis Farroupilhas.

Pondo-me ao inteiro dispôr de Vossa Senhoria, cõlho o ensejo para renovar-lhe protestos de admiração e apreço.

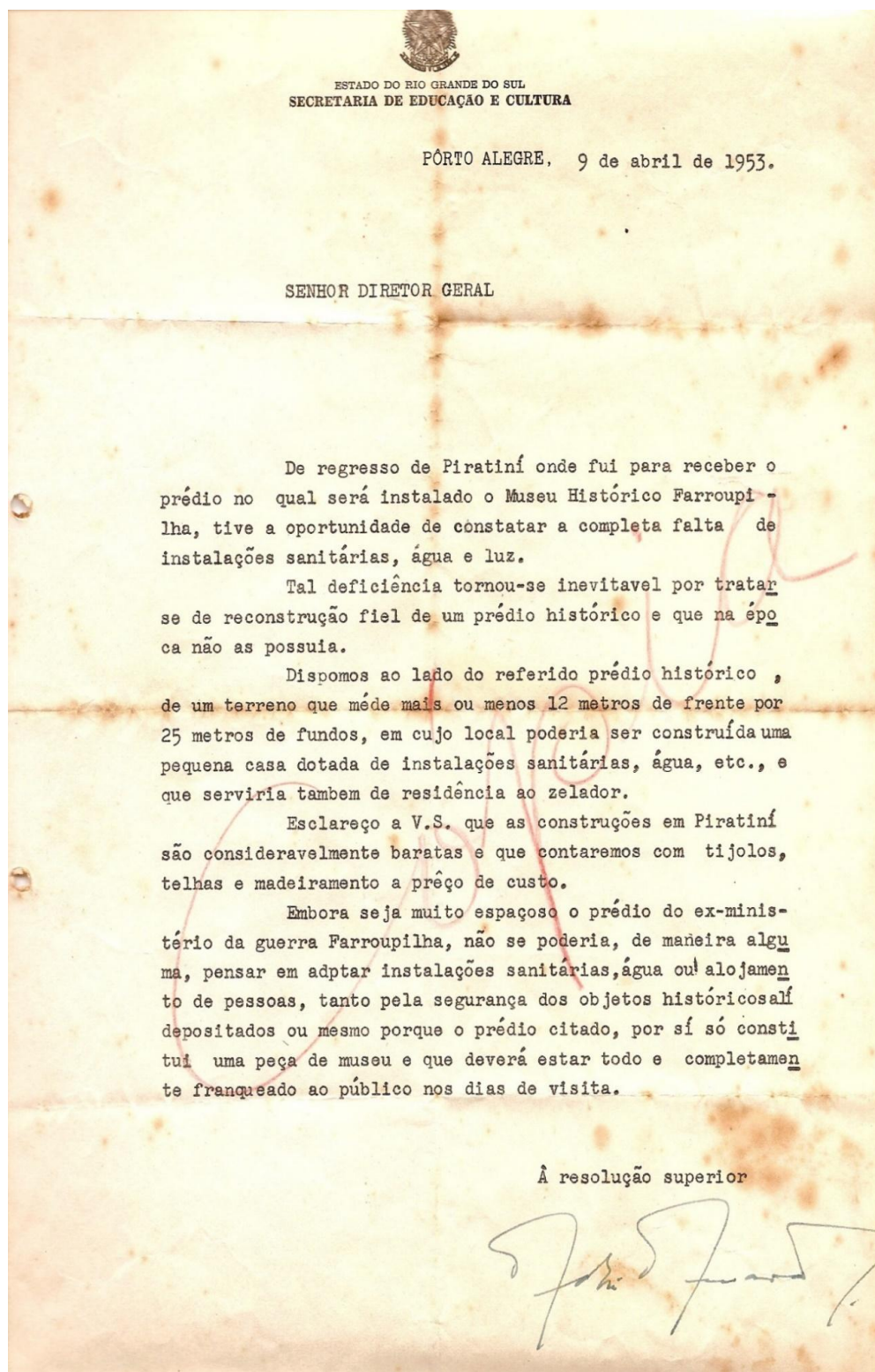
Adão Amaral

Diretor Museu Histórico Farroupilha

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALFREDO FREITAS DA CRUZ
DD. PREFEITO MUNICIPAL DESTA CIDADE

ANEXO C

Correspondência de Adão Amaral para o diretor-geral em Porto Alegre,
07.04.1953.



ANEXO D

Correspondência de Adão Amaral para Gustavo Barroso, 07.08.1953



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA

Piratini, 7 de agosto de 1953.

PROFESSOR GUSTAVO BARROSO

Informados da existência do livro "TÉCNICA DE MUSEU", da autoria de Vossa Senhoria, procuramos adquiri-lo aqui no Rio Grande mas não o encontramos nas livrarias.

Desejando muito aproveitar os ensinamentos daquela obra, não temos outra alternativa senão apelar para Vossa Senhoria, que certamente ha de enriquecer o acêrvo de nossa biblioteca, oferecendo-nos o referido livro.

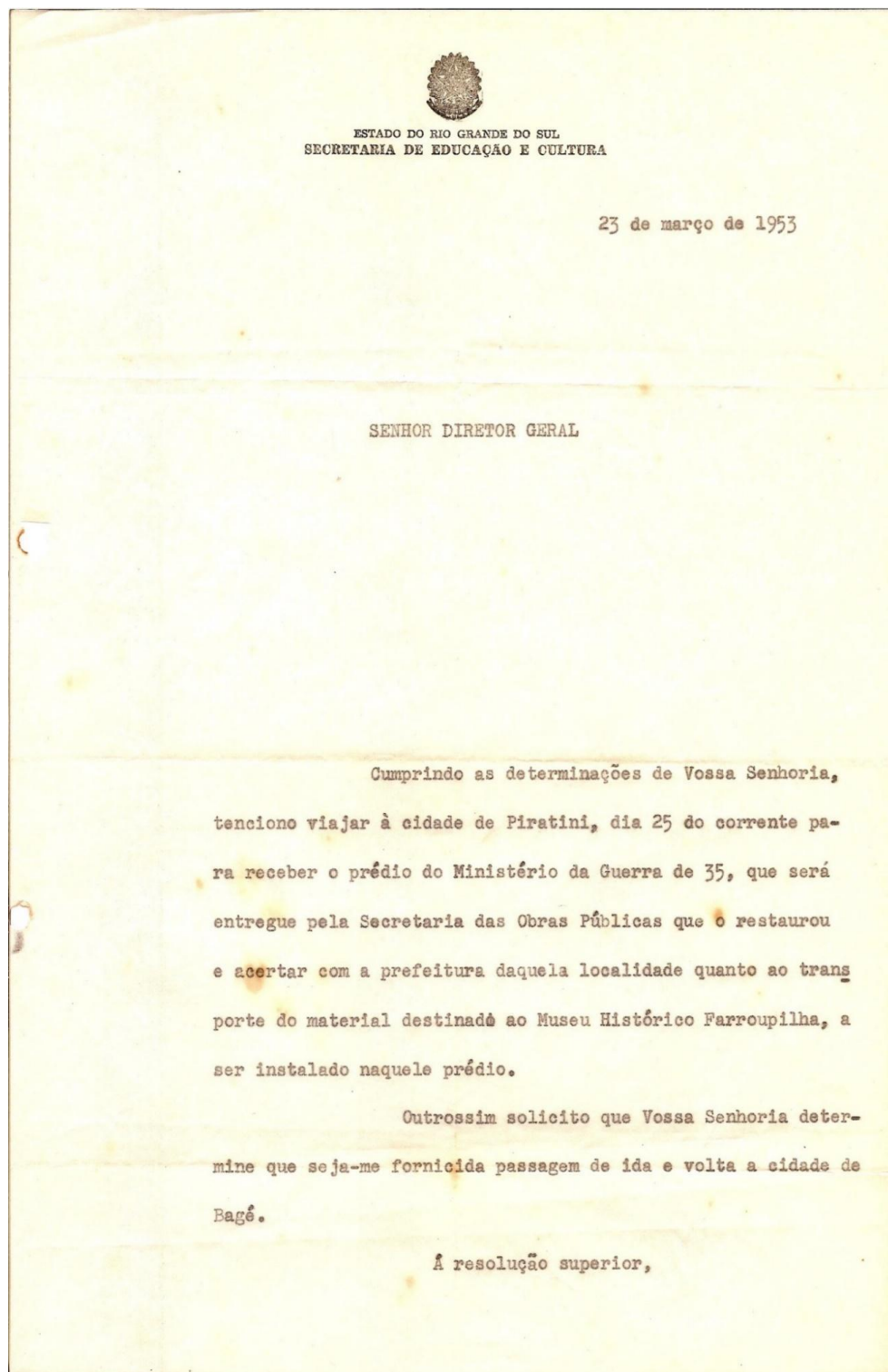
Com respeitos e agradecimentos dêste servidor as suas ordens.

Adão Amaral

Diretor do Museu Histórico Farroupilha

ANEXO E

Correspondência de Adão Amaral para o diretor-geral em Porto Alegre sobre entrega do prédio restaurado, 23.03.1953



ANEXO F

Censo demográfico em Piratini em 1950

CENSO DEMOGRÁFICO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

95

45. POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS ZONAS FISIOMORFOLÓGICAS, OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS

ZONAS FISIOMORFOLÓGICAS, MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Zona do Passo Fundo (conclusão)									
Passo Fundo	101 887	50 782	51 105	10 680	12 192	4 051	4 306	36 051	34 607
Passo Fundo	35 941	17 467	18 474	8 427	9 709	3 052	3 207	5 938	5 550
Agua Santa	7 272	3 704	3 568	81	88	28	31	3 595	3 449
Ametistas	8 050	4 050	4 000	62	76	22	33	3 966	3 891
Ciriaco	3 458	1 800	1 658	135	118	34	37	1 631	1 503
Coxilha	5 291	2 683	2 608	316	307	252	254	2 115	2 047
Ernestina	7 579	3 959	3 620	80	89	12	12	3 867	3 519
Marau	11 602	5 827	5 775	406	461	322	376	5 099	4 938
Sertão	8 307	4 209	4 098	639	686	96	107	3 474	3 305
✓ Tapejara	7 652	3 730	3 922	457	578	208	210	3 665	3 134
Trinta e Cinco	6 735	3 353	3 382	77	80	25	30	3 251	3 263
Zona das Serras do Sudeste									
Caçapava do Sul	33 222	16 411	16 811	1 948	2 441	144	142	14 319	14 223
Caçapava do Sul	23 767	11 648	12 119	1 635	2 126	54	61	9 959	9 932
Santana da Boa Vista	9 455	4 763	4 692	313	315	90	81	4 360	4 296
Cangussu	58 207	29 418	28 789	1 458	1 730	480	450	27 480	26 609
Cangussu	49 615	25 056	24 559	757	973	368	340	23 731	23 246
Cerrito	2 970	1 548	1 422	651	600	81	86	816	646
Freire	5 622	2 814	2 808	50	67	31	24	2 733	2 717
Encruzilhada do Sul	41 069	20 373	20 696	1 539	2 013	424	385	18 410	18 298
Encruzilhada do Sul	23 421	11 627	11 794	1 177	1 578	242	219	10 208	9 997
Amaral Ferrador	8 011	3 955	4 056	174	188	101	88	3 680	3 780
Dom Feliciano	9 637	4 791	4 846	188	247	61	78	4 522	4 521
Erval	9 916	5 062	4 854	403	507	221	315	4 438	4 032
Erval	8 143	4 163	3 930	283	375	199	292	3 681	3 313
Basílio	1 773	899	874	120	132	22	23	757	719
Lavras do Sul	12 135	6 000	6 135	1 080	1 349	220	234	4 700	4 552
Lavras do Sul	7 641	3 700	3 941	957	1 203	190	216	2 553	2 522
Iberê	4 494	2 300	2 194	123	146	30	18	2 147	2 030
✓ Pinheiro Machado	14 215	7 176	7 039	947	1 127	275	294	5 354	5 618
Pinheiro Machado	11 329	5 627	5 702	716	867	193	231	4 710	4 604
Pedras Altas	2 886	1 549	1 337	231	260	82	63	1 236	1 014
Piratini	21 019	10 778	10 241	362	375	50	51	10 366	9 815
Piratini	21 019	10 778	10 241	362	375	50	51	10 366	9 815
Zona dos Campos do Centro									
Cruz Alta	210 404	105 762	104 642	12 022	14 141	7 972	8 192	85 768	82 309
Cruz Alta	64 721	32 063	32 658	5 609	6 812	6 160	6 363	20 294	19 483
Cruz Alta	23 987	11 469	12 518	3 793	4 889	5 287	5 406	2 389	2 223
Alfredo Brenner	5 579	2 844	2 735	64	65	12	11	2 768	2 659
Cadeado	2 497	1 273	1 224	80	73	3	3	1 190	1 148
Ibirubá	4 903	2 493	2 410	348	396	211	211	1 934	1 803
Panambi	9 962	5 000	4 962	743	759	431	476	3 826	3 727
Pejuçara	3 314	1 693	1 621	114	136	35	21	1 544	1 464
Quinze de Novembro	3 322	1 653	1 669	103	100	40	47	1 510	1 522
Santa Bárbara do Sul	4 003	2 023	1 930	349	374	88	127	1 586	1 479
Santa Clara do Ingaí	7 154	3 615	3 539	15	20	53	61	3 547	3 458
Júlio de Castilhos	24 610	12 476	12 142	1 473	1 705	518	561	10 485	9 875
Júlio de Castilhos	7 623	3 802	3 821	1 146	1 401	347	393	2 309	2 327
Ivorá	4 689	2 433	2 256	144	83	10	9	2 279	2 164
Nova Palma	3 969	1 975	1 994	113	139	95	94	1 767	1 761
Pinhal Grande	5 175	2 667	2 508	21	30	66	65	2 380	2 413
Quevedos	3 162	1 599	1 563	49	53	-	-	1 850	1 516

ANEXO G

Censo demográfico em Piratini em 1960

44

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

II — RESULTADOS PRELIMINARES DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1.º-IX-1960

1. ÁREA, POPULAÇÃO REGISTRADA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

MUNICÍPIOS	ÁREA TERRES- TRE (km²)	POPULAÇÃO REGISTRADA			DENSI- DADE DEMO- GRÁFICA (hab./km²)	MUNICÍPIOS	ÁREA TERRES- TRE (km²)	POPULAÇÃO REGISTRADA			DENSI- DADE DEMO- GRÁFICA (hab./km²)
		Total	Urbana	Rural				Total	Urbana	Rural	
Rio Grande do Sul (con- clusão)						Mato Grosso	1 231 549	910 262	364 004	548 258	0,74
Ijuí	2 099	63 350	21 399	41 951	30,18	Acorizal	1 843	5 944	1 598	4 346	3,23
Iraí	831	36 047	9 416	26 631	43,38	Água Clara	11 520	2 070	521	1 549	0,18
Itaqui	5 028	23 311	13 499	9 812	4,64	Alto Araguaia	6 007	4 192	2 220	1 972	0,70
Jaguarí	2 148	18 376	12 336	6 040	8,56	Alto Garças	3 347	4 630	2 261	2 369	1,38
Júlio de Castilhos	1 002	18 282	4 307	13 975	18,25	Alto Paraguai	2 703	8 173	2 933	5 240	3,92
Lagoa Vermelha	3 492	29 174	8 493	20 681	8,35	Amambai	15 626	24 370	5 377	18 993	1,57
Lajeado	3 253	37 811	10 540	27 271	11,62	Aparecida do Taboado	1 756	11 852	2 966	8 886	6,75
Lavras do Sul	1 133	56 170	12 737	43 433	49,58	Aquidauana	21 931	33 034	16 559	16 175	1,51
Machadinho	2 596	12 441	3 746	8 695	4,79	Arenópolis	3 770	5 159	1 500	3 659	3,37
Marau	790	22 087	3 192	18 895	27,99	Aripuanã	142 222	5 139	178	4 961	0,04
Marelinho Ramos	1 039	25 688	3 960	21 728	24,72	Barão de Melgaco	10 256	5 314	1 143	4 171	0,52
Montenegro	543	18 229	5 013	13 216	33,57	Barra do Bugre	14 804	4 332	911	3 421	0,29
Muçum	1 195	56 953	17 882	39 071	47,66	Barra do Garças	172 066	15 151	3 184	11 967	0,09
Não-me-Toque	269	7 724	2 021	5 703	28,71	Bataguasu	4 589	11 273	1 100	10 173	2,46
Nonoi	654	14 163	3 153	11 010	21,66	Bela Vista	8 809	18 411	10 556	7 855	2,09
Nova Petrópolis	1 501	29 829	2 040	27 789	19,87	Bonito	5 219	6 842	863	4 979	1,12
Nova Trindade	390	12 261	1 167	11 094	31,44	Cáceres	40 633	28 078	8 785	19 293	0,69
Nova Trindade	1 183	32 570	5 139	27 431	27,54	Camapuã	14 426	11 645	1 594	10 051	0,70
Novo Hamburgo	211	63 916	45 344	18 572	255,53	Campo Grande	8 297	74 249	64 034	9 315	8,95
Osório	2 835	53 268	15 063	38 205	18,79	Carapó	6 023	13 758	3 015	10 743	2,28
Palmeira das Missões	2 525	50 093	9 408	40 685	22,45	Cassilândia	6 067	9 221	2 489	6 732	1,52
Panambi	919	17 874	4 940	12 934	19,45	Chapada dos Guima- rões	157 150	11 061	1 068	9 993	0,07
Passo Fundo	3 224	93 179	50 559	42 620	28,90	Corumbá	3 924	7 139	1 751	5 388	1,82
Pedro Osório	1 044	16 582	9 913	6 669	15,88	Corumbá	63 348	59 558	28 841	30 715	0,94
Pelotas	2 960	178 245	129 517	48 728	59,82	Coxim	19 905	12 907	2 748	10 159	0,65
Pinheiro Machado	3 169	12 760	3 156	9 604	4,04	CUIABÁ	13 769	57 860	45 875	11 985	4,21
Piratini	3 377	23 916	1 884	22 032	7,08	Diamantino	139 226	4 148	839	3 309	0,03
PORTO ALEGRE	487	641 173	625 957	15 216	1 290,09	Dourados	13 244	84 955	16 468	68 487	6,41
Porto Lucena	352	11 016	1 518	9 498	31,30	Guia Lopes de Laguna	1 406	4 455	1 368	3 087	3,17
Quaraí	2 990	17 759	10 575	7 184	5,92	Guiratinga	5 849	10 573	5 169	5 404	1,98
Restinga Sêca	771	15 005	1 572	13 433	19,58	Inocência	7 035	5 317	379	3 138	0,50
Rio Grande	2 608	100 378	87 528	12 850	38,49	Itaporã	387	12 019	2 592	9 427	31,06
Rio Pardo	3 218	47 908	19 905	28 003	14,89	Itaquira	8 180	2 553	861	1 692	0,35
Roca Sales	216	9 786	1 434	8 352	45,31	Jaciara	3 266	5 664	1 292	4 372	1,73
Rolante	415	16 381	2 311	14 070	39,47	Jaraguari	3 027	6 867	844	6 023	2,27
Rosário do Sul	4 425	29 296	15 786	13 510	6,62	Jardim	2 094	6 414	3 624	2 690	3,08
Saanduvá	1 011	21 819	4 907	16 912	21,58	Ladário	274	4 489	4 420	89	16,38
Santa Bárbara do Sul	904	10 003	2 067	7 936	11,07	Macajuba	5 130	6 176	2 119	4 057	1,20
Santa Cruz do Sul	1 618	76 854	22 026	54 828	47,60	Mato Grosso	60 633	2 760	520	2 240	0,05
Santa Maria	3 381	120 975	84 014	36 961	35,78	Miranda	8 049	12 949	2 075	10 874	1,61
Santana do Livramento	7 001	55 974	38 303	17 671	8,00	Mutum	3 152	9 315	3 761	5 554	2,96
Santa Rosa	824	45 871	14 714	31 157	55,67	Nicope	3 824	5 363	2 578	2 785	1,40
Santa Vitória do Pal- mar	4 636	17 726	8 687	9 039	3,82	Nortelândia	796	4 067	3 134	933	5,11
Santiago	3 810	24 420	15 833	18 587	9,03	Nossa Senhora do Li- vramento	6 050	14 186	1 141	13 045	2,34
Santo Angelo	4 925	78 255	29 580	48 675	15,48	Nova Andradina	9 074	6 472	1 324	5 148	0,71
Santo Antônio	1 292	54 738	12 879	41 859	42,37	Paranaíba	10 417	18 290	4 082	14 208	1,76
Santo Augusto	1 048	21 886	2 827	19 059	20,88	Poconé	16 691	14 649	5 386	9 263	0,88
Santo Cristo	695	28 088	1 599	26 489	40,41	Ponta Porã	7 955	30 262	12 107	18 155	3,80
São Borja	7 341	60 009	21 047	38 962	8,81	Ponte Branca	1 640	4 674	1 970	2 704	2,84
São Francisco de Assis	3 778	25 672	6 616	19 057	6,80	Pôrto Murinho	10 850	9 161	4 476	4 685	0,55
São Francisco de Paula	5 357	41 012	9 059	31 953	7,66	Poxoreu	9 938	16 968	4 692	12 276	1,71
São Gabriel	6 283	46 304	23 693	22 611	7,37	Ribas do Rio Pardo	18 265	4 065	1 345	2 720	0,23
São Jerônimo	3 468	57 884	21 468	36 416	16,65	Rio Brilhante	6 675	5 628	1 093	4 535	0,84
São José do Norte	4 056	27 808	4 815	23 053	6,87	Rio Verde de Mato Grosso	9 784	10 332	9 535	797	1,06
São José do Ouro	758	17 354	1 646	15 708	22,89	Rochedo	3 283	5 634	462	5 172	1,72
São Leopoldo	2 220	63 993	45 723	18 270	29,63	Rondonópolis	8 650	22 554	4 482	18 072	2,61
São Lourenço do Sul	2 206	33 447	7 436	26 011	14,50	Rosário Oeste	24 336	27 265	3 656	23 709	1,12
São Luís Gonzaga	4 647	55 537	16 127	39 410	11,95	Santo Antônio do Le- verger	12 447	12 913	2 513	10 400	1,04
São Pedro do Sul	879	15 976	4 260	11 716	18,18	Sidrolândia	6 061	7 905	1 510	6 395	1,31
São Sebastião do Cai	674	27 768	8 544	19 224	41,20	Teremos	3 417	7 271	1 257	6 014	2,13
São Sepé	3 290	32 774	5 666	27 108	9,96	Tesouro	5 196	6 463	3 053	3 410	1,24
São Valentim	573	13 341	909	12 432	22,28	Toxoreu	4 608	5 381	716	4 665	1,17
Sapiranga	1 160	11 984	6 497	5 487	63,07	Três Lagoas	24 806	32 023	15 576	16 447	1,29
Sarandi	1 700	28 689	5 244	23 445	16,88	Varzea Grande	639	11 044	7 075	3 969	17,28
Seberi	877	20 560	2 542	18 018	23,44	Goias	642 036	1 954 862	599 404	1 355 458	5,04
Sobradinho	1 079	33 524	4 682	28 842	31,07	Abadiânia	1 046	8 438	1 755	6 683	8,07
Soledade	4 238	17 550	9 531	8 019	16,88	Água Limpa	494	2 444	412	2 032	4,95
Tapejara	840	19 978	3 719	16 259	23,78	Almas	4 784	4 880	623	4 257	1,02
Tapera	390	13 328	3 881	9 447	34,17	Aloândia	121	2 270	1 420	860	18,76
Tapes	1 465	24 335	5 776	18 559	16,95	Amaro Leite	7 273	16 636	4 066	12 570	2,29
Taquara	894	33 010	14 109	18 901	55,57	Amorimópolis	559	7 052	1 599	5 453	13,05
Taquari	532	22 453	6 535	15 918	42,20	Anápolis	1 450	68 732	5 169	17 563	47,40
Tenente Portela	1 225	39 261	5 216	34 045	32,05	Anhangüera	44	1 333	1 179	154	30,30
Têrres	973	35 389	7 537	27 852	36,37	Anicuna	1 163	18 547	4 541	13 706	15,95
Três Corais	163	6 041	1 604	4 437	37,06	Aporé	5 030	2 791	260	2 531	0,55
Três de Maio	1 134	38 555	5 943	32 612	34,00	Araçuaia	238	4 404	1 228	3 176	18,50
Três Passos	797	38 366	6 550	31 816	54,27	Araguapara	1 080	3 110	2 311	799	2,83
Triunfo	761	12 904	4 336	8 568	16,96	Araguapara	442	1 594	809	785	3,61
Tuanduva	445	14 020	1 674	12 346	31,51	Araguapara	8 758	5 240	486	4 754	0,60
Tupanciretã	4 042	28 453	9 567	18 886	7,04	Araguapara	9 672	10 826	2 382	8 444	1,12
Tuparendi	328	13 273	1 676	11 597	40,47	Araxatins	5 077	14 963	2 131	12 832	2,95
Uruguaiana	5 562	63 718	51 368	12 350	9,71	Armação	5 243	8 590	1 446	7 144	1,64
Vacaria	6 060	57 360	15 645	41 715	9,58	Arumã	4 336	6 274	2 405	3 869	1,45
Venâncio Aires	732	39 931	8 260	31 671	54,55						
Vera Cruz	251	10 264	1 437	8 827	40,89						
Veranópolis	807	23 098	6 684	16 414	28,62						
Viadutos	364	10 203	1 481	8 722	28,03						
Viamão	2 028	50 803	9 850	40 953	25,05						

ANEXO H

Componente curricular História de Piratini 7º ano

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA DE PIRATINI 7º ANO		
Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades PIR
História de Piratini: tempo, espaço e formas de registro	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP01) Conhecer a contextualização histórica do momento da guerra.
	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP02) Identificar as diferentes causas da guerra dos farrapos.
	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP03) Debater a Proclamação da República Riograndense e seu significado.
	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP04) Identificar as diferentes capitais farroupilhas e sua participação no conflito.
	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP05) Reconhecer a importância do papel do negro na Revolução Farroupilha.
	A Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP06) Compreender o processo de pacificação e seus desdobramentos para a Região
	Período posterior à Guerra dos Farrapos.	(EF07HIP07) Entender o período posterior à Guerra dos Farrapos e suas consequências para o Município de Piratini.
	A Proclamação da República Brasileira para o Rio Grande do Sul.	(EF07HIP08) Entender o processo de Proclamação da República e suas consequências para o Rio Grande do Sul.
	A Proclamação da República Brasileira para o Rio Grande do Sul.	(EF07HIP09) Perceber a influência da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e em Piratini.
	Revoluções de 1923 e 1932.	(EF07HIP10) Compreender o contexto político das revoluções de 1923 e 1932.
	Patrimônio cultural de Piratini.	(EF07HIP11) Reconhecer a importância do patrimônio rural para a cultura de Piratini.
	Patrimônio cultural de Piratini.	(EF07HIP12) Perceber a importância e o significado do patrimônio urbano para a cultura de Piratini.
	Patrimônio cultural de Piratini.	(EF07HIP13) Compreender a importância da preservação da memória patrimonial de Piratini.
	Criação do Polo Madeireiro.	(EF07HIP14) Conhecer e analisar a criação do polo madeireiro e sua importância sócio – econômica.
	Criação dos Assentamentos	(EF07HIP15) Compreender a importância da criação dos assentamentos e sua relevância como luta de movimento social.